

Porto. Domus Social

Relatório e Contas 2020



ÍNDICE

ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS.....	4
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
2. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA	19
A – DIREÇÃO DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL	19
B – DIREÇÃO DE PRODUÇÃO	41
C – GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO	55
D – GABINETE DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO.....	58
E – GABINETE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	60
F – GABINETE DA SUSTENTABILIDADE E GESTÃO DOCUMENTAL	63
3. EXECUÇÃO DOS IGP, OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO	70
1 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL	70
2 – CONTRATOS CELEBRADOS COM A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO	71
3 – PREVISÃO DE GASTOS DE FUNCIONAMENTO	72
4 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO CONTRATO PROGRAMA.....	74
4. PERSPETIVAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS	77
5. O PLANO DE INVESTIMENTOS	84
6. O PLANO DE RECURSOS HUMANOS.....	86
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	93
8. PERSPETIVAS FUTURAS	95
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO.....	99
10. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	101
1 – INDICADORES DE GESTÃO	101
Quadro A – Principais números do período.....	101
2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	102
Quadro B – Balanço	102
Quadro C – Demonstração individual dos resultados por naturezas	103
Quadro D – Demonstração individual das alterações no património líquido	104
Quadro E – Demonstração individual de fluxos de caixa	105
Quadro F – Indicadores da estrutura de gastos e rendimentos	106
3 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	107
1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	109
1.1. – Identificação da Entidade	109
1.2. – Referencial contabilístico.....	111
2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	112
2.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	112
2.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes.....	112
2.3. – Principais estimativas e julgamentos.....	115
2.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro.....	115
2.6. – Principais fontes de incerteza	115
3 – Ativos intangíveis	115
5 – Ativos fixos tangíveis	116
6 – Locações	117
6.1. – Locações financeiras.....	117
6.2. – Locações operacionais.....	118
9 – Imparidades de ativos.....	118
10 – Inventários	119
13 – Rendimento de transações com contraprestação	119
13.1. – Prestações de serviços e venda de mercadorias.....	119
13.2. – Demonstração da faturação realizada versus prestações de serviços	119
14 – Rendimento de transações sem contraprestação	120
14.1. – Rendas.....	120
14.2. – Subsídios.....	121
14.3. – Juros e rendimentos similares obtidos	122
15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	122

17 – Acontecimentos após a data do balanço	123
18 – Instrumentos financeiros	123
18.2.1. – Clientes e fornecedores c/corrente.....	123
18.2.2.– Estado e outros entes públicos.....	124
18.2.3. – Outras contas a receber e a pagar	125
18.2.4. – Fluxos de caixa	126
18.14. – Instrumentos de Capital próprio.....	127
19 – Benefícios dos empregados	127
20 – Divulgações de partes relacionadas	127
20.1. – Divulgação de controlo.....	127
20.2. – Transações entre partes relacionadas.....	128
20.3. – Saldos entre partes relacionadas	128
23 – Outros	128
23.1. – Diferimentos.....	128
23.2. – Fornecimentos e serviços externos (FSE)	129
23.3. – Garantias prestadas por terceiros	130
23.4. – Estado e Outros Entes Públicos.....	130
23.4.1. - Impostos correntes	130
23.4.2. - Impostos diferidos	131
23.4.3. – Pagamento especial por conta	131
23.5. – Responsabilidades e direitos não expressos no balanço	131
4 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	134
Quadro G – Demonstração do desempenho orçamental	134
Quadro H – Demonstração de execução orçamental de receita	135
Quadro I – Demonstração de execução orçamental da despesa	136
1 – Alterações orçamentais da receita	138
2 – Alterações orçamentais da despesa.	138
3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos	139
4 – Operações de tesouraria	139
5 – Contratação administrativa.....	140
5.1 – Situação dos contratos.....	140
5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento.....	161
6– Transferências e subsídios.....	162
6.1 – Transferências e subsídios concedidos	162
6.2 – Transferências e subsídios recebidos.....	162



ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS

Domus Social – CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM

CA – Conselho de Administração da CMPH - DomusSocial - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM

Direções e Coordenações:

DAF – Direção Administrativa e Financeira

DGPH – Direção de Gestão do Parque Habitacional

DP – Direção de Produção

GA – Gestão Administrativa

GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem

GC – Gestão de Condomínios

GCPA – Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento

GE – Gestão de Empreendimentos

GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento

GIM – Gabinete do Inquilino Municipal

GJ – Gabinete Jurídico

GM – Gestão da Manutenção

GO – Gestão de Ocupações

GPF – Gestão Processual e Fiscalização

GP – Gestão de Projeto

GQGD -Gabinete da Qualidade e Gestão Documental

GRH – Gabinete de Recursos Humanos

GSI – Gabinete dos Sistemas de Informação

GSGD – Gabinete da Sustentabilidade e Gestão Documental

CMP – Câmara Municipal do Porto

MP – Município do Porto

Direções, Departamentos e Unidades de Missão:

BSB – Batalhão de Sapadores Bombeiros

DMC – Direção Municipal da Cultura

DME – Direção Municipal de Educação

DMFP – Direção Municipal de Finanças e Património

DMMT – Direção Municipal de Mobilidade e Transportes

DMP – Direção Municipal da Presidência

DMU – Direção Municipal de Urbanismo

DMCS – Departamento Municipal de Coesão Social

DMEVGI – Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas

DMF – Departamento Municipal de Fiscalização

DMPGA – Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental

DMFOP – Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares

DMFSSE – Divisão Municipal de Fiscalização, de Segurança e Salubridade de Edificações

GGFEIF – Gabinete de Gestão de Fundos Europeus e Instrumentos de Financiamento

SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil



Empresas Municipais:

AdP, EM – Águas do Porto, EM

Ágora - Cultura e Desporto, EM

Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

PortoVivo, SRU

CRUARB-CH – Comissariado para a Renovação da Área Ribeira-Barredo - Centro Histórico

FDZHP – Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

Entidades Externas:

ARSN - Administração Regional de Saúde do Norte, IP

APCER - Associação Portuguesa de Certificação

CDSSP – Centro Distrital da Segurança Social do Porto

CLS – Contrato Local de Segurança

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

IC – Instituto da Construção

ISSSP – Instituto Superior de Serviço Social do Porto

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MAI – Ministério da Administração Interna

PSP - Polícia de Segurança Pública

RLIS - Rede Local de Intervenção Social

TC – Tribunal de Contas

UP – Universidade do Porto

AIIA – Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa

AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

BI – Brigadas de Intervenção

BI – Business Intelligence

CPE – Comissão de Planeamento de Espaços

ELH – Estratégia Local de Habitação

GISA – Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo

GEnt – Gestores de Entrada

IGP – Instrumentos de Gestão Previsional

LAT – Linha de Apoio Técnico

LAF – Lista de Atribuição de Fogos

LBH - Lei de Bases de Habitação

LDFD – Lista Diária de Fogos Disponíveis

NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação

PDM – Plano Diretor Municipal

PMP – Planos de Manutenção Preventiva

RGPD - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

RGPH – Regulamento de Gestão do Parque Habitacional



SADI – Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndios
SADIR – Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SGP – Sistema de Gestão de Processos
SGQ – Sistema de Gestão de Qualidade
SNC – Sistema de Normalização Contabilística



1. Mensagem do Conselho de Administração



1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração (CA) da CMPH - DomusSocial, EM - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, (doravante Domus Social) no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar ao Município do Porto (MP) o seu relatório sobre as atividades e resultados da empresa, bem como as contas, acompanhadas do Relatório e Parecer do Fiscal Único e respetiva Certificação Legal das Contas, relativamente ao ano de 2020.

Pela sua relevância, comunica-se que a 1 de agosto do corrente ano foi efetuada uma recomposição do CA com a nomeação para o cargo de Vice-Presidente da Sr.^a Dr.^a Filipa Melo (mantendo a função de Administradora Executiva) e da designação para Administrador Executivo do Sr. Eng. João Sendim por cessação de funções do anterior Administrador-Executivo Sr. Dr. Barbosa Pinto. As áreas anteriormente tuteladas pela Sr.^a Dr.^a Filipa Melo permaneceram sob sua gestão e incluem a Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH), o Gabinete Comunicação e Imagem (GCI), o Gabinete Jurídico (GJ), o Gabinete de Recursos Humanos (GRH) e o Gabinete de Sustentabilidade e Gestão Documental (GSGD), tendo o Sr. Eng. João Sendim assumido a tutela das seguintes áreas: a Direção Administrativa e Financeira (DAF), a Direção de Produção (DP), o Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento (GCPA), o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) e o Gabinete dos Sistemas de Informação (GSI).

A revisão estatutária efetuada e aprovada pela Assembleia Municipal do Porto (AMP) em 25 de fevereiro de 2019, redefiniu o objeto social da empresa, direcionando-a para a “(...) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal (jardins de infância e escolas do ensino básico) e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais que compreendem os edifícios com valências culturais (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativas / institucionais. A empresa passou, assim, no âmbito da habitação, a focar-se, exclusivamente, em todas as matérias e preocupações relacionadas com habitação de interesse social. Os seus estatutos contemplam, ainda “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a Domus Social orienta-se estrategicamente a partir da(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP), as

quais constituem o quadro de referência que molda a sua atuação. A prossecução deste desiderato “inclui, designadamente:

- a) aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município do Porto [MP] destinado a habitação de interesse social;
- b) fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c) implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas destinadas a habitação de interesse social;
- d) intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional destinada a habitação de interesse social.”

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos. O primeiro refere-se à “(...) gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social” e “abrange, designadamente, as funções de:

- a) Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado a habitação de interesse social;
- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c) Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.”

O segundo destes eixos é cumprido assegurando “(...) a manutenção e conservação, ..., de todos os edifícios, equipamentos instalações e infraestruturas, integrados no domínio público e privado cuja gestão seja do Município do Porto [MP]” através das orientações definidas pelo acionista único (e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário).

Por último, o objeto social da empresa é também observado pela “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social [e compreende:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;

- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.”

A ação de âmbito social pretende, muito particularmente, obter resultados de impacto positivo na população residente em habitação de interesse social.

Cabe, pois, a esta empresa municipal contribuir para o desenvolvimento do Porto, executando as políticas públicas de habitação definidas pela CMP, promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a sua coesão social.

A Domus Social tem, pois, por missão, entre outras, gerir a utilização, manutenção, conservação e reabilitação dos edifícios públicos (habitacionais e não habitacionais) do MP que lhe está atribuída contratualmente.

Esse património é essencialmente formado por imóveis que englobam:

1. Parque de Habitação Pública Municipal, constituído por 565 edifícios com 12.617 fogos, constituintes da clássica designação “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios dispersos pela cidade com 560 fogos relativos às denominadas Casas do Património, do ex - Comissariado para a Renovação da Área Ribeira - Barredo - Centro Histórico (ex - CRUARB - CH) e da ex - Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex - FDZHP);
2. Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 131 edifícios repartidos da seguinte forma:
 - a) Parque Escolar Público Municipal (Creches, Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) constituído por 49 edifícios;
 - b) Outros Edifícios Públicos Municipais constituído por 82 edifícios, essencialmente, representados por equipamentos de índole cultural e administrativa / institucional.

A Domus Social assegura assim a gestão, manutenção e conservação do Parque de Habitação Pública Municipal constituído, como vimos, por cerca de 13.000 fogos e onde residem aproximadamente cerca de 30.000 pessoas, procurando assegurar a sua ocupação e correta utilização, a par de todas as ações de manutenção preventiva e reativa. Esta atividade é integralmente financiada por receitas próprias, provenientes da ocupação das habitações. É ainda subscrito com o MP, detentor da totalidade do capital social da empresa, um Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas (abreviadamente designado por Contrato de Mandato) que enquadra toda a atividade de manutenção corrente e reativa no conjunto dos restantes edifícios municipais, nomeadamente no Parque Escolar Público Municipal e nos designados Outros Edifícios Públicos Municipais. Ainda no âmbito deste contrato são

asseguradas todas as ações de “grande reabilitação” dos bairros de habitação social municipal. O financiamento das ações enquadradas neste contrato é integralmente suportado pelo MP.

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2020-2022 (IGP2020-2022) previam-se os seguintes objetivos gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Incremento da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;
- iv. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;
- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um SGQ orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação com o aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico – processo gradual de desmaterialização;
- vii. Gestão integrada do Parque de Habitação Pública Municipal garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- viii. Intervenção no espaço público do Parque de Habitação Pública Municipal;
- ix. Implementação generalizada de medidas de Manutenção Preventiva.

Este Relatório e Contas não poderia deixar refletir as complexas e diversas circunstâncias que resulta(ra)m da situação pandémica de Covid 19 e que resultaram numa constante adaptação dos instrumentos de gestão ao contexto que uma situação epidemiológica grave como aquela que marcou 2020 exige. De facto, o evento, em causa, condicionou fortemente a atividade da empresa e exigiu a adoção de uma série de medidas, de “geometria variável”, em função das dinâmicas de desenvolvimento da crise epidemiológica.

O impacto da pandemia refletiu-se, naturalmente, no desenvolvimento das intervenções programadas (serviços e empreitadas de obras públicas), teve impacto no cumprimento das metas orçamentais originais e nas consequentes revisões efetuadas e, particularmente, sensível o impacto que teve na economia familiar dos residentes no Parque de Habitação Pública Municipal.

Assim, e perante o grave contexto e particulares circunstâncias que determinaram 2020, a Domus Social adotou uma série de planos de contingência, nas mais diversas áreas, que serviram para reposicionar a gestão da empresa em face da imprevisibilidade e incerteza que caracterizou o ano em causa.

Desta maneira, e independentemente do cenário anteriormente descrito, os objetivos previstos foram genericamente atingidos como se demonstrará ao longo do presente relatório, particularmente na informação produzida ao nível de cada unidade funcional. Registe-se, no entanto e desde já, a elevada taxa de execução global do Contrato de Mandato (92,6%) e, particularmente, na rubrica relativa à Habitação Social (99,4%).

Nas rubricas do Contrato de Mandato relativas a Educação – Promover e Fomentar a Educação e Governância da Câmara – Funcionamento de Serviços, as taxas de execução fixaram-se, respetivamente, em 60,4% e 76,1%.

Toda a restante atividade, suportada financeiramente por receitas próprias, garantiu níveis de produção adequados, tendo a estrutura produtiva interna respondido em tempo útil às diversas e inúmeras solicitações de manutenção preventiva e reativa e, ainda, de reabilitação de aproximadamente 280 fogos que ao longo do ano foram ficando devolutos, tendo esta ação sido compatível com a obtenção de um resultado do exercício positivo, com o consequente reforço da estrutura dos capitais próprios e solidez financeira da empresa.

Em 2020, os custos de funcionamento, líquidos de outros rendimentos e ganhos, foram inferiores em 0,6% se comparados com o que estava previsto nos IGP 2020-2022. Comparativamente com o ano anterior, os custos de funcionamento tiveram um acréscimo de 6,3%.

O resultado líquido do período foi de 33 039,05€. A empresa apresenta uma autonomia financeira de 15,2%, e o prazo médio de pagamento a fornecedores a 31 de dezembro foi de 28 dias.

A Domus Social desenvolve uma procura ativa de fontes de financiamento (nacionais e comunitários) cujo beneficiário é o MP. Particular relevo merece o financiamento assegurado (a 100%) através do Programa H2020 pela operação URBINAT: Regeneration and Integration of Deprived Districts through Healthy Corridors as Drivers for the Co-creation of Social and Environmental Nature Based Solutions in Cities, liderada pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC) e que envolve, como protagonistas, as

ciudades do Porto, Nantes e Sónia e que se encontra em plena execução com conclusão prevista para 31 de maio de 2023.

No âmbito das candidaturas ao programa NORTE 2020 efetuadas pelo MP, merece destaque pelo volume financeiro movimentado a candidatura do MP aprovada ao Aviso n.º NORTE-04-2017-04 Reabilitação nos Bairros Sociais (Eficiência Energética) com um investimento considerado elegível que ascendeu a quase 9.900.000,00 € e da candidatura ao Aviso n.º NORTE-34-2016-25 Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (cujo beneficiário é o MP competindo a gestão da Domus Social) que obteve financiamento para uma série de atividades na área do desenvolvimento social, cultural e económico que ascende a 4.173.049,05 € (investimento elegível). Ambas as intervenções tiveram, durante o exercício em análise, um nível de execução significativo.

Mereceu particular atenção da empresa a iniciativa do governo com a chamada Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) publicado sob a forma de uma Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio) e dos instrumentos legais conexos. Consequente da publicação daquela resolução foram sendo publicados um conjunto diverso de diplomas que ajudaram, também, a configurar a Estratégia Local de Habitação (ELH), elaborada pelo Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a qual foi aprovada pelo MP nos finais de 2019. Na sequência dessa aprovação, o MP ficou dotado de um instrumento de planeamento original que alicerçou o Acordo de Colaboração celebrado em 16 de novembro de 2020 com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU, IP) que prevê se efetue, que até ao final de 2025, o realojamento de 1.740 famílias. Em 2020 o MP candidatou as primeiras 104 famílias para obtenção do financiamento consagrado no acordo em causa. Foram consideradas ainda elegíveis, até ao final do corrente ano, mais 39 famílias a serem considerados numa primeira candidatura a ser efetuada no 1.º trimestre de 2021.

Constitui projeto estruturante da atividade da empresa a implementação dos Planos de Manutenção Preventiva (PMP) elaborados para os denominados bairros de habitação social municipal, parte importante do Parque de Habitação Pública Municipal. Em 2020, neste âmbito, a empresa teve já atividade muito significativa, como veremos, mais à frente, neste relatório. Refira-se, ainda, que os processos de manutenção preventiva se encontram implementados, de uma forma quase generalizada, no Parque Escolar Público Municipal e nos Outros Edifícios Públicos Municipais.

Por fim, a intervenção no espaço público dos bairros do Parque de Habitação Pública Municipal, tal como consagrado na última revisão estatutária, ganhou um novo impulso e relevo prevendo-se que constitua nos

próximos anos uma das áreas que merecerá uma particular atenção pela manifesta obsolescência que o atual espaço público destes bairros apresenta. As intervenções previstas para Aldoar, Bom Pastor/Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão e Monte da Bela encontram-se na fase de elaboração de projetos. Durante 2020 a intervenção em São João de Deus foi concluída enquanto que no Bairro do Falcão a obra encontra-se adjudicada.

A dimensão dos ativos e a diversidade das questões relacionadas com a gestão da habitação social municipal exige uma particular atenção aos sistemas de informação que governam o funcionamento quotidiano da empresa. Sendo transversais à organização, recolhem e tratam dados nas diferentes áreas da empresa, que vão desde o relacionamento com a população residente, até à informação associada aos processos logísticos de aquisição e gestão de bens e serviços, passando pela informação associada à manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua responsabilidade. A informação, permanentemente atualizada, é condição indispensável para assegurar a qualidade do processo de tomada de decisão. A empresa possui um sistema de informação robusto, com uma vastíssima base de dados e ferramentas de recolha e tratamento da informação de gestão. No entanto, o crescimento da empresa nos últimos anos e a evolução tecnológica, determinou a necessidade de elevado investimento nesta área, destacando-se a conclusão, em 2020, dos seguintes projetos:

- Foi implementado durante o corrente ano o novo software de gestão integrada de produção (eSigma). Sendo um programa de gestão da produção, interage de forma integrada com diversos aplicativos existentes nas diferentes áreas de atuação da empresa.
- No ano de 2020 foi ainda implementado e consolidado o novo software de gestão da habitação (eSigha) que contempla, todas as ferramentas necessárias para permitir maior eficácia na gestão das pessoas e respetivos movimentos habitacionais e, também, nos processos relativos à cobrança de rendas.
- Também na área de gestão de recursos humanos foi implementado um novo software, que integra, para além da gestão do processamento de remunerações, a gestão da formação profissional e avaliação de desempenho e a responsabilidade social.

Na continuidade de princípio seguido em períodos anteriores, também em 2020 investiu-se no desenvolvimento das capacidades dos meios humanos, concretizando diversas ações de formação profissional que abrangeram a generalidade dos colaboradores e foram executadas em função das necessidades identificadas pelas diferentes direções e áreas de coordenação. Procurou-se o envolvimento na

gestão potenciando a comunicação interna, a fixação de objetivos, o seu regular acompanhamento, a análise periódica e a avaliação de desempenho.

Continuou a merecer particular atenção o Sistema de Gestão da Domus Social com o acompanhamento e procedimentalização de todos os circuitos administrativos e de controlo interno, procurando-se que esteja sempre presente na organização o princípio de melhoria contínua. Para este objetivo relevam, particularmente, as ações sistemáticas e planeadas de auditoria interna e externa de procedimentos. Estas ações são ainda indispensáveis para garantia dos adequados níveis de transparência e auditabilidade nas relações com as partes interessadas.

Destaca-se ainda a adaptação do sistema de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com o referencial da ISO 45001:2019 e a certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social de acordo com a NP 4469:2019, como corolário lógico da evolução da organização nas dimensões da sustentabilidade social, ambiental e económica, onde as práticas de valorização do capital humano e a racionalização dos recursos, são os grandes princípios orientadores.

Na gestão do Parque de Habitação Pública Municipal, a empresa garantiu a correta ocupação dos fogos, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada, e sempre enquadrando as suas decisões nas regras estabelecidas pelo Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH) e legislação em vigor.

Ao longo do ano de 2020, o MP e a Domus Social implementaram um conjunto de medidas de proteção aos inquilinos em situação de maior vulnerabilidade social e económica, por força do decréscimo dos rendimentos dos agregados durante o período da pandemia. Durante o corrente ano foram realojadas 264 famílias.

Ao longo de 2020 continuou a impor-se a necessidade de adequação da gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Deu-se assim continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas e implementaram-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes. É o caso do projeto solidário “Porto.Importa-se”, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, reduzindo, para este segmento da população residente nos bairros de habitação social municipal, os efeitos negativos de uma vida isolada.

O risco de isolamento social agravado pelas medidas de confinamento obrigatório e restrição dos contactos sociais, constituiu o contexto deste acompanhamento aos agregados. Todas as situações de extremo isolamento social foram já sinalizadas e tratadas conjuntamente com as entidades da rede de apoio local.

Em simultâneo, a Domus Social em articulação com o Departamento Municipal de Coesão Social (DMCS) e na sequência da parceria com a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), encontra-se a implementar o programa Chave dos Afetos, através do qual se oferece uma solução integrada com componente tecnológica e humana que monitoriza as pessoas idosas de forma contínua contribuindo para a redução do isolamento sénior.

Também as Residências Partilhadas para seniores que foram criadas para servir de alternativa à precoce institucionalização em lares de idosos e, ao mesmo tempo, também aqui, combater o seu isolamento.

Ainda no ano de 2020, foi aprovada a celebração de um protocolo com os Serviços de Assistência Organizações de Maria (SAOM) - para a implementação do projeto “Porto Sentido – Habitação, Capacitação, Reinserção”. Nesse sentido, foram cedidos 4 apartamentos localizados em diferentes aglomerados habitacionais que, para além de garantirem alojamento, potenciarão o desenvolvimento de ações de capacitação aos beneficiários, para a integração social.

A situação de debilidade social e económica que vai atingindo algumas famílias marcada pela existência de algumas bolsas de pobreza e de situações de desigualdade, impele a empresa à ação e ao reforço da sua responsabilidade social, como revela o apoio logístico na implementação e no controlo do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pelo MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras, atribuindo-lhes um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária.

Por último merece particular relevo, no contexto e circunstâncias em que se encontrava o País, que em 2020 e comparado com anos anteriores, as taxas de incumprimento do pagamento de rendas atingiram valores ligeiramente mais elevados, fixando-se no final do ano em 3,81% em termos de valor, e nos 4,71% em termos do número de incumpridores mesmo assim longe dos números que se vão conhecendo da realidade portuguesa no que concerne ao arrendamento.

No que respeita à gestão de riscos, a empresa está apenas sujeita ao risco operacional. Para o mitigar, o CA celebra anualmente o Contrato de Programa e de Mandato com o MP por forma a assegurar níveis de atividade económica que proporcionem, juntamente com o rédito das rendas do Parque de Habitação Pública

2. Atividades mais relevantes desenvolvidas pela empresa

Municipal, o equilíbrio das operações a nível económico e financeiro. Adicionalmente, o CA suporta as suas decisões, quer na sua estrutura interna – Gabinete Jurídico (GJ), quer em consultores jurídicos externos, principalmente no que respeita à contratação pública, ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e às obrigações impostas pela Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto que institui medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Porto, 20 de maio de 2021

O Conselho de Administração,



(Fernando Paulo Ribeiro de Sousa)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)

2. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA

A – DIREÇÃO DE GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional tem como missão assegurar a gestão rigorosa e transparente das matérias relacionadas com a ocupação dos fogos de habitação pública municipal e, também, de espaços não habitacionais integrados nos bairros de habitação social da cidade.

No parque habitacional residem atualmente cerca de 13.000 agregados familiares, que a DGPH acompanha de forma participativa e permanente.

Através do presente relatório de atividades, pretende-se, de forma sistematizada, elencar as principais atividades da DGPH ao longo de 2020 procurando apresentar dados comparativos e demonstrativos da evolução dessa mesma atividade.

Durante o ano de 2020 deu-se particular atenção às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, de se promover as adequações às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Implementaram-se igualmente outras ações tendentes a promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

Destacam-se as práticas iniciadas em 2020 e que se repercutirão no futuro ao nível da atuação sustentável da empresa, designadamente na minimização dos impactes ambientais de utilização do papel. As candidaturas formalizadas ao Porto Solidário desenvolvem-se unicamente em suporte digital, dispensando assim a impressão em papel.

A Câmara do Porto foi pioneira ao tomar medidas mais severas no combate à disseminação pelo novo coronavírus, antecipando-se numa semana à entrada em vigor do Estado de Emergência. O atendimento presencial no GIM - Gabinete do Inquilino Municipal, esteve encerrado entre 14 de março e 10 de maio de 2020.

Contudo, os serviços adequaram a capacidade de resposta, reforçando o atendimento por telefone para responder às situações mais urgentes, bem como os canais de comunicação digital, quer com os inquilinos municipais quer com os munícipes que procuravam respostas ao nível das medidas de política de habitação.

Conscientes que a situação de emergência de saúde pública provocada pela doença COVID-19, acarretou sérios constrangimentos sociais e económicos nas famílias, nomeadamente pela suspensão da atividade

comercial e o encerramento de vários equipamentos, o Município do Porto adotou medidas tendentes a apoiar o tecido económico e social da cidade, bem como as famílias residentes em habitação social:

- Reavaliação do valor da renda em função dos rendimentos ajustados das famílias - a Social providenciou pelo ajustamento do valor da renda apoiada, no prazo máximo de 10 dias, repercutindo-se o novo valor na renda do mês seguinte, para todas as famílias que o solicitaram.
- As rendas entre fevereiro e junho de 2020, poderiam ser liquidadas até 31 de julho de 2020, sem juros e custas. As famílias que não consigam pagar a renda neste período, puderam fasear o pagamento em prestações até 31 de dezembro de 2020, sem juros e custas.
- Foi suspensa a instauração de procedimento de execução fiscal das dívidas que ocorram entre março e junho de 2020.
- Foi determinada a isenção das rendas devidas pelos comerciantes arrendatários de espaços não habitacionais sob gestão da Domus Social, bem como de espaços destinados a armazém ou garagem, entre março e junho de 2020.
- Foi determinada a concessão de novo apoio traduzido na redução de 50% do valor das rendas devidas pelos comerciantes arrendatários de espaços não habitacionais sob gestão da Domus Social, entre os meses de outubro de 2020 e março de 2021;
- Foi determinada a isenção do pagamento total das contrapartidas financeiras ou das prestações devidas pela celebração de cedências precárias de utilização de espaços não habitacionais do Município, a diferentes instituições da cidade.

Em linha com as orientações do Governo, a Domus Social acompanhou a suspensão de ações de despejo. Da mesma forma, ficaram suspensos os processos judiciais de entrega de imóveis, quando a família é colocada em situação de fragilidade por falta de habitação própria. Foi promovida a suspensão de denúncias de contratos de arrendamento efetuadas pela Domus Social.

Esta em curso desde 2008, o projeto *ConDomus*, Gestão e Organização de Entradas em edifícios municipais, através do qual se pretende que os inquilinos adquiram novas competências de gestão e administração do espaço residencial.

O *ConDomus* encontra-se implementado em 45 aglomerados habitacionais da cidade do Porto, num total de 956 entradas com gestores eleitos.

O Município do Porto aprovou em 2020 duas novas edições do *Programa Porto Solidário*, com uma dotação financeira, global, de 2 125 000€. Relativamente a estas edições, foram homologadas candidaturas de 922

famílias para beneficiar do apoio. Desde 2014 e até ao final de 2020, o Município do Porto já apoiou mais de 3.261 famílias num total de € 7.845.000,00.

No decurso do ano de 2020, foi implementada uma nova Residência Partilhada na freguesia de Campanhã. Este projeto, dinamizado pela Domus Social em articulação com as Juntas de Freguesia, procura responder à necessidade de encontrar novas respostas para algumas carências identificadas na população mais idosa. O que se pretende com a implementação desta iniciativa é disponibilizar uma alternativa viável, à precoce institucionalização em lares de idosos e, simultaneamente, combater a solidão através dos afetos. Existem já 7 residências partilhadas em funcionamento no parque público municipal, distribuídas pela União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Bonfim, Campanhã e Ramalde, permitindo o apoio de um total de 21 idosos isolados.

Ainda no ano de 2020, foi aprovada a celebração de um Protocolo com os Serviços de Assistência Organizações de Maria (SAOM) - para a implementação do projeto "Porto Sentido – Habitação, Capacitação, Reinserção".

Nesse sentido, foram cedidos 4 apartamentos localizados em diferentes aglomerados habitacionais e tipologias (tipo 3 e 4), que, para além de garantirem alojamento, potenciarão o desenvolvimento de ações de capacitação aos beneficiários, para a integração social.

Em outubro de 2020, na sequência do trabalho que a DGPH tem vindo a trabalhar no sentido de produzir conhecimento relevante sobre as condições socio-habitacionais de agregados familiares residentes na cidade, através de recolha e sistematização da informação que se encontra disponível nos suportes de informação internos, foi proposta a CA e aprovada a criação de um Observatório de Habitação Social do Município do Porto (OHMSMP).

O OHMSMP pretende cumprir os seguintes objetivos: (1) Monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto, em especial a da habitação social; (2) Produzir conhecimento útil e pertinente para a melhoria da atividade da Domus Social; (3) Avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação; (4) Propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.

O trabalho embrionário já realizado até à data, permite identificar as potencialidades de um dispositivo de observação sistemática, nomeadamente ao nível de: (1) Apoio à gestão da atividade regular da Domus Social; (2) Apoio nas decisões estratégicas a médio prazo; (3) Definição de políticas municipais no âmbito da habitação.

A apresentação formal do OHMSMP, assim como dos primeiros dados preliminares, foram realizadas em reunião do Executivo Municipal de 9 de novembro.

AIIA – ABORDAGEM INTEGRADA PARA A INCLUSÃO ATIVA

Em 2020, foi dada continuidade ao conjunto de atividades promovidas pela Domus Social no âmbito do AIIA Porto - Programa Integrado de Inovação e Experimentação Social e de Animação Territorial do Porto, candidatado pela Câmara Municipal do Porto ao Programa Operacional Regional do Norte – NORTE 2020, Eixo Prioritário Inclusão Social e Pobreza.

Merece referência o facto de as atividades desenvolvidas no âmbito deste programa serem essencialmente de intervenção comunitária direta com os moradores, tendo por esse motivo sido suspensas e/ou condicionadas devido aos constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19 desde março 2020.

No âmbito do desenvolvimento de ações de capacitação/sensibilização dirigidas aos Gestores de Entrada, foram realizadas 18 ações, subordinadas aos seguintes 4 temas: Gestão de Conflitos; Suporte Básico de Vida; Proteção e Segurança e ainda de Sensibilização e Informação Ambiental.

O quadro infra ilustra o trabalho que foi desenvolvido durante o ano de 2020 no âmbito do AIIA, nomeadamente o número de ações que foram realizadas, os temas, o número de aglomerados habitacionais abrangidos, e o número de participantes:

Tema	N.º de Ações Realizadas	N.º Aglomerados Abrangidos	N.º Participantes
Gestão de Conflitos	3	5	16
Suporte Básico de Vida	11	11	40
Proteção e Segurança	1	3	7
Sensibilização e Informação Ambiental	3	5	16
Total	18	24	79

Devido à situação pandémica, não foram realizadas iniciativas de sensibilização junto dos moradores, pois este tipo de atividade é claramente contraindicado pelas autoridades de saúde.

Quanto ao projeto “Porto.Importa-se” de apoio a idosos isolados, através do desenvolvimento de estratégias de apoio a arrendatários isolados com mais 70 anos e casais com mais de 75 anos, residentes em habitação pública social no Município do Porto, em 2020, deu-se continuidade ao diagnóstico da população sénior. No âmbito deste projeto, em parceria com o Instituto de Serviço Social do Porto, foram efetuadas visitas a cerca de 300 idosos no decurso do último trimestre de 2020. O risco de isolamento social agravado pelas medidas

de confinamento obrigatório e restrição dos contactos sociais, constituiu o contexto deste acompanhamento aos agregados. O relatório conclusivo destas visitas ainda está a ser elaborado, mas todas as situações de extremo isolamento social foram já sinalizadas e tratadas conjuntamente com as entidades da rede de apoio local.

Na sequência da recolha de informação é efetuada uma estreita e regular discussão entre a equipa de trabalho envolvida no terreno, dos casos diagnosticados como estando em risco de isolamento social, provável depressão, declínio cognitivo, ou de idoso severamente dependente, por forma a que a triagem em torno das situações de risco, seja o mais ponderado e refletido possível. Em momentos posteriores, estes casos de risco são, igualmente, objeto de acompanhamento pelos parceiros locais (como a Junta de Freguesia, ARS, RLIS) para que, numa lógica de intervenção em rede, se defina qual a solução adequada e possível para mitigar o risco associado, trabalho progressivamente assente numa metodologia de gestão de caso.

No mês de julho, a Domus Social, em articulação com o Departamento Municipal de Coesão Social e na sequência de protocolo com a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), iniciou a implementação do Programa “Chave de Afetos”, solução integrada com componente tecnológica e humana que monitoriza as pessoas idosas de forma contínua, contribuindo para uma diminuição do isolamento sénior. A Domus Social procede ao contacto e sinalização de moradores em habitação social municipal que reúnem características cumulativas de idade avançada, isolamento social, precariedade social, condições de saúde precárias e outras características de vulnerabilidade. Os moradores são sinalizados junto do DMCS para operacionalização da instalação da solução tecnológica na residência dos beneficiários.

Até 31 dezembro, foram realizadas 54 instalações, abrangendo um total de 64 beneficiários. Estima-se vir a disponibilizar um total de 150 equipamentos eletrónicos para instalação junto dos idosos em risco de isolamento social.

No ano de 2020 foi concluída a primeira de três Residências artísticas previstas no âmbito do AIIA, intituladas “Vamos Imaginar Um Bairro de Luz”, dinamizada pelo Ballet Teatro. A residência decorreu no Agrupamento de Escolas de Cerco do Porto, através de sessões trissemanais de promoção de competências artísticas e performativas com jovens da zona do Vale de Campanhã, incluindo ainda a realização e registo de alguns produtos artísticos.

De janeiro até dia 12 de março (data na qual foi dada por terminada devido à pandemia COVID 19) foram realizadas 39 sessões, envolvendo 74 jovens. Ao longo de toda a Residência (de outubro 2019 a março 2020) foram realizadas 58 sessões, envolvendo um total de 97 jovens.

A Primeira residência teve como produto um CD musical, com 6 temas compostos e interpretados pelos jovens participantes. O CD “Vamos Imaginar Um Bairro de Luz” foi apresentado no dia 12 de setembro, com espetáculo realizado pelos participantes na Concha Acústica dos Jardins do Palácio de Cristal.

Em setembro, teve início a segunda residência artística (inicialmente prevista para decorrer entre agosto e setembro, adiada devido aos constrangimentos da pandemia), com sessões bissemanais no Auditório do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto. Até 31 de dezembro, foram realizadas 24 sessões, envolvendo um total de 61 jovens participantes.

A iniciativa *Elements* - atividade experimentação e desenvolvimento de competências no âmbito das artes urbanas destinada a jovens oriundos de zonas desfavorecidas da cidade, realizada durante as pausas letivas, teve mais duas edições realizadas em 2020 - Verão (duas semanas) e Natal (uma semana). Foram realizadas um total de 15 sessões de experimentação e expressão artística, envolvendo 43 crianças e jovens participantes.

GABINETE DO INQUILINO MUNICIPAL

No decurso do ano de 2020, o Gabinete do Inquilino Municipal foi completamente renovado. O espaço está mais funcional e acolhedor para receber os munícipes.

Modernizado, com uma imagem mais marcante, este espaço foi preparado para enfrentar os desafios de uma pandemia e demonstra a importância que damos ao atendimento personalizado aos munícipes.

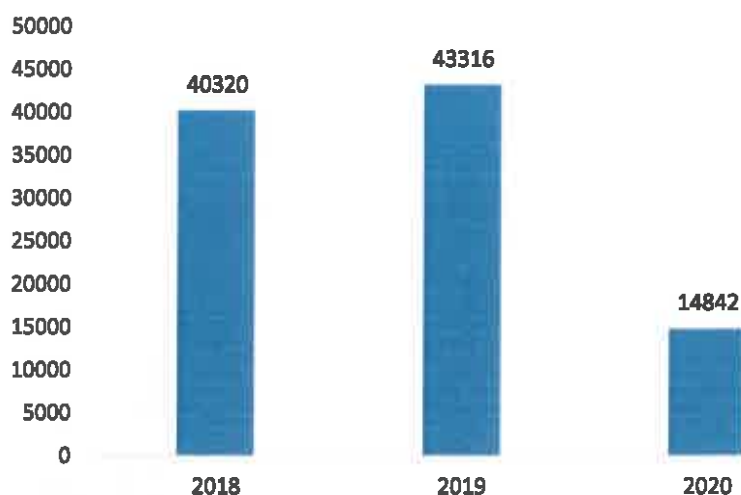
Durante este ano, registou-se uma menor de afluência ao GIM em virtude dos constrangimentos que a pandemia acarretou. Foram efetuados 14.842 atendimentos, isto é, 70 em média diária. A procura de habitação social, os pedidos de transferência e de modificação do agregado familiar, a receção e controlo de documentos relacionados com a gestão do programa Porto Solidário, o pagamento e regularização de rendas, são aos principais motivos de deslocação a este gabinete, que continua a ser o porto de abrigo a muitos dos nossos inquilinos e munícipes.

Esta área de front-office exige e justifica particular atenção da gestão à capacidade técnica e comportamental dos seus colaboradores, garantindo frequentes ações de formação direcionadas para a qualidade do atendimento, a par da salvaguarda da qualidade e conforto do espaço físico.

Para além da receção das solicitações presenciais e telefónicas, o back-office do GIM tratou as solicitações remetidas por outras vias, nomeadamente carta e e-mail, garantindo a resposta a quem utiliza meios alternativos de contacto com a empresa.

Com o objetivo de reduzir os tempos de permanência no GIM, foi entendimento que, a partir de maio apenas se efetuariam atendimentos presenciais por marcação.

Atendimentos Presenciais no GIM



Conforme verificamos da análise do gráfico supra, verificamos uma diminuição ao nível dos atendimentos presenciais realizados no decurso de 2020, comparativamente ao ano de 2019.

Ainda, no âmbito deste gabinete, existem três linhas de atendimento telefónico, a linha GIM para pedidos relacionados com a ocupação de habitações, nomeadamente pedidos de habitação, transferências, alterações de titularidade e outros, a linha Gestores de Entrada para pedidos relacionados com as zonas comuns e a linha Porto Solidário para apoio ao programa.

Nos quadros seguintes analisa-se o desempenho dos serviços de atendimento telefónico dedicados aos inquilinos municipais, em função do número de chamadas recebidas durante o ano de 2020, onde se constata que a média diária de chamadas recebidas é de 235.

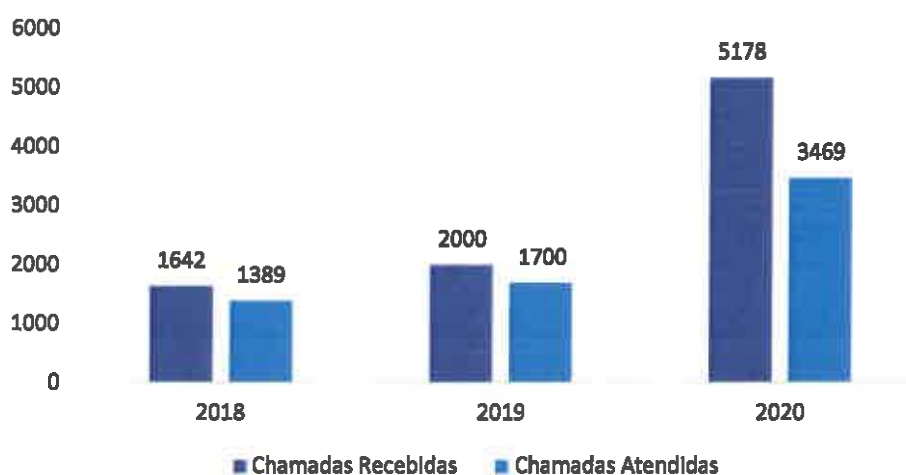
Linha GIM

Análise atendimento telefónico – inquilinos – 2020	Quantidade		
	Média Mês	%	Média Dia
Chamadas Recebidas	5178,33	100	235,36
Chamadas Atendidas	3469,67	67	157,71
Chamadas Dissuadidas (9h00-18h00)	0	0	0
Chamadas Dissuadidas (18h00-9h00)	340,42	6,57	15,47
Chamadas Abandonadas - 5s	484,50	9,36	22,02
Chamadas Abandonadas - 15s	138,25	2,67	6,28
Chamadas Abandonadas - 30s	303,67	5,86	13,80
Chamadas Abandonadas - 60s	114,58	2,21	5,21
Chamadas Abandonadas - +60s	968,67	18,71	44,03

Tempo médio de espera das chamadas atendidas	0:01:59	-	-
Tempo médio de conversação	0:02:44	-	-
N.º máximo de chamadas em simultâneo	13	-	-

Comparativamente ao ano de 2020, ao nível do atendimento telefónico, o número de chamadas recebidas apresenta um aumento bastante significativo, quer ao nível da Linha GIM, quer pela disponibilização da Linha Gratuita aos Gestores de Entrada.

Linha GIM - Média Anual



Análise atendimento telefónico - Gestores de Entrada - 2020	Quantidade		
	Média Mês	%	Média Dia
Chamadas Recebidas	529,42	100,00	24,06
Chamadas Atendidas	340,42	64,30	15,47
Chamadas Dissuadidas (9h00-18h00)	0	0	0
Chamadas Dissuadidas (18h00-9h00)	20,58	3,89	0,94
Chamadas Abandonadas - 5s	59,75	11,29	2,72
Chamadas Abandonadas - 15s	28,50	5,38	1,30
Chamadas Abandonadas - 30s	8,50	1,61	0,39
Chamadas Abandonadas - 60s	12,42	2,35	0,47
Chamadas Abandonadas - +60s	86,83	16,40	3,95
Tempo médio de espera das chamadas atendidas	0:02:13	-	-
Tempo médio de conversação	0:02:44	-	-
N.º máximo de chamadas em simultâneo	5	-	-

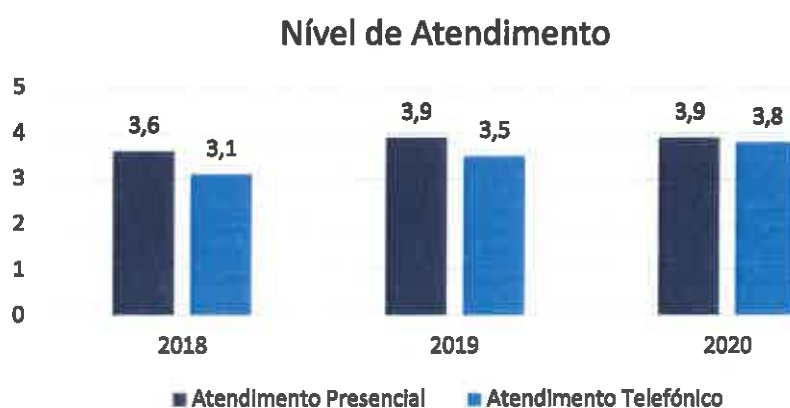
Total de Chamadas Atendimento Telefónico



Conforme já referido, e por força do estado de emergência, foi reforçada a capacidade de resposta alternativa às solicitações apresentadas pelos munícipes, o que justifica este aumento tão significativo no número de atendimentos telefónicos. Em período homólogo de 2019, rececionamos 28 535 chamadas.

Pela importância de que se reveste a monitorização da qualidade do atendimento, manteve-se em 2020 a recolha, por amostragem aleatória, de opinião dos utilizadores do serviço. Durante este ano foram respondidos 4.336 inquéritos de satisfação. Estes inquéritos têm uma classificação de 1 a 4, sendo 1 insatisfeito e 4 muito satisfeito. O gráfico seguinte apresenta os resultados verificados.

Qualidade do atendimento (nível de 1 a 4)



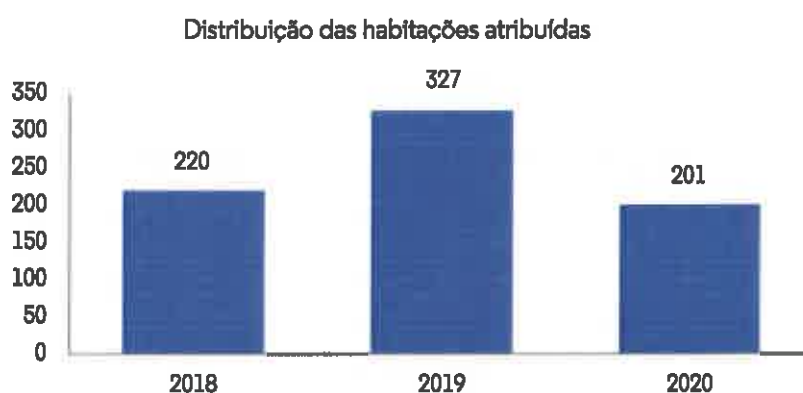

CONCESSÃO DE HABITAÇÕES

No âmbito da gestão do parque habitacional, a concessão de habitações a agregados familiares que, comprovadamente, se encontram em situação de grave carência económica, constitui uma das prioridades da DGPH.

Com efeito, reflete-se na situação de muitas famílias a conjuntura social e económica que compromete a manutenção dos agregados familiares no mercado privado de arrendamento.

As dinâmicas implementadas ao nível das medidas de política habitacional no município visam promover a coesão social e minimizar as situações de pobreza e exclusão social.

Conforme se pode verificar pela análise do gráfico seguinte, no decurso do ano de 2020 foram atribuídas 201 habitações a famílias carenciadas, que formalizaram candidatura a habitação pública municipal.



Refira-se que o decréscimo das atribuições a habitações a agregados familiares carenciados pode justificar-se pelo fecho dos serviços presenciais da Domus Social, que apenas foram reabertos a 11 de maio de 2020, em virtude da situação pandémica vivenciada no país e a aplicação do estado de emergência.

Assim, e desde 11 de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2020, a Direção de Gestão do Parque Habitacional atribuiu 149 fogos municipais a candidatos a habitação social, ou seja, 74% dos realojamentos foram concretizados após a abertura dos serviços presenciais da Domus Social.

TRANSFERÊNCIA DE AGREGADOS FAMILIARES

Durante o ano de 2020, instruíram pedido de transferência de habitação municipal 215 famílias. De acordo com a disponibilidade do parque habitacional, e considerando as necessidades e particularidades dos agregados, foi possível transferir 63 famílias, sendo que 60,3% das transferências efetuadas reportam-se a situações de comprovada necessidade por questões de doença e 31,7% dizem respeito a transferências

realizadas por adequação de tipologia. As restantes situações repartem-se entre transferências para habitação de renda mais económica e outros realojamentos determinados superiormente.



Refira-se que o decréscimo das atribuições a habitações a agregados familiares carenciados pode justificar-se, uma vez mais, pelo fecho dos serviços presenciais da Domus Social, que apenas foram reabertos a 11 de maio de 2020.

REQUALIFICAÇÃO DE HABITAÇÕES DEVOLUTAS

No decurso do ano de 2020 a DGPH remeteu à DP 276 habitações devolutas para reabilitação.

Em igual período, foram rececionadas 265 habitações reabilitadas que integraram a Lista Diária de Fogos Disponíveis (LDFD). Essas habitações são maioritariamente localizadas nas Campinas, no Cerco do Porto, na Pasteleira e no Regado.

No quadro seguinte, apresentamos a súmula dos movimentos habitacionais efetuados no decurso do ano de 2020, sendo possível comparar ainda com os anos de 2018 e 2019.

Movimento Habitacional	2018	2019	2020
Atribuição Habitação	220	327	201
Transferências	77	93	63
Total	297	420	264

Como é possível verificar, no ano de 2020 houve um decréscimo nas atribuições de habitações, quer a candidatos municipais, quer a inquilinos, que instruíram pedido de transferência.



Consideramos que o decréscimo dos movimentos habitacionais pode ser justificado pela necessidade de encerramento dos serviços da Domus Social de 13 de março a 11 de maio de 2020, levando à suspensão da atividade presencial, nomeadamente dos processos de atribuição.

Todavia, e carece de ressaltar, que no período de 11 de maio até 31 de dezembro de 2020, a DGPH concretizou 186 realojamentos, ou seja, 70% dos movimentos habitacionais foram concretizados no período de abertura dos serviços presenciais da Domus Social.

Nesse mesmo período, a DGPH rececionou 187 fogos municipais, que integraram a Lista Diária de Fogos Disponíveis.

Finalmente refira-se que, ao longo do ano de 2020, foram analisados cerca de 788 pedidos instruídos no GIM, que se repartem entre candidaturas a habitação pública municipal, pedidos de alteração de titularidade, de integração ou exclusão de elemento do agregado e de transferência, conforme gráfico infra.



REALOJAMENTOS AGREGADOS FAMILIARES 1º DIREITO

O 1º Direito constitui para o Município do Porto, um instrumento de financiamento nas várias vertentes de respostas a dar ao nível habitacional.

Para as situações de arrendamento apoiado, todos os munícipes podem candidatar-se a habitação social municipal. A candidatura é avaliada de acordo com o Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município do Porto em vigor e se for aprovada será incluída em LAF-Lista de Atribuição de Fogos. Se reunir condições será enquadrada para efeitos de financiamento do 1º Direito, cujo beneficiário é o MP.



A candidatura apresentada pelo Município do Porto propôs que as 1740 famílias, correspondentes a 3800 pessoas, que atualmente vivem em condições habitacionais indignas na cidade, sejam realojadas entre 2020 e 2025 nas seguintes soluções habitacionais:

- Arrendamento de habitações para subarrendamento – 75 famílias/fogos;
- Reabilitação de frações ou prédios habitacionais – 1345 famílias/fogos;
- Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais – 200 famílias/fogos;
- Aquisição de frações ou de prédios degradados e subsequente reabilitação dos mesmos – 120 famílias/fogos.

Desta feita, e dando cumprimento à candidatura apresentada e aprovada pelo Município do Porto e pelo IHRU, a Domus Social, no ano de 2020, promoveu o realojamento de 143 agregados familiares ao abrigo do 1º Direito.

Até ao final do ano de 2020, o MP, com o suporte da Domus Social, submeteu 104 candidaturas ao IHRU ao abrigo do 1º Direito, e encontra-se em processo de submissão mais 39 candidaturas de agregados realojados em 2020.

PORTO SENTIDO

Na Reunião da Câmara Municipal do Porto, realizada a 22 de junho de 2020, por proposta do Senhor Vereador do Pelouro da Habitação e Coesão Social, foi aprovada a celebração de um Protocolo com os Serviços de Assistência Organizações de Maria (SAOM) - para a implementação do projeto “Porto Sentido – Habitação, Capacitação, Reinserção”.

O Projeto tem como objetivo principal a criação de um programa de promoção da reinserção social para pessoas em situação de sem-abrigo da cidade do Porto, e está alicerçado em 4 eixos de ação:

- 1) Alojamento em modalidade de apartamento, de diferentes tipologias.
- 2) Acompanhamento biopsicossocial.
- 3) Capacitação para a autonomização através de diferentes modalidades de formação adaptadas, quer nos seus conteúdos quer na duração, às necessidades dos utilizadores do projeto.

4) Mentoria para a empregabilidade, articulação com programas de promoção da empregabilidade de população sem-abrigo e potenciação de uma rede de empresas inclusivas e ações de programa apoiado em mercado normativo.

Desta feita, e no relativamente ao eixo do alojamento, a Domus Social cedeu 4 apartamentos, localizados em diferentes aglomerados habitacionais e tipologias (tipo 3 e 4), que, para além de garantirem alojamento, potenciarão o desenvolvimento de ações de capacitação aos beneficiários, para a integração social.

Nesse sentido, e em virtude do Protocolo celebrado entre a Domus Social e a SAOM, nomeadamente relativa à cedência habitacional, foi possível apoiar, aproximadamente, um grupo de 14 indivíduos em situação de sem-abrigo, promovendo a sua autonomização

PROJETO CONDOMUS

O Projeto ConDomus pretende aumentar a participação dos moradores na gestão dos espaços comuns e dessa forma melhorar a sua qualidade de vida e potenciar a conservação e manutenção do parque habitacional. Este modelo de gestão pressupõe a nomeação de gestores de entrada em mandatos anuais ou bienais, sendo por isso imperativo que se dê continuidade ao serviço nos bairros cujos mandatos se tenham iniciado em 2018, no caso das eleições bienais, e no caso de bairros em que se implementou o projeto em 2019 eleição anual.

Contudo, na sequência do surto pandémico do COVID-19 e dos seus reflexos na atividade da Domus Social, e, especificamente na Gestão de Condomínios, foi necessário alterar o planeamento inicial do ConDomus, uma vez que é previsível que, até ao final de 2020, se encontre condicionada a realização de reuniões no hall das entradas.

Deste modo, foram retirados do planeamento os aglomerados onde, apesar dos mandatos terminarem no presente ano, não existem espaços não habitacionais com as condições necessárias à realização das reuniões, considerando o número de moradores ou o número de entradas que constituem o aglomerado.

Assim, inscrevem-se naquelas condições 21 bairros, que se distribuem por 345 entradas.

Paralelamente, e porque existem empreendimentos municipais cujas obras de reabilitação já terminaram, ou estão a terminar, como é o caso de Cerco do Porto (blocos 31 e 32), e Monte da Bela (1 a 7) os mesmos foram igualmente considerados para efeitos de implementação deste modelo de gestão, no total de 30 entradas.

Assim, e no ano de 2020 efetuou-se a (re)organização de 345 entradas, tendo-se intervindo nos bairros que a seguir se identificam:

Distribuição das Entradas Organizadas ao abrigo do Projeto ConDomus, durante o ano de 2020

2020		
Desenvolvimento/Implementação Projeto	Total entradas	Entradas organizadas
S. Vicente de Paulo	1	1
Mouteira	42	40
S. Roque da Lameira	39	35
Carvalhido	18	18
Agrup. Falcão	16	15
Outeiro	8	7
Francos	55	47
Ilha da Bela Vista	2	2
Agra do Amial	7	6
Cerco do Porto Novo	11	11
Choupos	3	2
Cerco do Porto (11,12,18,23,25,27,28 e 29)	28	25
Travessa de Salgueiros	5	5
Casas Rainha D. Leonor	5	4
Parceria Antunes	7	7
Cerco do Porto (31 e 32) - Implementação	2	2
Musas	1	1
Fontainhas	4	4
Ramalde	35	34
Lordelo	21	16
Monte da Bela - Implementação	28	26
Património	6	5
Bonjardim	1	1
Total	345	314

Concluimos que, do total de entradas onde se realizaram as reuniões planeadas (345), 314 ficaram organizadas.

Para além das reuniões previstas no planeamento anual do projeto, foram realizadas, no decurso de 2020, reuniões de implementação do ConDomus no Património, obtendo os resultados descritos.

Implementação Projeto	Total Entradas	Entradas Organizadas
Património Diverso	10	10

ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOS GESTORES DE ENTRADA

Com a eleição dos gestores, dá-se início a uma outra fase do trabalho neste domínio, que visa o acompanhamento no exercício das funções para as quais foram eleitos.

O trabalho em apreço, materializa-se através das respostas às solicitações que os gestores vão apresentando nos serviços, relacionadas não só com a gestão propriamente dita, como também da manutenção e conservação do edificado, no que às áreas comuns diz respeito.

Corporiza-se ainda através de reuniões extraordinárias, nas situações em que os gestores solicitam o apoio para discussão do modelo de limpeza implementado, ou quando por razões várias se demitem das suas funções, e é necessário eleger um novo representante.

Distribuição dos pedidos apresentados “G. Condomínios – Gestor de Entrada”, durante o ano de 2020

Ano de 2020	Processos em	Processos	Total
Pedidos Gestores	5	277	282

AVERIGUAÇÃO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS – ZONAS COMUNS

A área da Gestão de Condomínios trata todas as denúncias relacionadas com o uso e fruição das áreas comuns de todos os bairros municipais e prédios que se localizam na zona do Património, que se encontram sob a atual gestão da Domus Social, registadas no Portal de Habitação, cuja nomenclatura do procedimento é G. Condomínios – Denúncias Zonas Comuns.

Distribuição pedidos criados para “Gestão de Condomínios– Denúncias Zonas Comuns”, durante o ano de 2020

Ano de 2020	Processos em Curso	Processos Terminados	Total
Pedidos Denúncias Zonas Comuns	9	464	473

OUTROS CONDOMÍNIOS

Ainda no que concerne à gestão e administração dos espaços comuns, destaca-se o trabalho que se efetua ao nível do acompanhamento e apoio que é prestado às diferentes administrações de condomínio constituídas

em prédios que no passado foram alienados pelo Município do Porto, mas onde ainda existem frações municipais (habitacionais e/ou não habitacionais), designadamente em Bessa Leite, Central de Francos e Santa Luzia.

A equipa de colaboradores participa ativamente nas reuniões agendadas, valida os quantitativos pagos em quotas de condomínio e assegura a prestação de informações ao CA relativamente aos pedidos de pagamento de quotas extraordinárias para a execução de obras.

No decurso do ano de 2020, participamos em 15 reuniões.

CEDÊNCIA DE ESPAÇOS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Regista-se ainda no domínio em apreço 22 pedidos de cedência, por parte de entidades privadas sem fins lucrativos.

Desses 22, 9 ainda se encontram em análise e tratamento, tendo-se concretizado a formalização de 4 cedências para os espaços e instituições que infra se identificam:

Identificação Entidades	Identificação espaços cedidos
Associação U. Dream Portugal	Rua Monte de S. João, Loja 132
Qualificar para Incluir- Associação de Solidariedade Social	Rua dos Manjericos nº 42
Associação Just a Change	Rua do Mondego, Bloco N , Cave 25
Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC)	Rua do Peso da Régua, nº 536/540

RENDAS E TAXAS DE INCUMPRIMENTOS

Durante o ano de 2020 foram registados 340 pedidos de reavaliação de renda, em virtude da alteração dos rendimentos dos agregados familiares. Comparativamente a 2019, registou-se um aumento de cerca de 46% dos pedidos, motivados sobretudo pelo decréscimo dos rendimentos dos agregados familiares durante o período da pandemia.

Com efeito, entre os meses de março e junho de 2020, foram instruídos 137 pedidos de reavaliação de renda, cerca de 40% do total dos pedidos do ano, cujo impacto financeiro se traduziu numa redução de, aproximadamente, € 6.000,00 no total da faturação mensal.

Relativamente às taxas médias de incumprimento no pagamento das rendas em 2020, devido ao estado de emergência nacional em virtude da doença COVID-19, e no sentido de acautelar os inquilinos do parque habitacional, o Município do Porto e a Domus Social criaram um conjunto de medidas que vigoraram até 20

de junho de 2020 e asseguram uma proteção imediata aos inquilinos em situação de maior vulnerabilidade económica.

Entre essas medidas, salientamos, para este efeito:

- O alargamento da data de pagamento, até 31 de julho de 2020, das faturas de renda dos meses de fevereiro a junho de 2020.
- A possibilidade de pagamento faseado em prestações até 31 de dezembro de 2020 para todas as famílias que não conseguiram pagar a renda mensal, desde fevereiro de 2020.

Mais de 330 famílias celebraram estes acordos de regularização das dívidas para pagamento da renda sem juros e custas.

- A suspensão da instauração de procedimento de execução fiscal pelas dívidas de renda apoiada, entre fevereiro e junho de 2020.

Ao longo do ano de 2020, as taxas atingiram valores máximos de incumprimento nunca antes registados, sobretudo no mês de julho onde se registamos 8,26% de agregados devedores, correspondendo a 6,81% em valor em dívida.

Todavia, em virtude de todos os esforços e medidas adotadas, apesar do ligeiro aumento mantivemos os valores dentro dos limites esperados e terminamos o ano de 2020 com as seguintes taxas médias de incumprimento: 4,71% em número de incumpridores e 3,81% em valor de incumprimento.

AVERIGUAÇÕES – INCUMPRIMENTO DAS REGRAS LEGAIS E REGULAMENTARES

No âmbito da averiguação e tratamento de todas as participações relacionadas com incumprimentos das regras legais e regulamentares sobre as habitações sociais, e relativamente ao ano de 2020, foram concluídos 815 pedidos.

Relativamente ao ano de 2019, o decréscimo do número de pedidos registados teve origem na excecionalidade gerada pelo estado de emergência provocado pela pandemia COVID-19. Com efeito, apesar de se ter mantido em permanência o atendimento telefónico aos agregados, houve uma redução das ocorrências reportadas.

O tratamento de cada um destes pedidos exigiu contactos telefónicos e, em alguns casos, averiguações locais. Obtiveram-se depoimentos e, sempre que necessário, realizaram-se diligências complementares (notificações, advertências, convocatórias para atendimento presencial, entre outras ações).

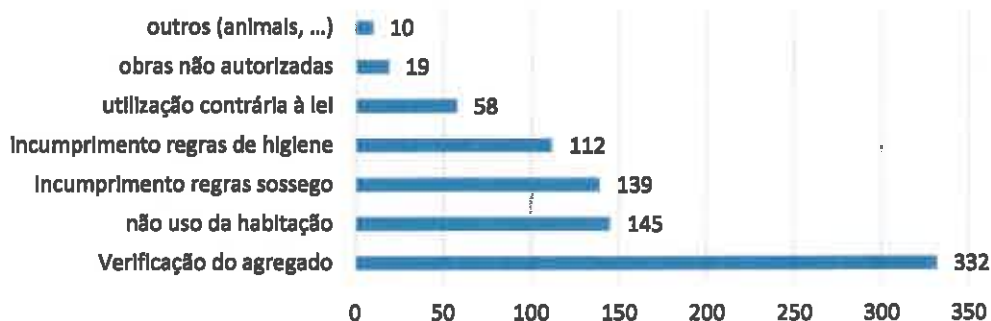
Os processos de averiguação são classificados em função do facto em causa, em nível 1 (habitações desocupadas e averiguações no âmbito de processos de resolução do arrendamento) e em nível 2 (demais incumprimentos contratuais: violação das regras de higiene, sossego e boa vizinhança, permanências não autorizadas, realização de obras não autorizadas, etc.).

Relativamente a 2020, ilustra-se na tabela seguinte, o número de pedidos de averiguação registados para cada nível de serviço e a respetiva tipologia:

Número de pedidos de averiguação em 2020

		2019	2020
Nível 1	(conclusão 20 dias)	397	170
Nível 2	(conclusão 30 dias)	847	645
Total		1.244	815

**Averiguações terminadas 2020
tipologia de pedido**

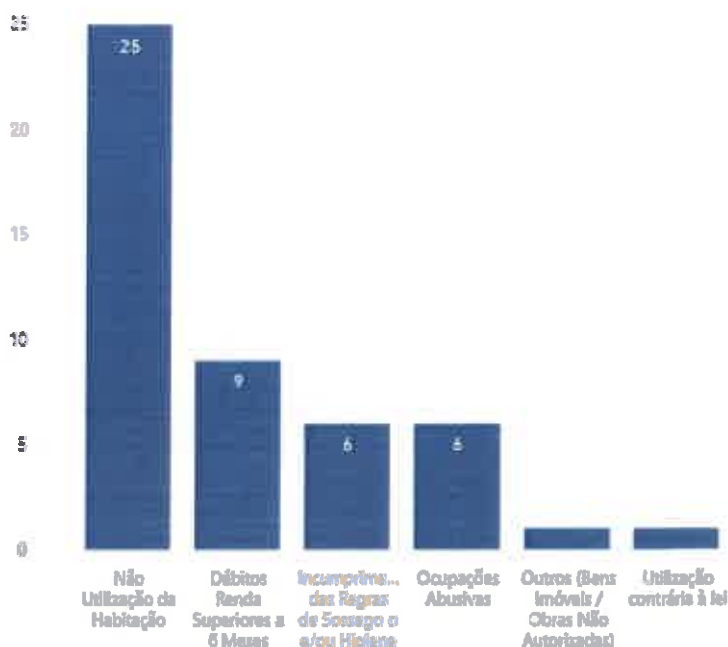


PROCEDIMENTOS DE RESOLUÇÃO DO ARRENDAMENTO APOIADO OU OUTROS QUE DETERMINEM AÇÕES DE TOMADA DE POSSE

No particular domínio da gestão dos procedimentos administrativos de resolução do arrendamento apoiado, no que respeita à instrução dos procedimentos de resolução do arrendamento apoiado, em 2020, foram instruídos 48 procedimentos.



Processos Instruídos/Fundamento



Relativamente à execução de decisões de resolução do arrendamento apoiado, durante o ano foram realizadas 4 desocupações, das quais 2 com fundamento em ocupações abusivas, uma por débito no pagamento de rendas conjuntamente com não uso da habitação e outra por não uso da habitação.

Salienta-se que, desde 19 de março de 2020, vigora um regime extraordinário de proteção dos arrendatários, de acordo com o qual, e nos termos da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, está suspensa a produção de efeitos das denúncias de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio.

Assim, sendo, enquanto durar a suspensão legal de eficácia, os atos administrativos de resolução do arrendamento apoiado não produzem efeitos.

Sem prejuízo, e na sequência de falecimentos dos únicos inscritos e entregas voluntárias de chaves, foi possível recuperar 62 habitações.

PORTO SOLIDÁRIO – FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL

O Fundo de Emergência Social – Porto Solidário, criado pelo Município do Porto, em 23 de outubro de 2014, constitui um modelo de apoio às pessoas e famílias que atravessam graves dificuldades financeiras, acentuadas por problemas como o desemprego e perda de prestações sociais.

Integrando três eixos de apoio prioritário, este fundo de emergência, auxilia a vertente de apoio à habitação, apoio e inclusão dos cidadãos com deficiência e apoio a IPSS e instituições sem fins lucrativos.

O eixo de “Apoio à Habitação” destina-se a apoiar pessoas ou famílias com dificuldades económicas e em situação de emergência habitacional grave, designadamente as que se encontrem a aguardar disponibilidade de habitação social ou sem capacidade para assegurarem o pagamento da prestação bancária ou da renda da morada de família.

Fruto da experiência adquirida, decorridos seis anos desde a sua criação, o Município do Porto aprovou uma nova redação do Regulamento do Porto Solidário através da introdução de vários mecanismos que permitem alargar o número de pessoas e famílias apoiadas, sobretudo através:

- Alargamento do prazo de concessão do apoio para 2 anos, possibilitando que as famílias beneficiem do apoio mensal à renda, por 24 meses e proporcionando um efetivo e consistente benefício, por um período de tempo mais alargado. Esta garantia de proteção social constitui um suporte continuado às dificuldades económicas dos agregados;
- Redução da taxa de esforço suportada pelos agregados para o pagamento do valor da renda, que passa para 25% do valor do rendimento mensal, abrangendo famílias que, até aqui, não conseguiriam reunir condições de elegibilidade;
- Possibilitar que se candidatem os beneficiários das anteriores edições do Porto Solidário, ainda em curso, desde que, o período de duração total do apoio termine até aos três meses seguintes à data de abertura de novas candidaturas. A maioria das famílias apoiadas repete a sua candidatura, indicando a necessidade dos agregados em recorrer ao apoio prestado pelo Município do Porto, pelo que, permite-se que se candidatem, novamente, caso esteja a terminar o prazo de concessão do apoio.

Assim, dando continuidade às edições anteriores, em 2020, o Município do Porto aprovou a afetação de 1.320.000€ (um milhão trezentos e vinte mil euros) para a implementação, no primeiro semestre, da 8ª edição do Porto Solidário – Fundo de Emergência Social – Eixo de apoio à habitação.

O período de candidaturas decorreu entre 2 e 19 de junho de 2020, tendo sido rececionadas 729 candidaturas, das quais 619 candidaturas foram aprovadas, traduzindo-se num apoio mensal a estas famílias no valor médio de € 167,77.

Desde 2014 e até ao final de 2020, o Município do Porto já apoiou mais de 3.261 famílias num total de € 7.845.000,00.

PROGRAMA DE AUTO MANUTENÇÃO “CASA COMO NOVA”

O programa “Casa Como Nova”, suportado financeiramente pelos utilizadores e pela empresa, continua a permitir aos nossos inquilinos melhorarem as condições de habitabilidade nas suas casas, através do acesso a materiais (tintas, pavimentos e portas interiores), a preços cerca de 75% mais baixos do que o preço de mercado, promovendo o reforço da atitude coletiva de preservação de um património que é de todos e, em primeira linha, do próprio inquilino municipal. No âmbito deste programa foram, em 2020, fornecidos 4,1 m² de pavimento cerâmico e flutuante e 388 litros de tinta.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO KAIZEN

Em 2020 continuamos a consolidação do modelo Kaizen no processo da Gestão Processual e Fiscalização do Parque Habitacional e no Gabinete do Inquilino Municipal. Foram implementadas novas oportunidades de melhoria, sobretudo, na monitorização nos processos, mantendo o método de organização e planeamento das tarefas das áreas.



B – DIREÇÃO DE PRODUÇÃO

O objetivo base fixado nos IGP 2020-2023 para a DP, passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Os desenvolvimentos da dinâmica epidemiológica associada ao surto do COVID-19 levaram a que, ainda em momento anterior à declaração de pandemia por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), as atividades desenvolvidas pela empresa, e nomeadamente a DP, fossem condicionadas e, como tal, justifiquem o decréscimo dos valores verificados e apresentados no presente relatório, quando comparados com os do período homólogo de 2019.

Ainda assim, continuaram a constituir objetivos da DP, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex - FDZHP);
- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DP é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por:



- Parque de Habitação Pública Municipal, representado por 599 edifícios com 12.328 fogos correntemente designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP.
- Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 161 edifícios, que contempla 48 edifícios que constituem o Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) e 113 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A DP é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 143 elevadores e ascensores, 2.106 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 118 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 80 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DP é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 9 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 8 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

EMERGÊNCIAS E PEQUENAS INTERVENÇÕES

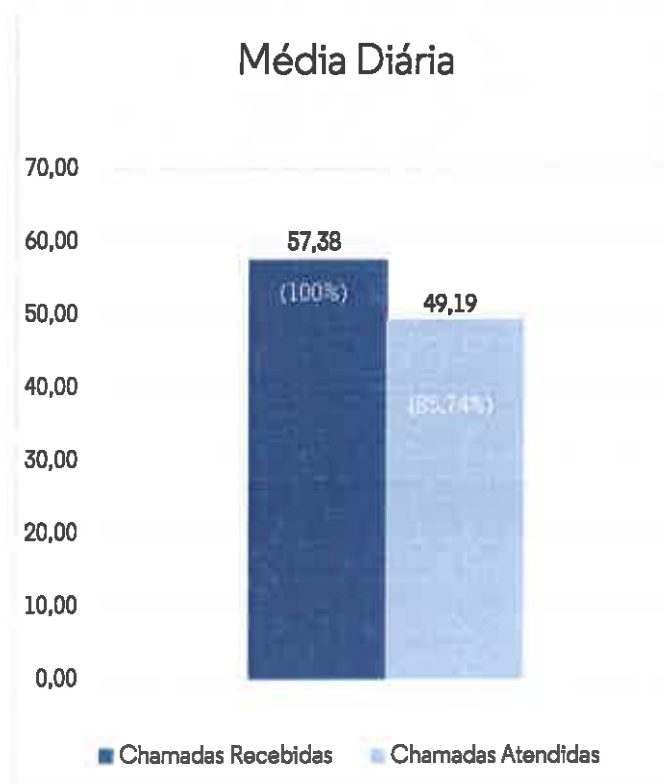
1. LAT – Linha de Apoio Técnico

A Domus Social disponibiliza uma Linha de Apoio Técnico (LAT) através de número azul para pedidos de emergência e pequenas intervenções realizados pelos inquilinos. O atendimento é efetuado por técnicos habilitados que esclarecem o inquilino sobre as suas dúvidas e encaminham internamente os seus pedidos.

No quadro seguinte analisa-se o desempenho da LAT em função do número de chamadas recebidas até ao final de 2020, onde se constata que a média diária de chamadas recebidas é de 57,38 com uma percentagem de cerca de 85,74% de chamadas atendidas. A diferença verificada entre o número de chamadas recebidas e o número de chamadas atendidas é obtida pelo total de chamadas dissuadidas e abandonadas.



Análise da LAT - 2020	Quantidade		
	Total	%	Média/Dia
Chamadas Recebidas	14.057	100,00%	57,38
Chamadas Atendidas	12.052	85,74%	49,19
Chamadas Dissuadidas	380	2,70%	1,55
Chamadas Abandonadas	1.625	11,56%	6,63
Chamadas Abandonadas - 5s	1.029	7,32%	4,20
Chamadas Abandonadas - 15s	105	0,75%	0,43
Chamadas Abandonadas - 30s	48	0,34%	0,20
Chamadas Abandonadas - 60s	83	0,59%	0,34
Chamadas Abandonadas - >60s	360	2,56%	1,47
Tempo médio de espera das chamadas atendidas	00:00:17		
Tempo médio de conversação	00:02:48		
N.º máximo de chamadas em simultâneo	8		



2. Resposta a pedidos de emergência e pequenas intervenções



Em resposta aos pedidos efetuados através da LAT (pelos inquilinos do Parque de Habitação Pública Municipal) e também do Portal Extranet (pelos interlocutores do Parque Escolar Público Municipal e dos Outros Edifícios Públicos Municipais), as Brigadas de Intervenção (BI) executam as operações necessárias, que podem ser no âmbito de Construção Civil ou de Eletromecânica.

Foram concluídas 11.057 intervenções até ao final de 2020, assim distribuídas:

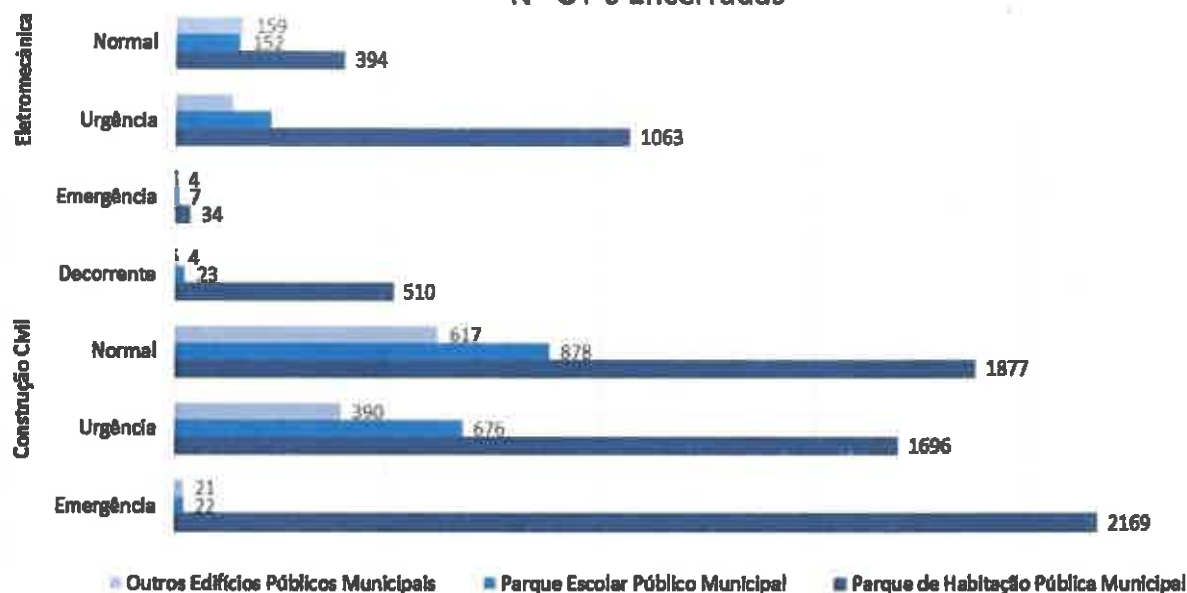
a) Por tipo de edifício

Emergências e Pequenas Intervenções		
Edifícios	Total de 2020	
	n.º OT's	(%)
Parque de Habitação Pública Municipal	7.743	70%
Parque Escolar Público Municipal	1.983	18%
Outros Edifícios Públicos Municipais	1.331	12%
Total de Intervenções	11.057	100%

b) Por níveis de serviço

Emergências e Pequenas Intervenções - 2020									
Área	Nível	Parque de Habitação Pública Municipal		Parque Escolar Público Municipal		Outros Edifícios Públicos Municipais		Totais	
		n.º OT's	(%)	n.º OT's	(%)	n.º OT's	(%)	n.º OT's	(%)
Construção Civil	Emergência	2.169	35	22	1	21	2	2.212	25
	Urgência	1.696	27	676	42	390	38	2.762	31
	Normal	1.877	30	878	55	617	60	3.372	38
	Decorrente	510	8	23	1	4	0	537	6
Total		6.252		1.599		1.032		8.883	
Eletromecânica	Emergência	34	2	7	2	4	1	45	2
	Urgência	1.063	71	225	59	136	45	1.424	66
	Normal	394	26	152	40	159	53	705	32
Total		1.491		384		299		2.174	

N.º OT's Encerradas

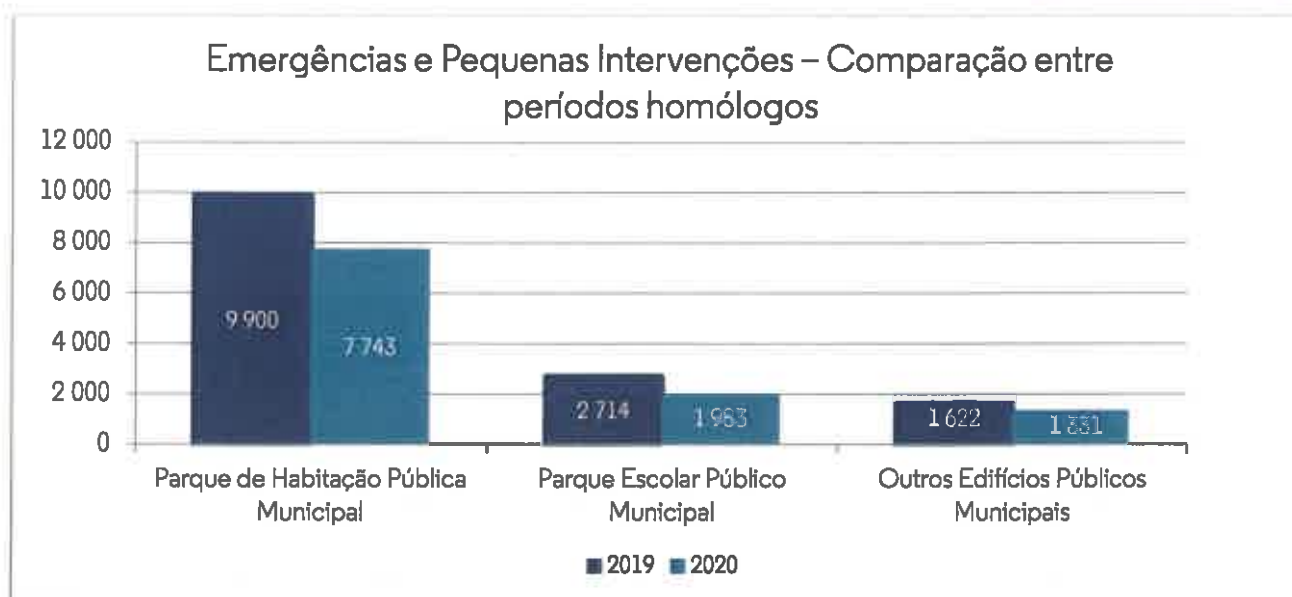


Os níveis de serviço das brigadas de intervenção são:

- 24 horas para a resolução de situações de emergência;
- 15 dias úteis para a resolução de situações de urgência;
- 30 dias úteis para a resolução de situações consideradas normais;

Emergências e Pequenas Intervenções – Comparação entre períodos homólogos					
Edifícios	Ano 2019		Ano 2020		Variação (%)
	N.º OT's	(%)	N.º OT's	(%)	
Parque de Habitação Pública Municipal	9.900	70%	7.743	70%	-22%
Parque Escolar Público Municipal	2.714	19%	1.983	18%	-27%
Outros Edifícios Públicos Municipais	1.622	11%	1.331	12%	-18%
Total de Intervenções	14.236		11.057		-22%

A repartição das intervenções através dos gráficos infra demonstra e sintetiza o decréscimo registado nas solicitações efetuadas durante o período homólogo (2020 versus 2019).



Para além destas intervenções realizadas pelas BI da Gestão da Manutenção (GM), a Domus Social também tem outras componentes de intervenção com alguma relevância na atividade da empresa, nomeadamente aquelas realizadas por motivos relacionados com a segurança e saúde de pessoas e bens.

Assim, e a pedido, quer do SMPC, quer do DMF, é efetuado um apoio técnico àquelas estruturas municipais com vista à regularização de situações que merecem uma intervenção com carácter urgente, por parte da entidade pública. Até ao final de 2020 e no que concerne a estas entidades, foram concluídas 163 intervenções para o SMPC e 13 intervenções para a DMF.

REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

1. Reabilitação e manutenção do Parque de Habitação Pública Municipal

a. Reabilitação dos edifícios e do espaço público

A reabilitação dos edifícios (entendida como grande reabilitação) compreende resumidamente a reabilitação das coberturas, fachadas e empenas, vãos envidraçados, áreas de circulação comum (caixas de escadas e galerias de distribuição de horizontal) bem como das redes de infraestruturas prediais.

Até ao final do ano de 2020, foram concluídas as seguintes intervenções, que totalizaram 17.126.433,62 €:

- Aldoar;
- Antas;
- Campinas (8 a 14);

- Cerco do Porto (31, 32 e 34);
- Fernão de Magalhães (12 a 17);
- Monte da Bela;
- Pasteleira (1);
- Pereiró;
- Rainha Dona Leonor (Agrupamento Habitacional);
- Regado (1 a 11);
- Travessa de Salgueiros;
- Rua das Carvalheiras, (153, 157, 161 e 163).

Encontram-se em execução as seguintes empreitadas com o valor global de 25.731.147,07€:

- Carriçal (1 a 5);
- Cerco do Porto (1 a 3);
- Cerco do Porto (7, 8, 10, 16, 17, 19, 20);
- Cerco do Porto (33);
- Contumil (2);
- Falcão (10 a 15);
- Francos;
- Maceda (construção nova);
- Pasteleira (2 a 15; 17 a 22);
- Regado (12 a 23);
- São João de Deus (2ª Fase);
- Rua da Arménia/Miragaia, 73/56 e 75/58;
- Rua de D. João IV, 792 e 800;
- Rua de Tomás Gonzaga, 16 a 38;
- Rua do Comércio do Porto, 135 a 139.

Encontram-se em fase de contratação as seguintes empreitadas cujo valor global de investimento previsto ascende a 4.396.694€:

- Carriçal (6 a 11);
- Pasteleira (16; 23 a 27);
- Rua da Vitória, 281 e 283.

Encontram-se concluídos os projetos de reabilitação e manutenção seguintes:

- Bom Sucesso;
- Condominhas;



- Contumil (1 e 3);
- Fonte da Moura (1 a 3; 7 a 6; 27, 28);
- Pio XII;
- Rua de António Cândido, 214 e 216;

Encontram-se em elaboração os projetos de reabilitação e manutenção seguintes:

- Colónia Operária de Viterbo Campos;
- Rua de São de S. Miguel, 45 a 51;
- Rua de Tomás Gonzaga, 43 e 45;
- Rua do Dr. Barbosa de Castro, 10 a 14.

Encontra-se em execução a empreitada de intervenção no espaço público do Falcão (1ª Fase, que abrange os edifícios 1 a 9), cujo valor ascende a 1.274.149,78€. Relativamente à 2.ª Fase, que abrange os edifícios 10 a 15, encontra-se concluído o Projeto de Execução.

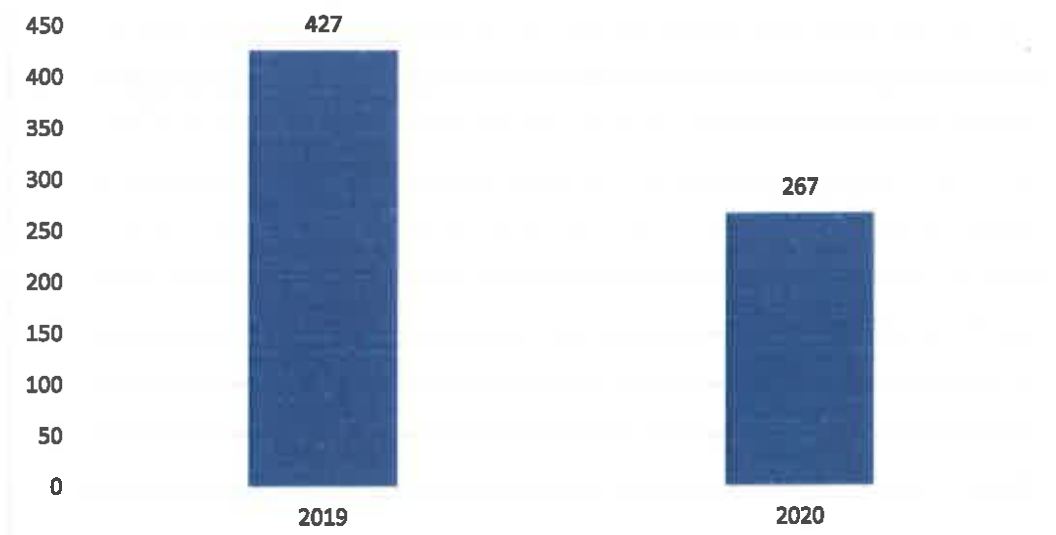
Encontram-se em elaboração os projetos de intervenção no espaço público dos seguintes bairros:

- Aldoar;
- Bom Pastor e Vale Formoso;
- Campinas;
- Carvalhido;
- Cerco do Porto;
- Monte da Bela.

b. Reabilitação interior de casas devolutas

Desde o início do ano, foram lançadas diversas empreitadas com vista à reabilitação do interior de casas devolutas, tendo sido concluídas 267 habitações (69 T1, 91 T2, 83 T3 e 24 T4), sendo que 262 são habitações do parque clássico de habitação social e 5 são casas do parque não clássico, simplifadamente designadas por casas do Património.

Comparando com o ano de 2019, onde foram concluídas 427 habitações, verifica-se um decréscimo de cerca de 37%:



No quadro seguinte, é apresentada a distribuição, por bairro, das 262 casas devolutas reabilitadas do Parque Clássico de Habitação Pública Municipal.

Locais	n.º	Locais	n.º
Agra do Amial	3	Lagarteiro	13
Aldoar	5	Lordelo	1
Antas	2	Monte da Bela	11
Bom Pastor	4	Monte S. João	1
Bom Sucesso	1	Mouteira	4
Campinas	18	Outeiro	11
Carrical	11	Pasteleira	24
Carvalhido	8	Pasteleira (Agrupamento Habitacional)	3
Cerco do Porto	21	Pereiró	1
Condominhas	1	Pio XII	2
Conturnil	5	Rainha Dona Leonor	2
Dr. Nuno Pinheiro Torres	12	Rainha Dona Leonor (Agrupamento Habitacional)	1
Duque de Saldanha	1	Ramalde	4
Eng.º Machado Vaz	7	Regado	21
Falcão	10	Santa Luzia	9
Falcão (Agrupamento Habitacional)	1	São Roque da Lameira	11
Fernão Magalhães	4	São Vicente de Paulo	1
Fontainhas	1	Travessa de Salgueiros	3
Fonte da Moura	11	Vale Formoso	1
Francos	11	Viso	1

No quadro seguinte são elencadas as 5 casas devolutas reabilitadas do Património:

Rua	Nº	Habitação
Rua da Bandeirinha	14	RC H2
Rua da Corticeira	38 A	7
Rua da Fonte Taurina	40	3
Rua de Trás	220	RC
Rua do Monte dos Judeus	25	

O valor de execução global, referente aos 267 fogos, foi de 2.238.476,47 € o que corresponde a um custo de 8.383,81€ por fogo.

Estão em execução 32 fogos, com valor adjudicado de 249.732,71 €.

c. Outras intervenções no parque de Habitação Pública Municipal

Foram concluídas, até ao final do ano de 2020, empreitadas no valor total de 209.044,48 €, das quais se destacam:

Locais	Descrição da intervenção
Agra do Amial (B, C, D, E e G)	Colocação de estores em telas do tipo <i>solscreen</i> nas zonas comuns
Rua da Arménia, 78	Manutenção e reparação da cobertura do edifício
Rua da Ribeira Negra, 53	Reabilitação interior de habitação

Encontram-se em execução empreitadas no valor global de 99.981,07 €, das quais se destaca:

Locais	Descrição da intervenção
Agra do Amial (A)	Substituição do revestimento da cobertura
Rua do Cimo do Muro, 12A	Reforço estrutural do rés-do-chão do edifício

d. Obras de adaptação das instalações sanitárias para mobilidade condicionada

Até ao final do ano de 2020, foram executadas 96 adaptações de instalações sanitárias no valor de 101.459,85 €, correspondendo a um custo unitário de 1.056,87€.

Em concurso e a decorrer encontram-se obras referentes a 46 adaptações, com um valor correspondente de cerca de 49.780,00€.

2. Reabilitação e manutenção do Parque Escolar Público Municipal

Até ao final de 2020, foram executadas empreitadas de valor global igual a 169.188,82€, das quais se destacam:

Escolas	Descrição da intervenção
Agra do Amial	Substituição do revestimento da cobertura
Padre Américo	
S. João da Foz	

Encontram-se em execução empreitadas no valor total de 587.415,76 €, das quais se destacam:

Escolas	Descrição da intervenção
Lagarteiro	Substituição do revestimento da cobertura
S. Miguel de Nevogilde	Reabilitação das coberturas do edifício novo

3. Reabilitação e manutenção de outros Edifícios Públicos Municipais

Até ao final do ano de 2020, de acordo com o programado pela Comissão de Planeamento de Espaços (CPE), foram executadas empreitadas de valor global de 1.170.212,46 €, das quais se destacam:

Locais	Descrição da intervenção
Casa do Roseiral	Reabilitação interior, instalações sanitárias e copa; reformulação da cozinha
Quinta da Bonjória	Requalificação do edifício formativo
Teatro Municipal do Porto	Remodelação dos pisos 5 e 6
Viveiro Municipal	Remodelação e ampliação da casa de ponto

Encontram-se em execução empreitadas de valor global igual a 1.720.418,30 €, e das quais se destacam:

Locais	Descrição da intervenção
Casa do Infante	Reabilitação de coberturas e de rede de drenagem de águas pluviais
Edifício dos Correios	Construção de parede de delimitação entre o edifício e contíguo
Teatro Municipal do Porto	Requalificação da antiga escola José Gomes Ferreira para instalação do polo III do teatro

Encontra-se em concurso a seguinte empreitada, de valor estimado igual a 6.214,63€:

Locais	Descrição da intervenção
Ateliers da Lada	Correção de anomalias da cobertura e caleira tardoz

INTERVENÇÕES AO ABRIGO DA RUBRICA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Até ao final do ano de 2020, foi executada a seguinte empreitada, de valor igual a 14.090,21 €:

Locais	Descrição da intervenção
Centro Social de Rainha Dona Leonor	Limpeza, tratamento e pintura de paredes e tetos

Encontra-se em execução a seguinte empreitada, de valor global igual a 25.821,22 €:

Locais	Descrição da intervenção
Obra Diocesana de Promoção Social do Porto	Substituição de torneiras e autoclismos existentes em vários edifícios

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS NÃO MUNICIPAIS

Na sequência de diversas solicitações e protocolos estabelecidos com algumas entidades externas a Domus Social realizou diversas intervenções.

Assim, e conforme já referido anteriormente, até ao final de 2020 foram concluídas 163 intervenções para o SMPC e 13 intervenções para a DMF.

Foi também concluída a empreitada “Substituição de aterro e revestimento do pavimento do logradouro do edifício da Piscina Eng. Armando Pimentel”, com um valor de 69.000,00€.



MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

Durante o ano de 2020, foram implementados os Planos de Manutenção Preventiva (PMP) para os 48 edifícios do Parque Escolar Público Municipal e para os 113 edifícios classificados como Outros Edifícios Públicos Municipais.

Mantiveram-se as rotinas de inspeção/manutenção de diversos elementos fontes de manutenção, com destaque para os diversos equipamentos e instalações eletromecânicas existentes nos edifícios sob gestão da Domus Social, tais como sistemas de AVAC, Elevadores e Ascensores, Grupos Pressurização e Bombagem, Instalações Elétricas, Bocas de Incêndio, Extintores e Carretéis, SADI, SADIR e *Closed-Circuit Television* (CCTV).

Em termos de manutenção preventiva de equipamentos, a Domus Social assegura os seguintes contratos de manutenção:

Contratos de manutenção preventiva

Equipamentos e Sistemas		Equipamentos (Quantidade)				Despesa 2020
Tipo	Quantidade	Parque de Habitação Pública Municipal	Parque Escolar Público Municipal	Outros Edifícios Públicos Municipais		
AVAC	936	0	235	701	57.254 €	
Elevadores e Ascensores	143	56	32	55	23.180 €	
Geradores	9	1	1	7	5.534	
Grupos de Pressurização e Bombagem	80	31	18	31	11.062 €	
Instalações Elétricas	7	-	-	7	28.243 €	
Segurança	Bocas de Incêndio, Extintores e Carretéis	2.106	164	828	1.114	57.695 €
	SADI	118	20	49	49	
	SADIR	97	-	47	50	
	CCTV	17	-	-	17	

Durante o ano de 2020, verificou-se uma diminuição de 53% nos custos da manutenção corretiva, efetuada ao abrigo dos contratos em vigor, face ao período homólogo do ano anterior:

Custos com Manutenção Corretiva			
Contrato	2019	2020	Variação (%)
AVAC	61.864€	26.286€	-57,5
Elevadores e Ascensores	103.020€	49.933€	-51,5
Grupos Pressurização e Bombagem	8.084€	15.710€	94,3
Segurança (SADI, SADI, SADEI e CCTV)	114.716€	43.408€	-62,2
Total	287.684€	135.337€	-53,0

Relativamente à manutenção corretiva fora dos contratos, durante o ano de 2020, os custos associados foram os seguintes:

Custos com Manutenção Corretiva	
Fora de contrato	2020
AVAC	6.738€
Elevadores e Ascensores	401€
Grupos de Pressurização e Bombagem	5.007€
Segurança (SADI, SADI, SADEI e CCTV)	3.705€
Total	15.851€

C – GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Durante o ano de 2020 o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) prosseguiu com a sua atividade regular de assessoria ao CA e de apoio direto às diferentes direções e áreas de coordenação da empresa.

Ao longo do ano o GEP desenvolveu uma série de atividades, relevando-se neste documento aquelas que consideramos serem as mais representativas do trabalho realizado ao longo do ano.

Na área das políticas públicas de habitação, o documento governamental designado por Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) publicado em 2018 através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio tem vindo a condicionar todas as estratégias a desenvolver pelas entidades públicas e, como tal, constitui elemento central na definição das políticas públicas de habitação de qualquer concelho. A publicação em 2019 da Lei de Bases de Habitação (LBH) (Lei n.º 83/2019 de 3 de setembro) veio reforçar ainda mais a responsabilidade que as entidades públicas, nomeadamente as municipais, têm no que concerne à definição das políticas públicas e às estratégias de intervenção no território.

Consequente da publicação daquela resolução foram sendo publicados um conjunto diverso de diplomas que ajudaram, também, a configurar a Estratégia Local de Habitação (ELH), elaborada pelo Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente (CITTA) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a qual foi aprovada pelo MP nos finais de 2019. Este documento, constitui-se como elemento fundamental para a gestão das políticas públicas de habitação do MP.

Na sequência dessa aprovação, o MP ficou dotado de um instrumento de planeamento original que alicerçou o Acordo de Colaboração celebrado em 16 de novembro de 2020 com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU, IP) que prevê que se efetue, até ao final de 2025, o realojamento de 1.740 famílias. Em 2020 o MP candidatou as primeiras 104 famílias para obtenção do financiamento consagrado no acordo em causa. Foram consideradas ainda elegíveis, até ao final do corrente ano, mais 39 famílias a considerar numa primeira candidatura a ser efetuada no 1.º trimestre de 2021.

O GEP está incumbido de prestar apoio à revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e de acompanhamento da elaboração do Plano de Gestão e Sustentabilidade para o “Centro Histórico do Porto, Ponte Luis I e Mosteiro da Serra do Pilar” a ser desenvolvido pela PortoVivo SRU.

Refira-se ainda que, no âmbito da reorganização das competências, no que concerne à habitação por parte do MP, a Domus Social viu ajustada a sua área de atuação ficando o seu papel agora direcionado exclusivamente às intervenções no clássico modelo de arrendamento público (apoiado e condicionado).

Ainda antes destas alterações estatutárias ocorrerem, dedicámos durante o corrente ano uma particular atenção às intervenções que se preveem para: Aldoar (espaço público), Bom Sucesso (edifícios, projeto em elaboração), Campinas (espaço público), Carvalhido (espaço público), Cerco do Porto (edifícios, concluído, e espaço público, em elaboração). Tratando-se de atividades da área do *project management* e, como tal, uma incumbência direta da área de coordenação Gestão de Projeto (GP) da DP, este trabalho é efetuado em parceria com aquela área de coordenação.

Por sua vez, no âmbito das candidaturas efetuadas pelo MP ao Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020), orientado para o apoio à investigação através do cofinanciamento de projetos de investigação, inovação e demonstração, refira-se a intensa atividade que o consórcio de beneficiários (entre os quais a Domus Social) do projeto *URBiNAT – Healthy corridors as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS¹* (sob coordenação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CES-UC) tem desenvolvido, nomeadamente no âmbito do WP.2 – Living Lab. No âmbito do processo de co-criação do Corredor Saudável, o estabelecimento do *Living Lab* em Campanhã tem sido intersectado pelos diferentes pacotes de trabalho e tarefas que se relacionam com essa estrutura, dada a complexidade da dinâmica do consórcio, revelando-se um processo longo e contínuo. Releva-se o intenso trabalho da equipa local no âmbito do processo de participação, liderado pelo CES que, em articulação com a GUDA - *Give U Design Art* (parceiro transversal), tem conduzindo os parceiros locais – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) da Universidade do Porto (UP), Câmara Municipal do Porto (CMP) e Domus Social - no apoio e nas tarefas que têm sido chamados a assegurar. No decurso dos desenvolvimentos da dinâmica epidemiológica de COVID-19, as atividades de participação tiveram de ser suspensas, obrigando a um enorme e novo esforço de reformulação do programa para que as sessões de participação pudessem decorrer à distância (online). Este planeamento da participação teve de ser compassado com o desenvolvimento do *Local Urban Plan* (tarefa 2.4 do WP.2), em particular com os tempos previstos para a elaboração (e licenciamento) do projeto urbano para o espaço público da respetiva área de intervenção. Paralelamente ao desenrolar das sessões de participação, retomadas em junho de 2020, as propostas trazidas pelos cidadãos foram sendo trabalhadas pela equipa técnica do URBiNAT de modo faseado e colaborativo com os restantes atores locais (técnicos municipais e decisores políticos) que procederam, por aproximações sucessivas, à análise da viabilidade (técnica e orçamental) de cada proposta e seu enquadramento nos objetivos do projeto URBiNAT e na visão

1. Acrónimo de *Nature Based Solutions* em Inglês, traduzido como "Soluções Baseadas na Natureza".

do MP para aquele território. O Estudo Prévio do *Urban Project*, i.e. a componente territorial do *Urban Plan* do Corredor Saudável será implementada no final de 2021, encontra-se aprovado.

Refira-se particularmente o convite formulado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e o Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto (CEiA), através do seu laboratório de investigação urbana “City Lab”, para participar no Programa de Cooperação INTERREG Europe do projeto SOCIAL GREEN – Regional Policies Towards Greening the Social Housing Sector.

Este gabinete está envolvido, ainda, em 4 candidaturas efetuadas em cooperação com distintas entidades a financiamentos nacionais e comunitários de projetos de investigação na área da habitação nomeadamente ao concurso Projetos de IC&DT em todos os Domínios Científicos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e ao programa Erasmus +. Saliente-se que a candidatura denominada *GentriHealth - The Health Impacts of Inner-City Gentrification, Displacement and Housing Insecurity: A Quasi-Experimental Multi-Cohort Study*, do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, foi aprovada obtendo assim financiamento da FCT para 3 anos de desenvolvimento do estudo.

Merece particular destaque o acompanhamento efetuado ao longo do ano às candidaturas aprovadas ao Aviso n.º NORTE-04-2017-04 Reabilitação nos Bairros Sociais (Eficiência Energética) à qual o MP se candidatou, na 1.ª Fase, Eng. Machado Vaz, Ramalde, Santa Luzia (parcial), Falcão (parcial), Bom Pastor, São João de Deus, Pereiró, Monte da Bela e Bela Vista e, na 2.ª Fase, Eng. Machado Vaz, Santa Luzia (parcial) e Bonjardim, 655 e na 3.ª Fase Carvalhido (parcial) e Mouteira (parcial). O investimento considerado elegível aprovado nas três candidaturas ascendeu a cerca de € 9.900.000,00.

No âmbito das suas funções acompanhou, este gabinete, uma série de auditorias internas e externas a diferentes processos, mas merecem, pela sua natureza e complexidade, particular relevo as auditorias efetuadas a programas financiados pela União Europeia tendo o resultado das mesmas sido francamente positivo para o MP.

Foi ainda a Domus Social convidada a colaborar estreitamente na unidade curricular Projeto Integrado I do curso de pós-graduação Mestrado em Projeto Integrado na Construção de Edifícios (MPRINCE) lecionado na FEUP, articulação que tem sido assegurada por este gabinete.



D – GABINETE DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

O Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento (GCPA) desencadeou, durante o ano de 2020, um conjunto de procedimentos para a contratação de empreitadas de obras públicas, aquisição de serviços e locação ou aquisição de bens móveis, dando cumprimento aos pedidos das diversas áreas da empresa.

Integrado no GCPA, o armazém de materiais da Domus Social respondeu aos pedidos efetuados essencialmente pela DP no âmbito da atuação das BI.

1. Contratação Pública

a) Notas de Encomenda

No âmbito da atuação do GCPA, no ano de 2020, foram emitidas 3.959 notas de encomenda referentes à aquisição de materiais e à contratação de serviços por ajuste direto ao abrigo do regime simplificado.

b) Procedimentos de Contratação

Em 2020 o GCPA promoveu 451 procedimentos para a contratação de empreitadas de obras públicas. Estes procedimentos foram repartidos da seguinte forma: 29 contratos celebrados ao abrigo dos acordos quadro em vigor, 18 promovidos por concurso público, 46 por consulta prévia, 10 por ajuste direto e 83 por ajuste direto ao abrigo do regime simplificado. Foram ainda celebrados 265 contratos optativos de empreitada enquadrados nos procedimentos de manutenção corretiva de equipamentos.

Em 2020 foram ainda elaborados 119 procedimentos para a celebração de contratos de reabilitação do interior de casas devolutas, sendo que 14 contratos foram celebrados por consulta prévia e 105 ao abrigo do acordo quadro em vigor.

No âmbito da aquisição de serviços foram emitidos 119 contratos optativos para assegurar serviços de fiscalização de empreitadas de obras públicas, promovidos 33 ajustes diretos, 10 concursos por consulta prévia, 16 concursos públicos e 1 concurso limitado por prévia qualificação.

2. Aprovisionamento

A atividade do armazém centra-se na gestão dos stocks e no atendimento aos pedidos de materiais. Durante o ano de 2020 foram pedidos 25.781 artigos ao armazém, tendo respondido com recurso a stock cerca de 89% dos pedidos.

Foram ainda emitidas 4802 guias de transporte e 272 guias de saída de material para reposição do stock das viaturas.

3. Outras Atividades

Durante o ano de 2020 procedeu-se à consolidação do sistema integrado de avaliação de fornecedores da Domus Social.



E – GABINETE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A atividade desenvolvida pelo GSI ao longo do ano de 2020 centrou-se no desenvolvimento e implementação de vários projetos.

Foram também tarefas do GSI o apoio à organização, gestão diária das inúmeras solicitações internas, e ao CA da empresa, prestando assessoria de âmbito técnico e organizacional.

Assim, a atividade desenvolvida pelo GSI compreendeu:

1. *Software de Cadastro e Gestão da Manutenção*

O *software* de gestão de cadastro representa uma peça estratégica, uma vez que pretende dotar a empresa de uma base de dados global, única, independente das atuais aplicações e que será a base para os desenvolvimentos futuros do sistema de informação da empresa.

No mês de janeiro de 2020 a Domus Social iniciou a utilização deste *software*, na componente de Gestão da Manutenção Reativa e Gestão de Brigadas, durante o ano de 2020 foi iniciada a utilização dos seguintes módulos:

- Gestão de manutenção preventiva
- Gestão de projeto
- Gestão da Fiscalização
- Gestão de empreendimentos
- Gestão de pedidos de aquisição

Prevê-se que no ano de 2021 se inicie a utilização dos seguintes módulos:

- Pedidos de garantia
- Pedidos de atualização de cadastro

2. *Software de Gestão do Parque Habitacional*

O *software* de Gestão do Parque Habitacional pretende dotar a empresa de mecanismos de gestão mais eficazes e produtivos, permitindo a gestão integrada dos processos associados à atribuição e gestão dos fogos e dos seus arrendatários. Durante o ano de 2020 foi iniciada a utilização de todos os módulos deste *software* nomeadamente:

- Processo de Gestão dos Pedidos de Habitação
- Processos de Gestão do Projeto Condomus
- Desenvolvimento dos mecanismos de extração de informação necessário à atividade corrente da área de Gestão do Parque Habitacional.

3. *Software de Gestão de Recursos Humanos*

A Domus Social concluiu a implementação de um software de Gestão de Recursos Humanos. Este sistema dará suporte às seguintes áreas: Recrutamento e Seleção, Gestão de Colaboradores, Gestão ADSE (antigo acrónimo de Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado), Gestão da Formação, Gestão da Avaliação de Desempenho, Portal do Colaborador entre outros.

Ao longo do ano de 2020 foi concluída a implementação dos restantes módulos, estando prevista a realização da avaliação de desempenho de 2021 já neste novo sistema.


4. *Sistema de normalização contabilístico – Administração Pública*

No início de 2020 iniciou-se a utilização deste módulo, de forma a permitir à empresa a adequação ao Sistema de Normalização de Contabilidade para a Administração Pública e apresentação das contas de acordo com este referencial contabilístico.

5. *Faturação Eletrónica*

O Decreto-Lei n.º 111-B/2017 determina a obrigatoriedade da emissão em formato eletrónico, o envio e receção destes documentos deve também ser suportado em processos eletrónicos de transmissão de documentos, permitindo assim reduzir os custos e erros associado ao processamento administrativo destes tipos de documentos.

A Domus Social desenvolveu o seu sistema de faturação eletrónica de forma a garantir a receção destes documentos, prevê-se a sua utilização no início de 2021.



6. Implementação do programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social

Foi efetuada a operacionalização da oitava fase do programa, com o desenvolvimento do sistema de gestão de candidaturas, a realizar através do *website* da empresa, com a integração no sistema de informação da Domus Social, o que resultou num processo desmaterializado desde a submissão das candidaturas passando pela sua análise e validação.

7. Teletrabalho

Como resposta à pandemia provocada pela COVID-19 a empresa desde o dia 13 de março e durante o resto do ano de 2020, manteve um elevado número de colaboradores em teletrabalho, mantendo-se em regime presencial os colaboradores que desempenham funções consideradas essenciais.

Ao longo dos meses de confinamento toda a atividade da equipa da área de Sistemas de Informação foi realizada à distância. Esta nova realidade que colocou vários desafios à área de sistemas de informação, por um lado criar condições para que os colaboradores da empresa continuassem a executar as suas tarefas e por outro lado a assegurar a operacionalidade do sistema, bem como o desenvolvimento e implementação dos projetos em curso.

8. Interligação com outras áreas internas

Foram garantidos os níveis de serviço do apoio operacional interno que durante o ano contabilizaram 609 pedidos.

F – GABINETE DA SUSTENTABILIDADE E GESTÃO DOCUMENTAL

Nota Prévia

A atividade realizada pelo Gabinete da Sustentabilidade e Gestão Documental, no primeiro semestre de 2020, foi fortemente condicionada pelo estado de emergência provocado pela COVID-19. Assim, verificou-se o cancelamento ou adiamento das ações programadas, durante esse período, das quais destacamos um conjunto de atividades de natureza sociocultural, no quadro da candidatura ao Portugal 2020 - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa (AIIA), a auditoria pela entidade certificadora ao Sistema de Gestão da Domus Social, bem como a realização dos inquéritos de satisfação aos nossos inquilinos municipais. No segundo semestre foram adotados, com êxito, ajustamentos e ações corretivas, visando mitigar os efeitos da situação epidemiológica nos objetivos inicialmente estabelecidos.

1. Sistema de Gestão

Considerando a excecionalidade da conjuntura, realizou-se em outubro a auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão (SG) implementado na Domus Social no âmbito da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), da Gestão do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), da migração do sistema de Segurança e Saúde no Trabalho face ao referencial da ISO 45001:2019, e a certificação do sistema de Gestão de Responsabilidade Social (NP 4469:2019), tendo a entidade certificadora renovado a conformidade do sistema de gestão.

O Sistema de Gestão continua a ser um referencial indispensável à melhoria contínua organizacional e a uma atuação sustentável da empresa, tendo como fim último um serviço público de elevada qualidade para os seus inquilinos/municípios e outras partes interessadas.

2. Certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social

A consciencialização de todos para a otimização do desempenho económico, social e ambiental, onde as práticas de racionalização dos recursos e a procura de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho, consubstanciada na valorização do capital humano, são os grandes princípios orientadores da Responsabilidade Social. No âmbito do projeto “Domus Sustentável”, temos encetado ações no sentido de conformar o comportamento da Domus Social com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social, adotando uma estratégia de pequenos passos com o objetivo de mudar padrões comportamentais, e incrementar a consciência ética da administração e dos trabalhadores. A preocupação com um modelo de gestão cada vez mais eficiente leva-nos a valorizar, cada vez mais, a procura de soluções sustentáveis, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista social, económico e ético. Daí a importância da

implementação e certificação de um Sistema de Gestão de Responsabilidade Social (SGRS) que permite melhorar a qualidade/fiabilidade das operações internas na satisfação das partes interessadas, bem como melhorar a performance global da empresa, na medida em que influenciam o sucesso da Domus Social. A certificação do SGRS implementado decorreu no segundo semestre de 2020.

3. Inquéritos de Satisfação

- **Linha de Apoio Técnico e Brigadas de Intervenção**

Auscultar a opinião dos inquilinos municipais através de inquéritos sobre a qualidade dos serviços que lhes prestámos e, ao mesmo tempo, avaliar os aspetos que podem ser aperfeiçoados, é um contributo indispensável na procura de um serviço público cada vez mais eficiente. Assim, efetuámos inquéritos de satisfação ao atendimento da Linha de Apoio Técnico (LAT) e aos serviços prestados pelas Brigadas de Intervenção (BI), segmentadas em eletromecânica e construção civil. Os inquilinos têm a opção de escolha entre 4 níveis de medição de satisfação: Muito Satisfeito, Satisfeito, Insatisfeito e Muito Insatisfeito. A realização destes inquéritos foi fortemente condicionada pelo estado de emergência provocado pelo surto pandémico, tendo em conta as limitações inerentes às medidas de confinamento implementadas.

Os resultados dos inquéritos analisados a cada um destes serviços, referentes ao ano em análise, apresentam índices de satisfação que se situam em: 89,2% de respostas nos níveis “Muito Satisfeito” e “Satisfeito” para as Brigadas de Eletromecânica e 89,1% das respostas nos níveis “Muito Satisfeito” e “Satisfeito” para as Brigadas de Construção Civil. Quanto ao serviço providenciado pela LAT, o índice de satisfação situa-se em 93,2% de respostas nos níveis de “Muito Satisfeito” e “Satisfeito”.

- **Reabilitação e Manutenção Preventiva do Parque de Habitação Pública Municipal**

Os inquéritos realizados são constituídos por 7 perguntas de resposta fechada e 3 de resposta aberta. Nas perguntas de resposta fechada, os inquilinos têm a opção de escolha entre 4 níveis de medição de satisfação: Muito Satisfeito, Satisfeito, Insatisfeito e Muito Insatisfeito. Os inquéritos são realizados de forma presencial aos inquilinos, nos bairros de habitação social municipal onde ocorreram obras. Os resultados globais das avaliações encontram-se apresentados na tabela seguinte:

Bairro	Apreciação Geral	Nível (1 a 4)
Bairro do Regado, Blocos 1 a 5,	"Satisfeito"	3
Bairro do Regado, Blocos 6 a 11	"Satisfeito"	3
Bairro do Cerco, Blocos 4,11,12,14,15,18,23,25,27,28,29	"Satisfeito"	3

- **Intervenções solicitadas via extranet**

Os pedidos de intervenção realizados via extranet podem ter duas origens: Parque Escolar Público Municipal e Outros Edifícios Públicos Municipais que se encontram sob gestão da Domus Social. Os interlocutores podem classificar as intervenções em 5 níveis, de 1 a 5, sendo que: 1 - Muito Insatisfeito e 5 - Muito Satisfeito. Foram feitas 1.446 avaliações no Parque Escolar Público Municipal e 706 nos Outros Edifícios Públicos Municipais. No que respeita ao Parque Escolar Público Municipal, 92,4% dos interlocutores avaliaram positivamente as intervenções realizadas nas escolas. Relativamente às intervenções nos Outros Edifícios Públicos Municipais, obteve-se um resultado de 98,6% de avaliações positivas.

4. Portal das Ocorrências

No ano de 2020, foram registadas no "Portal Gestão Ocorrências" 201 ocorrências. Distribuídas, de acordo com a sua origem, da seguinte forma:

- Provedor do Inquilino Municipal / Provedor do Município: 20 ocorrências registadas (9,95%)
- Reclamações Inquilinos via Centro Documental: 69 ocorrências registadas (34,33%)
- Auditorias Internas: 31 ocorrências registadas (15,42%)
- Livro de Reclamações: 25 ocorrências registadas (12,44%)
- Internas: 9 ocorrências registadas (4,48%)
- Auditorias Externas: 37 ocorrências registadas (18,41%)
- Vereação: 8 ocorrências registadas (3,98%)
- Atividade/Organização: 1 ocorrências registadas (0,50%)
- Fornecedor Externo: 0 ocorrência registada (0%)
- Reclamações Inquilinos via GIM: 1 ocorrência registada (0,50%)

No sentido de automatizar e otimizar o resultado dos vários segmentos de inquéritos de satisfação realizados pela empresa, no segundo semestre, foram contratados os serviços de uma consultora de Gestão e Avaliação



da Qualidade que, em nome da Domus Social, realizará os inquéritos de satisfação e respetivo tratamento, tendo em vista a melhoria contínua do serviço público prestado.

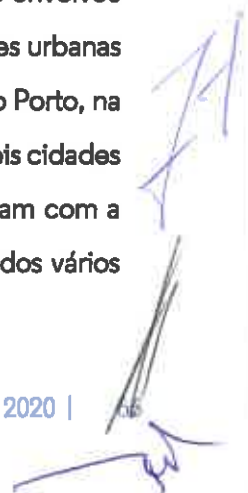
5. Gestão Documental e Arquivo

A área da Gestão Documental e Arquivo, no ano de 2020 foi marcada pelas obras de reabilitação de um dos seus arquivos que obrigou à retirada de toda a documentação em depósito para um local provisório. Foi também realizado um trabalho de levantamento e sistematização de um conjunto de tarefas a ter em conta na constituição do arquivo digital da empresa, dos quais destacamos a avaliação das implicações de uma digitalização em massa dos processos operativos da empresa, enquadrando-o numa série de projetos já iniciados, nomeadamente, a assinatura eletrónica em alguns processos de negócio e a parametrização do SGP com uma nova estrutura classificativa, elaborada de acordo com a MEF (macroestrutura funcional da DGLAB – Torre do Tombo); os critérios para a escolha de um repositório digital certificável e a sua interoperabilidade informacional com os sistemas informáticos atualmente em uso, nomeadamente, o GISA (gestão integrada de sistemas de arquivo); e, ainda, as mudanças necessárias na organização, quer ao nível material, organizacional e legal para a operacionalização de um arquivo digital.

AIIA – Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa

No quadro da candidatura do Portugal 2020 - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa (AIIA), a Domus Social foi incumbida pelo Município do Porto de desenvolver um conjunto de atividades de natureza sociocultural, que visam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas Comunidades Desfavorecidas do Vale da Ribeira da Granja, do Vale de Campanhã/Norte e do Vale de Campanhã/Sul.

Como já referido acima, a aplicação de medidas restritivas impostas pela crise sanitária da pandemia da doença COVID-19, traduziram-se, quanto ao primeiro semestre, no adiamento ou cancelamento das diversas iniciativas previstas, pois, todas elas, são estruturadas e desenvolvidas através da participação de crianças e jovens e de momentos de apresentação pública. Deste modo, o projeto “Arte para Todos”, que envolveu cerca 50 jovens do bairro do Cerco, durante 10 meses, em sessões de capacitação à volta das artes urbanas (dança, artes cénicas, entre outras), e concebeu o espetáculo “TODOS”, apresentado à cidade do Porto, na sala principal do Coliseu a 30 de abril de 2019, deveria ter iniciado a digressão do espetáculo por seis cidades do país em maio de 2020, foi adiado. As várias tentativas de reagendamento encetadas depararam com a indisponibilidade dos programadores dos equipamentos culturais que, por terem estado encerrados vários



meses, tiveram eles próprios de implementar programas de recuperação de eventos adiados. Este projeto está a ser reprogramado para 2021, assim as circunstâncias epidemiológicas o permitam.

Quanto à oferta regular de programação cultural e artística nestas comunidades, como os ateliers de férias de arte urbana, direcionados para jovens estudantes, em cada período de férias letivas (Natal/Páscoa/Verão), e que os capacita com conhecimentos técnicos e saberes básicos nas várias disciplinas de arte urbana, também teve que ser adiado pelo mesmo motivo, sendo reprogramado para o verão. No segundo semestre decorreram, sem constrangimentos, os ateliers das férias de Verão e de Natal, que contaram com cerca de 30 participantes em cada sessão, no bairro do Lagarteiro e nas instalações MXM.

Foi realizada a primeira de três Residências artísticas, intitulada “Vamos Imaginar Um Bairro de Luz”, destinada a jovens entre os 12 e os 17 anos de comunidades desfavorecidas da zona oriental da cidade, com incidência no Bairro do Cerco do Porto. O programa das Residências Artísticas desenvolve através de sessões bissemanais, promovendo competências artísticas na área da música. Decorre desde outubro de 2019, no Agrupamento de Escolas de Cerco do Porto e no Balleteatro, e teve a participação de 32 jovens ao longo de 18 sessões. O concerto de encerramento da “1ª Residência VAMOS IMAGINAR UM BAIRRO DE LUZ”, agendado para 21 de março, foi adiado, dadas as medidas restritivas sanitárias, tendo sido reagendado e apresentado no âmbito da Feira do Livro, no dia 12 de setembro, nos jardins do Palácio de Cristal. Ainda, em setembro iniciou-se a 2ª Residência, com um número limitado e, substancialmente, reduzido de participantes, em comparação com a 1ª Residência, para que pudesse funcionar dentro das normas e condições sanitárias exigidas. Assim, foi estabelecido o número máximo de dez participantes que, abertas as inscrições, rapidamente foi atingido. O ponto de situação, efetuado em dezembro, ao desenvolvimento do projeto, vai no sentido dos vários objetivos traçados estarem a ser alcançados em pleno: assiduidade, interesse, motivação, crescimento pessoal e forte envolvimento com o projeto. Dos objetivos concretizados, neste mês, salienta-se a escrita da totalidade dos temas, já com parte das músicas compostas.

De destacar, ainda, a 2ª edição oficina de cinema de animação “Anima’ Tua Ideia” realizada no mês de dezembro no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto que contou com a participação de jovens e alguns dos seus avós que deram o seu precioso contributo para a história sobre o tema do Natal, contada em várias gerações. Este projeto contou também com a colaboração de alguns Professores da escola do Cerco, quer na conceção musical quer na organização e comunicação visual, e a orientação pedagógica esteve a cargo dos realizadores Paulo D’alva e António Pinto. Esta oficina intergeracional teve como principal objetivo aproximar a população deste bairro ao mundo do desenho animado, nas suas variadas formas de expressão, dando-lhe a conhecer um universo criativo, do qual se encontrava afastada e, ainda, colocar em interação

jóvens e maiores de uma mesma comunidade, promovendo a sua identificação com uma sociedade multicultural. O projeto culminou com a produção original de um pequeno filme de animação “Desconstrução do Natal”, tendo como ponto de partida a narração do avô de um dos jóvens que recorda os natais da sua infância. A sua apresentação pública deverá decorrer, no espaço do auditório da Escola do Cerco, quando estiverem reunidas as necessárias condições de segurança sanitária.

Outras atividades programadas, prendem-se com projetos de valorização histórica dos bairros municipais da cidade do Porto, centrada nas memórias, histórias, espaços e tempos dos seus habitantes, enquanto valores fundamentais de valorização e desenvolvimento da cidade e da sua projeção futura. O documentário “Toponímia”, é um desses projetos, cruza as histórias das memórias de diversos intervenientes que nasceram ou viveram em bairros municipais e superaram a sua condição. As filmagens tiveram de ser interrompidas, com o decreto de estado de emergência, tendo o documentário sido concluído em setembro de 2020. Também, a exibição pública teve de ser adiada, estando a ser equacionadas várias soluções, nomeadamente, um *live streaming*, caso a situação sanitária não evolua favoravelmente. Outro projeto que integra as “Marcas do tempo e memórias dos bairros na cidade” relaciona-se com a história da habitação social e dos seus habitantes. Foram selecionados e digitalizados documentos associados a esta temática, que se encontram no arquivo da Domus Social, num total de 43 processos e 11679 folhas. Com base nesses registos documentais foi efetuada a escolha dos moradores para a realização de um conjunto de entrevistas que vão dar origem a uma série de pequenos filmes, que serão disponibilizados *online* no arquivo digital que a empresa está a desenvolver. A operacionalização das entrevistas, programada para dezembro de 2020, foi suspensa devido ao agravamento da situação epidemiológica, sendo retomada logo que possível.



3. Execução dos IGP, objetivos e indicadores de desempenho

50

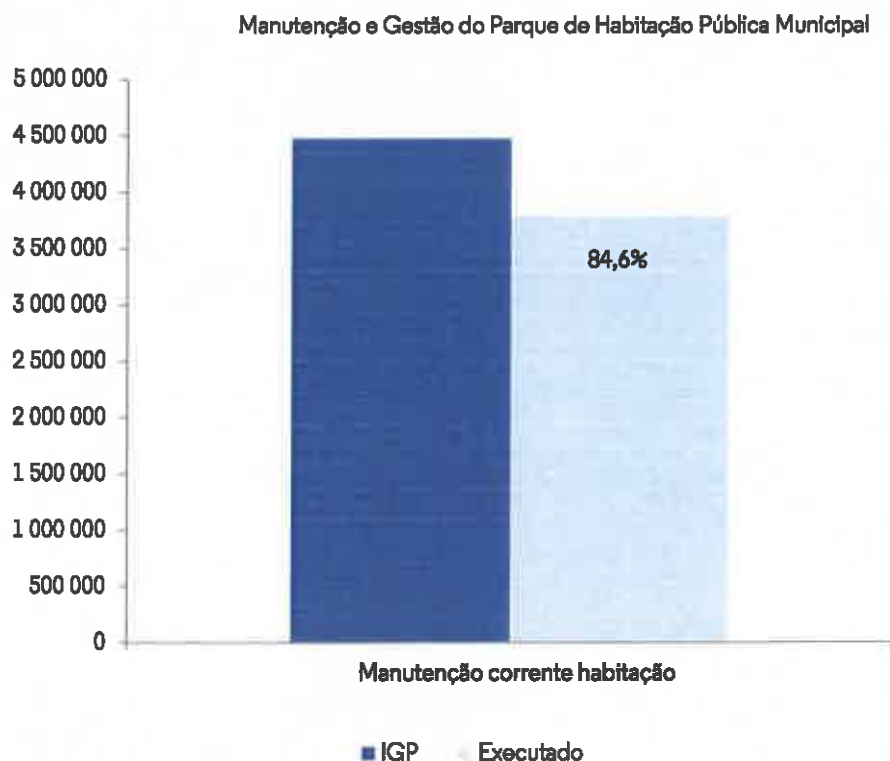
3. EXECUÇÃO DOS IGP, OBJETIVOS E INDICADORES DE DESEMPENHO

1 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Constituem receitas próprias da Domus Social as rendas devidas pela utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, conforme referido no art.º 25.º dos estatutos desta empresa local.

As rendas cobradas são destinadas à promoção das ações de gestão e manutenção preventiva e corrente do edificado do Parque de Habitação Pública Municipal e à cobertura financeira dos gastos da estrutura de suporte das operações da empresa. A Domus Social, como estrutura especialmente vocacionada para a gestão do parque habitacional e que nela se tem vindo a especializar, deve assegurar que o valor líquido da cobrança de rendas, que ficam na sua disponibilidade, seja suficiente para desenvolver a atividade de manutenção e suportar os gastos da estrutura de funcionamento da empresa.

No âmbito da manutenção e gestão do parque habitacional no ano de 2020, os IGP previam o montante de 4.480.000€ (incluem serviços diversos relacionados com a habitação social municipal, emergências e pequenas intervenções, contratos de manutenção e materiais de armazém utilizados nas respetivas intervenções) que tiveram uma execução de 84,6%.



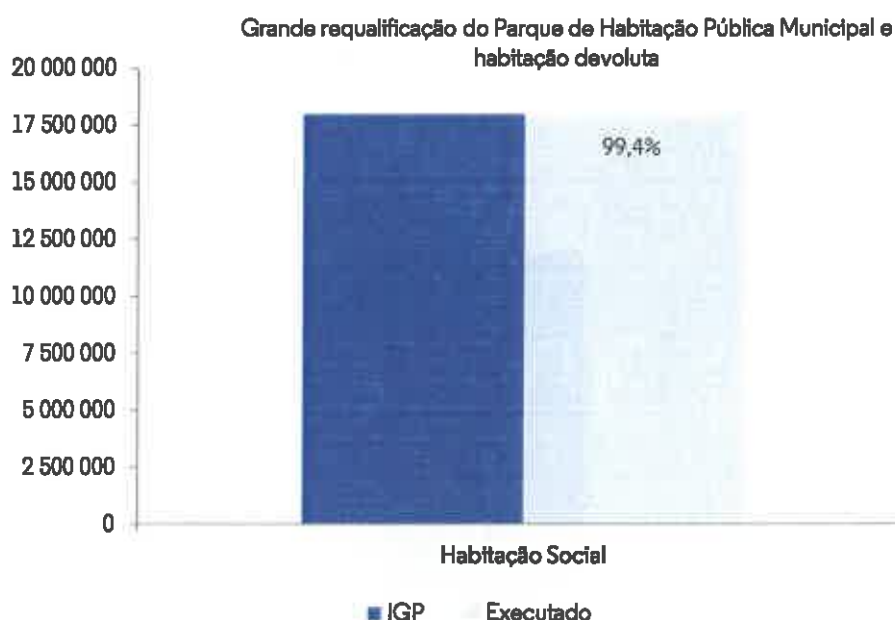
2 - CONTRATOS CELEBRADOS COM A CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

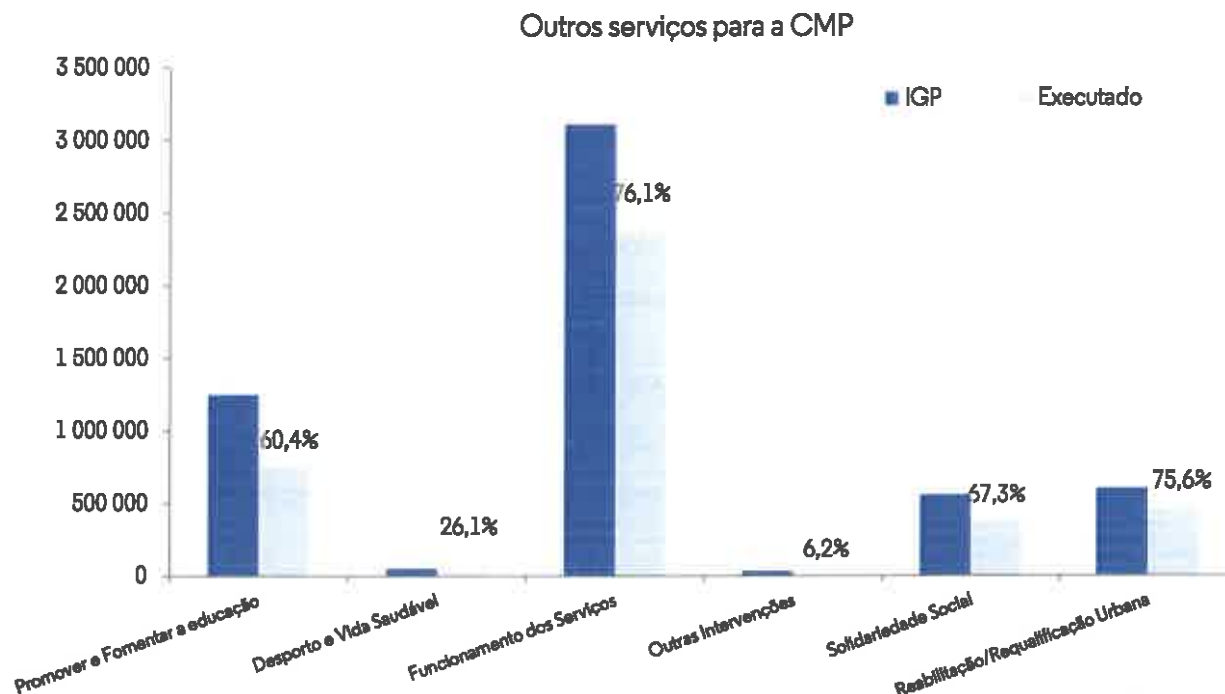
O MP celebrou com a Domus Social, um Contrato Programa, um Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infra Estruturas (abreviadamente Contrato de Mandato) e um Contrato de Reabilitação de Património Imobiliário Habitacional Municipal para o ano de 2020, que concretizam e especificam os objetivos imediatos e mediatos da delegação de poderes operada pela autarquia portuense, e definem os termos jurídicos, financeiros e materiais, que enquadram a atividade desta empresa municipal.

Estes contratos estabelecem as responsabilidades e dão suporte financeiro, quer à grande reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal e manutenção e conservação do Parque Escolar Público Municipal e Outros Edifícios Públicos Municipais, quer aos pressupostos de gestão e manutenção do parque habitacional e respetivos indicadores de desempenho.

Os gráficos seguintes apresentam a taxa de execução da prestação de serviços, distribuída pelas diversas rubricas do Contrato de Mandato.

Nas rubricas com maior peso e de particular importância no orçamento da Domus Social, a Habitação (onde se inclui a grande reabilitação de bairros de habitação social municipal e a reabilitação do interior de habitações devolutas), a Educação e o Funcionamento dos Serviços, as taxas de execução foram, respetivamente, de 99,4%, 60,4% e 76,1%.

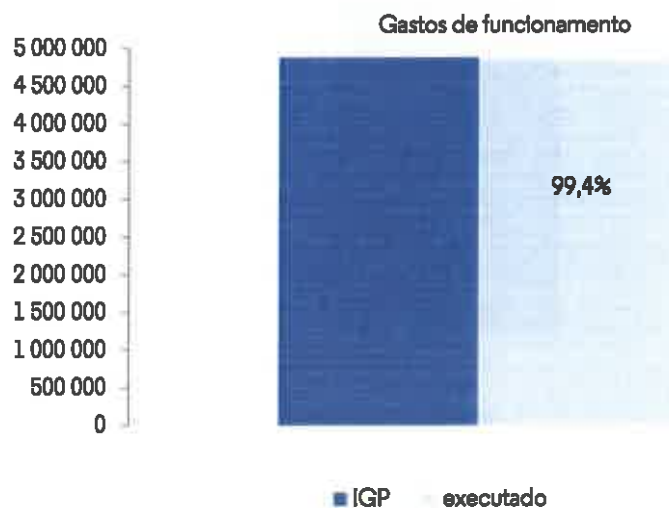




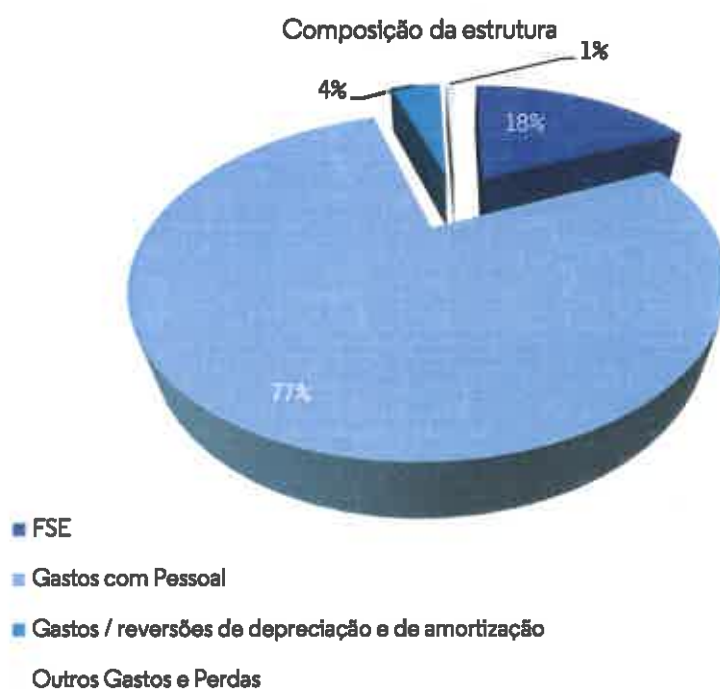
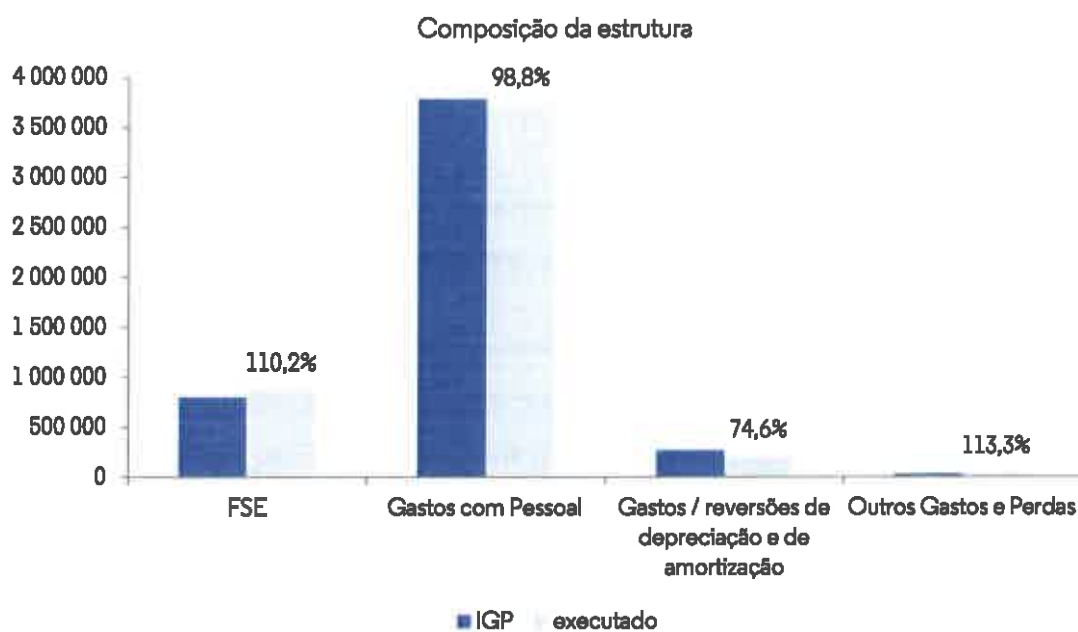
3 – PREVISÃO DE GASTOS DE FUNCIONAMENTO

Reproduz-se agora, em gráfico, a execução relativa a gastos de funcionamento, de suporte às operações da empresa, nomeadamente gastos com pessoal, depreciações e fornecimentos e serviços externos diretamente relacionados com a estrutura.

A taxa de execução destes gastos foi de 99,4%, situando-se cerca de 0,6 pontos percentuais abaixo do que tinha sido previsto nos IGP/2020-22.




Nos gráficos seguintes é possível verificar a distribuição relativa em cada uma das componentes dos gastos de funcionamento previstos nos IGP.





4 – INDICADORES DE DESEMPENHO DO CONTRATO PROGRAMA

O desempenho organizacional da Domus Social, é medido, em relação ao ano 2020, através de indicadores de eficácia e de eficiência que permitem habilitar o MP com informação sobre as características, os atributos e os resultados do serviço de manutenção preventiva e reativa que constitui o processo através do qual a empresa cumpre o seu objeto social.

A realização dos objetivos no âmbito da rubrica de Habitação Social depende exclusivamente da empresa, atendendo ao grau de autonomia com que desenvolve, neste campo, a sua atividade.

O mesmo não se poderá dizer relativamente às restantes rubricas previstas nos IGP. Nestes casos, a empresa atua em função de necessidades a serem determinadas pelo MP. Uma vez que as referidas necessidades de manutenção e conservação, pela sua natureza intrinsecamente inesperada, não podem, na sua generalidade, ser antecipadas e programadas e, portanto, sujeitas a um juízo de previsão que permita a definição de metas quantificáveis, traduzíveis em indicadores de eficácia e eficiência – a análise de desempenho só poderá concretizar-se através da leitura do cumprimento ou não dos níveis de serviço definidos no processo de qualidade da empresa, e que servem para medir e avaliar a sua *performance*.

É com este enquadramento que, através do quadro seguinte, é possível avaliar a evolução dos indicadores definidos para o ano de 2020:

Indicadores agregados de eficácia e eficiência:



7. Proposta de aplicação de resultados



Avaliação de Desempenho

O processo de avaliação de desempenho dos colaboradores referente ao ano de 2019 foi concluído e os resultados apresentados ao conselho de administração. Trata-se de um processo anual que permite a medição do desempenho de todos os colaboradores da empresa. Este processo implica a definição de objetivos e competências claros e transparentes, bem como a adoção de sistemas de auto e heteroavaliação para concretizar uma avaliação de desempenho robusta. É neste momento que são definidas as necessidades formativas que visam colmatar lacunas de cada colaborador concorrendo assim para a elaboração de um plano de formação anual.

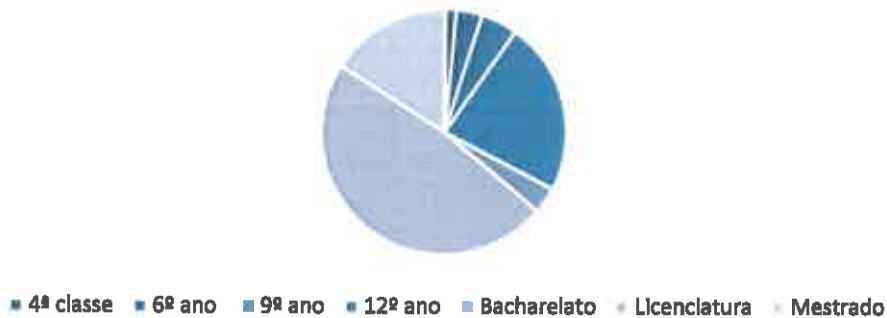
O processo de avaliação de desempenho para o próximo ano acontecerá já nos novos moldes definidos de acordo com a processo de reanálise conceptual desenvolvido – com este foram criados dicionários competências transversais e core (onde facilmente se percebe não só o descritor de determinada competência mas também o comportamento observável que lhe está associado – o que permite uma tomada de decisão, por parte da chefia, mais objetiva, consciente e facilmente justificável perante o colaborador). Por outro lado, a definição de objetivos foi também ela alvo de uma análise profunda, com vista a garantir não só o total alinhamento com os objetivos estratégicos definidos ao nível do top management com os objetivos das direções, coordenação e até ao nível individual de cada colaborador. Pretende-se que cada um consiga facilmente identificar qual o seu contributo para se atingirem as metas estabelecidas pelo CA o que naturalmente tenderá a fortalecer o nível de comprometimento e comprometimento de todos. Promove-se desta feita uma gestão participada, clara e transparente onde todos e todas conseguem identificar de que forma diariamente contribuem para o crescimento e desenvolvimento da Domus Social.

Paralelamente e também ao nível da eficiência, eficácia e até mesmo ao nível da sustentabilidade e de boas práticas ambientais, evidenciam-se ganhos claros, uma vez que todo o processo de avaliação de desempenho será realizado via workflow e em suporte informático (no portal do colaborador My Domus) não havendo, em momento algum, lugar à impressão de qualquer ficha de avaliação de desempenho, garantindo desta forma um maior rigor e alcance histórico de todas as atividades realizadas ao nível deste macro processo de gestão de recursos humanos, assumindo-se assim a avaliação de desempenho para as chefias como uma importante ferramenta de gestão de pessoas.

Habilitações Literárias

A Domus Social, possui um quadro de colaboradores com as seguintes habilitações literárias:

Distribuição de colaboradores por habilitações literárias



Formação Profissional

Em 2020 foram realizadas 49 ações de formação, o que representou 3987 horas. Foram envolvidos 142 colaboradores da empresa. Para o cálculo do número de ações realizadas foram excluídas todas as ações de formação de Acolhimento e Integração.

O Plano de Formação de 2020 incidiu sobre as seguintes áreas:

- Comportamental – 6 ações
- Jurídica – 6 ações
- Técnica – 20 ações
- Qualidade – 3 ações
- Sistemas – 6 ações
- Seminários/ Conferências – 4 ações
- Financeira – 4 ações

Taxa de Absentismo

Em 2020 a Domus Social, teve uma taxa de absentismo de 5,50%. Este cálculo inclui todo o tipo de faltas (justificadas ou injustificadas) estando apenas excluídas as férias.

As principais causas de absentismo foram faltas relativas a baixa por doença e licença parental.

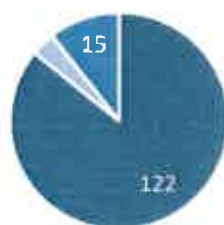
	Assistente Técnico	1
Gestão de Empreendimentos/Empretadas	Técnico Superior	10
	Técnico Profissional	1
	Assistente Técnico	1
Gestão de Projeto	Técnico Superior	6
	Técnico Especializado	3
Gestão de manutenção	Técnico Superior	1
Linha de Apoio Técnico	Assistente Técnico	4
Eletromecânica	Técnico Superior	5
	Assistente Operacional	2
	Encarregado Operacional	1
	Assistente Técnico	3
Construção Civil	Técnico Superior	1
	Encarregado Operacional	5
	Assistente Operacional	6
	Técnico-profissional	2
	Operário Qualificado	1
Total		142

Vínculos Laborais

Os 142 colaboradores encontram-se vinculados a esta Empresa Municipal desta forma:

Vínculo Laboral	Nº de Colaboradores
Colaboradores com Contrato de Trabalho Sem Termo	122
Colaboradores com Contrato de Trabalho a Termo Certo e/ou Incerto	5
Colaboradores Cedência Interesse Público	15

Distribuição dos colaboradores por vínculo laboral



- Colaboradores com Contrato de Trabalho Sem Termo
- Colaboradores com Contrato de Trabalho a Termo Certo e/ou Incerto
- Colaboradores Cedência Interesse Público



A 31 de dezembro de 2020 a Domus Social, apresentava o seguinte quadro de pessoal:

Área	Coordenação	Categorias Profissionais	Nº Colaboradores	
Conselho de Administração		Vice-Presidente	1	
		Vogal do Conselho de Administração	1	
Apoio ao conselho de administração		Técnico Superior	1	
Direção Administrativa e Financeira		Técnico Superior	5	
		Técnico Especializado	2	
Recursos Humanos		Técnico Superior	3	
		Técnico Especializado	1	
Gabinete de Sistemas de Informação		Técnico Superior	4	
Gabinete de Comunicação e Imagem		Técnico Superior	1	
Gabinete de Contratação Pública e Aproveitamento		Técnico Superior	3	
		Técnico Especializado	1	
		Assistente Técnico	1	
		Canalizador	1	
		Fiscal Municipal	1	
Gabinete de Sustentabilidade e Gestão Documental		Técnico Superior	3	
		Técnico Especializado	1	
		Assistente Técnico	2	
		Assistente Administrativo Especialista	1	
Gabinete Jurídico		Técnico Superior	3	
Gabinete de Estudos e Planeamento		Técnico Superior	2	
DGPH	Gestão Administrativa	Técnico Superior	2	
		Técnico Especializado	1	
		Assistente Técnico	1	
		Administrativo	2	
	Gestão Processual e de Fiscalização	Técnico Superior	5	
		Técnico Especializado	4	
		Técnico de Contabilidade Administração 1ª classe	1	
	Gestão de Condomínios		Técnico Superior	8
	Gestão de Ocupações	Técnico Superior	7	
		Técnico Especializado	1	
	Gabinete do Inquilino Municipal	Técnico Especializado	8	
		Assistente Técnico	3	
Direção de Produção		Técnico Superior	7	
		Técnico Especializado	1	

Área	Categoria	Admissões
Conselho de Administração	NA (*)	1
Direção da Gestão do Parque Habitacional	Técnico Superior (**)	1
	Técnico Especializado (*) (***)	3
Direção de Produção	Técnico Superior (**)	1
	Técnico Especializado (****)	1
Gabinete da Sustentabilidade e Gestão Documental	Técnico Superior (*)	1
Gabinete dos Sistemas de Informação	Técnico Superior (*)	1
Gabinete de Contratação Pública e Aproveitamento	Técnico Superior (**)	1
Gabinete de Recursos Humanos	Técnico Superior (*)	1

- Substituição direta de trabalhadores (*)
- Substituição de colaborador de baixa (**)
- Contratos a projeto (termo certo) (***)
- Fim de Cedência de Interesse Público (****)

Total parcial	Necessidade de reforçar o quadro de pessoal (novas admissões + contratos a projeto)	2
	Substituição direta de colaboradores (colaboradores que saíram da empresa + colaboradores de baixa médica)	8
	Fim de Cedência de Interesse Público	1
Total global		11

Saída de 09 (nove) colaboradores distribuídos da seguinte:

Área	Categoria	Saídas
Conselho de Administração	NA	1
Direção da Gestão do Parque Habitacional	Técnico especializado	3
Direção de Produção	Técnico Superior	1
Gabinete dos Sistemas de Informação	Especialista de Informática	1
Gabinete de Recursos Humanos	Técnico Superior	1
Gabinete de Sustentabilidade e Gestão Documental	Técnico Superior	1
Gabinete Jurídico	Técnico especializado	1

Quadro de Pessoal

6. O PLANO DE RECURSOS HUMANOS

O ano de 2020, caracterizou-se ao nível dos RH, por um grande Desafio.

Quando tudo se perspectivava para ser um ano de solidificação de políticas e processos de Recursos Humanos, surge uma pandemia provocada pela COVID-19, colocando à prova toda a organização num desafio mais exigente do que habitual: criar estratégias de adaptação e redução da atividade, ajustar-se à realidade vigente, sem nunca deixar de cuidar dos seus colaboradores.

Sempre alinhada com as orientações emanadas pelo Município do Porto, foi sendo desenhada uma estratégia para enfrentar esta nova realidade por forma a ultrapassar a mesma, sem afetar a eficiência e produtividade.

Para emergir da situação atual numa posição estável, o Conselho de Administração promove, permanentemente, um ambiente resiliente e otimista, onde a segurança e confiança são transmitidas de forma bidirecional (o empenho e a aposta da gestão tem sido e continuará a ser exponencial neste domínio, pretendendo-se contribuir para ganhos não só de eficiência e eficácia ao nível do trabalho diário do Gabinete de Recursos Humanos (GRH), mas também promover e melhorar a qualidade de trabalho de toda a envolvente), não descurando a passagem de informação rigorosa, transparente e direta.

Firmado na premissa supra indicada, o Conselho de Administração cumpriu com o objetivo a que se tinha proposto para o ano 2020 - solidificar as políticas e processos de Recursos Humanos, como superou positivamente nos desafios que encontrou: a sua adaptação ao Home Office através do Teletrabalho, à formação à distância (live training e E-learning), à segurança dos seus colaboradores (sensibilização permanente, aplicação de medidas de prevenção da infeção e entrega permanente de epi's).

Em suma a Domus Social, está ciente que os recursos humanos ocupam um lugar de destaque, sendo um fator de sucesso uma gestão assente na valorização contínua dos seus colaboradores, com vista à promoção de uma melhoria da cultura de trabalho, eficiência e qualidade de toda a atividade.

Na perspetiva de rotatividade de colaboradores, durante o exercício de 2020, a Domus Social, evidenciou uma rotatividade de pessoal que resultou em 11 (onze) colaboradores integrados nas seguintes situações:

6. O plano de recursos humanos



5. O PLANO DE INVESTIMENTOS

O quadro seguinte demonstra o investimento realizado em 2020 desagregado pelas diversas rubricas de ativos, bem como os desvios entre os valores previstos nos IGP e realizados (valores em euros).

INVESTIMENTO	Previsto	Realizado	Desvio
1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Edifícios e outras construções	112 834,26	167 746,39	54 912,13
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	18 155,33	43 093,31	24 937,98
Outros ativos fixos tangíveis	6 447,67	459,03	-5 988,64
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	145 973,99	145 973,99
subtotal	137 437,26	357 272,72	219 835,46
2. ATIVOS INTANGÍVEIS			
Programas de computador	209 549,34	97 416,28	-112 133,06
subtotal	209 549,34	97 416,28	-112 133,06
TOTAL	346 986,60	454 689,00	107 702,40

O desvio verificado na rubrica de ativos fixos tangíveis, em edifícios e outras construções, resulta do facto de se terem concluído as obras de modernização do Gabinete do Inquilino Municipal, com um valor superior ao previsto inicialmente. Na rubrica de equipamento administrativo regista-se igualmente um ligeiro desvio referente à aquisição do mobiliário para este espaço.

Quanto ao desvio verificado nos ativos fixos tangíveis em curso, este diz respeito às obras de requalificação do Arquivo Geral da Empresa, as quais serão concluídas durante o ano de 2021.

Na rubrica de ativos intangíveis, nomeadamente programas de computador, foi verificado igualmente um desvio motivado, sobretudo, pela não realização de alguns desenvolvimentos informáticos, nomeadamente a atualização geral do Power BI, o sistema de *Disaster Recovery* e o CRM para o atendimento.

Na rubrica de ativos intangíveis, e no decurso de 2020, foi colocado em produtivo o sistema de gestão da manutenção eSigma, assim como a adaptação do sistema ao Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) para a Administração Pública, a qual entrou finalmente em vigor após sucessivos adiamentos. Destacamos igualmente a implementação de um software de Gestão de Recursos Humanos

5. O plano de investimentos



Para 2021, a Domus Social, na linha do que vem acontecendo, continuará a manter uma atividade sustentável consubstanciada quer nos pressupostos do seu estudo de viabilidade, quer nas opções conformativas dos mesmos e que foram sendo implementadas, conforme resulta da análise dos agregados económico-financeiros para o triénio 2021-2023, resumidos no quadro seguinte.

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANÇEIROS PARA O TRIÉNIO DE 2021 - 2023	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
RESULTADOS			
Resultado operacional	23 882	23 694	26 012
Resultado financeiro	16 932	17 530	17 556
Resultado líquido do período	36 253	37 013	39 373
RENDIMENTOS			
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	29 895 198	25 721 602	8 490 761
Rendas emitidas	9 175 706	9 175 706	9 175 706
GASTOS			
Gastos com o pessoal	3 968 138	3 968 138	3 968 138
Fornecimentos e serviços externos	35 213 372	30 705 387	14 006 251
BALANÇO			
Total do ativo	8 518 570	8 336 079	7 633 705
Total do ativo não corrente	3 642 285	3 475 341	3 368 569
Total do passivo	7 328 901	7 109 397	6 367 649
Total do património líquido	1 189 669	1 226 682	1 266 055
INDICADORES			
	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
Liquidez geral	1,10	1,15	1,23
Autonomia financeira	14,0%	14,7%	16,6%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	316 957	304 095	201 282

Também a circunstância de a Domus Social, não preencher qualquer um dos requisitos previstos no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, determinantes da dissolução das empresas locais, conforme se explicita seguidamente, cauciona as conclusões que já se apresentaram relativamente ao ano 2020, em diversos pontos deste relatório e nos quadros anteriores.

- a) Nos últimos 3 anos as vendas e prestação de serviços cubram pelo menos 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

Anos	Vendas e prestação de serviços	Gastos totais incorridos	% vendas e prestação de serviços nos gastos totais incorridos
2018	31 005 070,18	31 386 774,96	98,8%
2019	37 064 662,77	37 070 596,37	100,0%
2020	30 577 738,81	30 595 431,40	99,9%

- b) Nos últimos 3 anos o peso contributivo do Subsídio < 50% das suas receitas

Anos	Prestação serviços e outros rendimentos	Subsídio	% do subsídio na totalidade da prestação serviços e outros rendimentos
2018	31 039 490,22	368 128,79	1,2%
2019	37 135 944,41	49 623,53	0,1%
2020	30 595 888,22	23 199,78	0,1%

- c) Nos últimos 3 anos: [EBITDA= (Resultados operacionais, subtraído ao mesmo o valor às amortizações e às depreciações)] >=0

Anos	R. Operacional	Amortizações	EBITDA
2018	19 844,05	147 324,55	167 168,60
2019	114 971,57	108 966,91	223 938,48
2020	23 656,60	200 759,80	224 416,40

- d) Nos últimos 3 anos: Resultados Líquidos >=0

Anos	R. Líquidos
2018	28 118,61
2019	123 436,69
2020	33 039,05




RENDIMENTOS E GASTOS DA ATIVIDADE	IGP para 2020	valor executado em 31 de dezembro 2020	% de execução
REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS TOTAIS	38 371 500,49	30 726 899,22	80,1%
Vendas e prestações de serviços	28 859 906,61	21 713 635,17	75,2%
Execução de obra:			
- CMP	28 791 964,39	21 655 868,48	75,2%
- Outras Entidades Grupo CMP	0,00	41 456,90	n/a
- GMPH	0,00	1 244,38	n/a
- Outras Entidades	67 942,22	15 065,41	22,2%
Rendas emitidas	8 708 172,30	8 864 103,64	101,8%
Reversões	0,00	92 377,05	n/a
Outros rendimentos e ganhos	72 151,88	18 149,41	25,2%
Subsídios à exploração	702 508,35	23 199,78	3,3%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	28 761,36	15 434,17	53,7%
REPARTIÇÃO DOS GASTOS TOTAIS	38 332 229,28	30 688 095,30	80,1%
Gastos operacionais	38 332 229,28	30 687 808,45	80,1%
CMVMC			
- CMP	126 948,26	100 733,22	79,3%
- Outras Entidades Grupo CMP	0,00	3 156,60	n/a
- GMPH	140 168,16	126 638,95	90,3%
Fornecimentos e serviços externos - obra:			
- CMP	28 665 016,14	21 556 107,84	75,2%
- Outras Entidades Grupo CMP	61 765,65	33 030,96	53,5%
- GMPH	4 439 832,19	3 763 644,66	84,8%
- Outras Entidades	0,00	15 065,41	n/a
Fornecimentos e serviços externos - estrutura			
- CMP	10 200,96	5 556,34	54,5%
- Outras Entidades	789 759,18	876 173,16	110,9%
Gastos com o pessoal	3 786 107,32	3 740 078,14	98,8%
Gastos de depreciação e de amortização	269 262,71	200 759,80	74,6%
Perdas por Imparidade	13 034,98	232 185,14	1781,2%
Provisões	0,00	0,00	n/a
Outros gastos e perdas	30 133,74	34 678,23	115,1%
Juros e gastos similares suportados	0,00	286,85	n/a
Imposto sobre o rendimento do período	5 541,97	5 764,87	104,0%
Resultado líquido do período	33 729,25	33 039,05	98,0%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	IGP para 2020	valor executado em 31 de dezembro 2020	% de execução
GASTOS DIRETOS DA OBRA E PARQUE HABITACIONAL			
FSE e materiais- a refaturar ao município	28 791 964,39	21 656 841,06	75,2%
FSE e materiais- a refaturar a outras entidades	61 765,65	51 252,97	83,0%
FSE e materiais- manutenção do parque habitacional	4 480 000,35	3 790 283,61	84,6%
FSE- entrega da receita de rendas à CMP (artº 25, nº3 dos Estatutos)	100 000,00	100 000,00	100,0%
Subtotal gastos de estrutura / indiretos	33 433 730,39	25 598 377,64	76,6%
GASTOS ESTRUTURA / INDIRECTOS			
Trabalhos especializados	43 125,17	123 429,00	286,2%
Publicidade, comunicação e imagem	3 500,00	7 743,30	221,2%
Vigilância e segurança	85 776,00	85 776,00	100,0%
Honorários	16 000,04	12 301,04	76,9%
Conservação e reparação	161 407,54	140 187,74	86,9%
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 025,00	2 106,56	104,0%
Livros e documentação técnica	945,73	477,74	50,5%
Material de escritório	16 769,60	12 700,74	75,7%
Eletricidade	10 000,00	0,00	0,0%
Combustíveis e lubrificantes	10 200,96	5 556,34	54,5%
Deslocações e estadas	5 000,00	1 609,63	32,2%
Transporte de pessoal	333,96	300,00	89,8%
Rendas e alugueres	321 247,38	308 734,44	96,1%
Comunicação	35 416,70	41 316,61	116,7%
Seguros	25 480,64	25 696,59	100,8%
Contencioso e notariado	25 500,00	78 254,60	306,9%
Despesas de representação dos serviços	2 459,67	161,11	6,6%
Limpeza, higiene e conforto	28 236,89	28 852,23	102,2%
Outros serviços	519,85	266,35	51,2%
Encargos bancários	6 015,01	6 259,48	104,1%
Subtotal gastos de estrutura / indiretos	799 960,14	881 729,50	110,2%
	34 233 690,54	26 480 107,14	77,4%

n.a. - não aplicável



pertinência e fundamentação dos estudos que estão na origem e na base da sua criação, assim como as opções subsequentes acima retratadas.

O retrato da atividade económica desenvolvida em 2020, resumida nos quadros seguintes, permite concluir que a Domus Social, se propõe dar plena execução às projeções económico-financeiras que suportaram os IGP/2020-2022, numa prestação que se tem mostrado perfeitamente equilibrada e particularmente eficiente, enquanto operador no mercado de gestão do parque habitacional e manutenção de equipamentos e infraestruturas.

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS DE ESTRUTURA	IGP para 2020	valor executado em 31 de dezembro 2020	% de execução
Gastos operacionais			
Gastos com o pessoal	3 786 107,32	3 740 078,14	98,8%
Fornecimentos e serviços externos	799 960,14	881 729,50	110,2%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	269 262,71	200 759,80	74,6%
Perdas por imparidade	13 034,98	137 684,55	1056,3%
Outros gastos	30 133,74	34 147,93	113,3%
Juros e encargos suportados	0,00	286,85	n.a.
subtotal	4 898 498,89	4 994 686,77	102,0%
Imposto sobre o rendimento do período	5 541,97	4 328,06	78,1%
	4 904 040,85	4 999 014,83	101,9%

COMPOSIÇÃO DOS RENDIMENTOS	IGP para 2020	valor executado em 31 de dezembro 2020	% de execução
Execução da Obra			
Prestação de Serviços - MGPH	0,00	1 244,38	n.a.
Verba definida no Contrato-Mandato do município	28 791 964,39	21 655 868,48	75,2%
Prestação de Serviços/Outras Entidades	67 942,22	56 522,31	83,2%
Prestação de Serviços e Concessões - Arrendamento	8 708 172,30	8 864 103,64	101,8%
Transf. e Subsídios Correntes Obtidos	702 508,35	23 199,78	3,3%
Outros Rendimentos	72 151,88	18 149,41	25,2%
Juros, dividendos e out. rendimentos similares	28 761,36	15 434,17	53,7%
	38 371 500,49	30 634 522,17	79,8%

4. PERSPETIVAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS

RELATÓRIO DE COTEJAMENTO COM ESTUDOS DE VIABILIDADE – IGP/2020-2022

Artigo 32.º, n.º 7, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

A Domus Social operou, em 2020, segundo os modelos organizativo e económico-financeiro que resultaram dos estudos de viabilidade económico-financeira e racionalidade económica que fundamentaram a sua constituição em 2000.

O modelo de negócio previsto naquele estudo assenta na prestação do serviço de manutenção de infraestruturas e equipamentos, do domínio público ou privado, integrados na esfera da Câmara Municipal do Porto ou de outras empresas participadas por aquela podendo a empresa, acessoriamente, exercer a sua atividade relativamente a imóveis integrados na esfera de terceiros, desde que para o efeito fosse prévia e devidamente autorizada pela autarquia.

Em 2003, a Domus Social, cuja atividade de manutenção do parque habitacional municipal conhecia uma expressão muito significativa, para otimização da gestão daqueles ativos, integrou, igualmente, a gestão da atribuição municipal de satisfação das necessidades públicas de habitação social, conduzindo e gerindo o arrendamento dos imóveis, através da instrução dos processos, atribuição de habitações, fiscalização da correta ocupação e aplicação de medidas sancionatórias e resolutivas, o que permitiu, inclusive, dar uma expressão complementar aos fundamentos que estiveram na base da sua criação e adequadamente traduzidos no estudo de viabilidade.

Assegurou-se, por esta via, uma gestão global e integrada do parque habitacional municipal, com inequívocos ganhos ao nível da especialização técnica da empresa, naturalmente repercutida na eficiência da atividade. Esta opção, aliada à realidade, documentada em 2012, de ser a empresa titular, como receita própria, das rendas que resultam da utilização do parque habitacional, reforçou a conclusão da sua perfeita autossustentabilidade. Aliás, os IGP/2020-2022, e o presente período em avaliação, refletem esta mesma realidade.

A variabilidade do volume de negócios registados pela empresa, ao longo da última década, em função dos desideratos de investimento municipal foi, de forma permanente e constante, acompanhada pela adaptação da estrutura de custos da empresa, possível através da sua organização flexível, o que vem sufragar não só a



4. Perspetivas económico-financeiras

Manutenção corrente (Pequenas Intervenções)

Grupo de Processos	Processo		Objetivos	Indicadores	Métrica	Metas	2020	
	Nome	Direcção/Coordenação					N.º de OT's	%
DP	<u>Emergências construção civil</u>	DP/Coordenador	Atender as situações de emergência	Cumprimento do nível de serviço <u>24 horas</u>	Este indicador é medido para as OT's encerradas no período em análise, retirando o tempo de espera dos materiais, feriados e fins de semana	cumprimento dos prazos entre 70% e 75% dos pedidos	2.212	81%
	<u>Emergências electricidade</u>						45	42%
	<u>Urgências construção civil</u>		Atender as situações de urgência	Cumprimento do nível de serviço <u>15 dias</u>			2.762	91%
	<u>Urgências electricidade</u>						1.424	93%
	<u>Normais construção civil</u>		Atender as situações normais	Cumprimento do nível de serviço <u>30 dias</u>			3.372	93%
	<u>Normais electricidade</u>						705	96%

Reabilitação de edifícios

Nível objetivo	Taxa de execução			resultado
	ineficaz	eficaz	multo eficaz	2020
	< 75%	≥ 75% e < 90%	≥ 90%	99,4%

Nível objetivo	Desvio no preço			resultado
	ineficiente	eficiente	multo eficiente	2020
	> 5%	≤ 5% e > 2%	≤ 2%	3,78%



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, nos termos das disposições legais e estatutárias submete à Câmara Municipal do Porto a proposta de aplicação do resultado do exercício, no montante de 33.039,05€, a qual visa o reforço dos capitais próprios da empresa e consequentemente o aumento da sua autonomia financeira:

Reserva Legal	5%	1 651,95 €
Resultados Transitados		31 387,10 €



8. Perspetivas futuras



8. PERSPETIVAS FUTURAS

A Domus Social desenvolve a sua atividade enquadrada pelas orientações políticas definidas pelo MP, procurando uma utilização racional e eficiente dos meios financeiros disponíveis. A atividade da empresa será desenvolvida com absoluta salvaguarda do seu equilíbrio económico e financeiro e consequentemente da sua manutenção em continuidade.

Em 2021, a empresa continuará a assegurar a atividade de gestão (adequada atribuição, ocupação e utilização de fogos) e de manutenção preventiva e corretiva de edifícios, equipamentos e instalações municipais sob sua gestão.

A reabilitação do "envelope" dos edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal continuará a merecer uma particular atenção encontrando-se nesta fase a encerrar um longo período dedicado à reabilitação deste parque imobiliário tendo inaugurado em 2020 uma segunda geração de intervenções (Carvalhido, Francos, Regado, ...) que incrementará a *performance* dos edifícios que anteriormente já tinham sido objeto de uma intervenção. Será dada continuidade às ações de natureza estratégica que a empresa vem desenvolvendo, nomeadamente a generalização dos processos de manutenção preventiva aos imóveis que se encontram sob sua gestão. Será, nos tempos mais próximos, especialmente relevante a intervenção que se efetuará no espaço público do Parque de Habitação Pública Municipal. Estas intervenções servirão para consolidar os processos de reabilitação urbana daquele parque imobiliário e contribuirão de forma decisiva para os processos de regeneração urbana que o MP procura efetivar em áreas "em desvantagem".

Particularmente relevante, para os próximos anos, será a implementação do Acordo de Colaboração celebrado, em 16 de novembro de 2020, entre o MP e o IHRU que permitirá a 1.740 famílias tenham acesso a uma habitação condigna.

A consolidação do programa Porto Solidário e o potencial alargamento da sua influência constitui, para uma importante faixa de população residente na cidade do Porto, um importante auxílio e recurso para fazer face a imponderáveis situações obviando desta maneira a circunstâncias temporalmente adversas de certos sectores da população da cidade.

No âmbito dos Recursos Humanos e devido ao contexto pandémico e desafiante que se vive no momento, entendeu o CA que fossem criadas estratégias de adaptação à realidade vigente sem deixar de cuidar dos seus colaboradores. Assim, surgem novas realidades que até ao momento ainda não tinham sido vivenciadas na Domus Social: (1) a adaptação ao Home Office através do teletrabalho, (2) a formação à distância (live

training e e-learning) e (3) uma intensificação da segurança dos seus colaboradores (sensibilização permanente, aplicação de medidas de prevenção da infeção e entrega permanente de equipamentos de proteção individual).

Os próximos tempos serão decisivos na continuação da construção de uma cultura corporativa adaptada ao novo contexto laboral.

Sem prejuízo do que acaba de ser referido ao nível dos princípios que nortearão a atividade da empresa no futuro, não foi ignorado o impacto que o surto pandémico Covid-19 está a ter na economia. Particularmente, a nível local, houve impactos nas demonstrações financeiras de 2020, nomeadamente, a nível da taxa de execução prevista nos Instrumentos de Gestão Previsional. O CA tudo tem feito para mitigar o impacto negativo do grave problema de saúde pública com que o país atualmente se confronta.

Dada a relação especial que a entidade tem com o MP, não é esperado que esta situação afete a manutenção da continuidade das operações da empresa, tendo o CA, com vista à proteção da saúde dos trabalhadores e dos clientes, tomado as devidas medidas para exercer um maior e melhor controlo das questões relacionadas com o surto pandémico.

Alinhada com as orientações emanadas pelo MP, o CA adotou todos os protocolos e procedimentos necessários para responder à situação epidemiológica do novo Coronavírus que se encontram refletidos no Plano de Contingência da Domus Social, comunicado a 6 de março de 2020, à Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, de acordo com o n.º 1 do Despacho n.º 2836-A/2020.

O documento enuncia medidas de informação e formação dos trabalhadores, prevenção, vigilância e identificação de possíveis casos, identifica, o funcionamento dos serviços mínimos (grelha de identificação dos serviços sensíveis a serem assegurados), os dirigentes e colaboradores em regime de teletrabalho.

A evolução da situação pandémica é acompanhada de forma muito próxima, sendo avaliada, em cada momento, a pertinência das medidas de mitigação, previstas no documento, face às dinâmicas da infeção e às recomendações das autoridades nacionais de saúde. A Gestão procederá à revisão e atualização deste Plano, de forma a adequar e flexibilizar a resposta, sempre que se mostre necessário.

As medidas adotadas tiveram em consideração a melhor informação disponível nesta data, havendo um quadro de incerteza associado à evolução futura que dependerá dos efeitos da pandemia na economia.

Após o termo do período de 2020 e até à presente data não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou, divulgações adicionais nas contas de 2020, ficando as contas autorizadas para emissão na presente data.



9. Reconhecimento público



9. RECONHECIMENTO PÚBLICO

O Conselho de Administração reafirma o seu profundo reconhecimento a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa:

- À Câmara Municipal do Porto pela confiança depositada na empresa e nos meios disponibilizados para a execução dos objetivos propostos.
- A todas as Direções e Departamentos Municipais bem como a todas as participadas do universo CMP, pela abertura e colaboração prestada na resolução de problemas comuns.
- Ao Revisor Oficial de Contas da empresa, pela inexcédível disponibilidade e valiosa colaboração.
- A todos os colaboradores que se dedicaram e preocuparam com a resolução de questões ligadas à atividade da CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, excedendo, em muitos casos, o âmbito da sua obrigação profissional.

Porto, 20 de maio de 2021

O Conselho de Administração,



(Fernando Paulo Ribeiro de Sousa)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)

10. Situação económico-financeira

10. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

1 - INDICADORES DE GESTÃO

Quadro A – Principais números do período

	2020	Variação 2020/19	2019
PATRIMÓNIO / CAPITAL	500 000,00	0,0%	500 000,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	1 185 103,12	2,9%	1 152 064,07
ATIVO TOTAL	7 801 528,06	-14,3%	9 106 943,83
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	374 651,57	408,9%	73 615,71
Ativos intangíveis	322 701,69	-12,6%	369 127,25
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	33 039,05	-73,2%	123 436,69
GASTOS DE EXPLORAÇÃO			
Gastos com o pessoal	3 740 078,14	4,4%	3 581 966,62
Fornecimentos e serviços externos (Estrutura - nota 23.2)	881 729,50	5,3%	837 593,04
Gastos de depreciação e de amortização	200 759,80	84,2%	108 966,91
AUTONOMIA FINANCEIRA	15,2%	20,1%	12,7%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO / (PATRIMÓNIO / CAPITAL)	6,61%	-73,2%	24,69%
COBERTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE POR CAPITALIS PERMANENTES	112,1%	-6,6%	120,0%
NÚMERO DE TRABALHADORES (não inclui a administração)	140	1,4%	138

2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro B – Balanço

RUBRICAS	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2.2-a), 5	374 651,57	73 615,71
Ativos intangíveis	2.2-a), 3	322 701,69	369 127,25
Outros ativos financeiros	18.2.4	3 166 921,78	3 015 710,02
		<u>3 864 275,04</u>	<u>3 458 452,98</u>
Ativo corrente			
Inventários	2.2-d), 10	82 327,98	72 966,68
Clientes, contribuintes e utentes	13, 18.2.1	951 089,20	887 789,39
Estado e outros entes públicos	18.2.2, 23.4	710 724,12	2 203 677,19
Outras contas a receber	18.2.3	1 360 401,49	1 339 785,79
Diferimentos	23.1	98 990,78	89 492,99
Caixa e depósitos	quadro E, 18.2.4	733 719,45	1 054 778,81
		<u>3 937 253,02</u>	<u>5 648 490,85</u>
Total do Ativo		<u>7 801 528,06</u>	<u>9 106 943,83</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	18.14, 20.1	500 000,00	500 000,00
Reservas	quadro D	111 527,66	105 355,83
Resultados transitados	quadro D	540 536,41	423 271,55
		<u>1 152 064,07</u>	<u>1 028 627,38</u>
Resultado líquido do período	quadro D	33 039,05	123 436,69
Total do Património Líquido		<u>1 185 103,12</u>	<u>1 152 064,07</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		1 000,00	1 000,00
Outras contas a pagar	18.2.3	3 146 975,40	2 997 623,37
		<u>3 147 975,40</u>	<u>2 998 623,37</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	18.2.1	671 505,47	769 874,43
Estado e outros entes públicos	18.2.2, 23.4	105 482,40	111 449,00
Financiamentos obtidos	2.2-c), 6.1	0,00	6 066,56
Fornecedores de investimentos	3, 5	152 268,29	0,00
Outras contas a pagar	18.2.3	1 691 038,80	3 218 897,74
Diferimentos	23.1	848 154,58	849 968,66
		<u>3 468 449,54</u>	<u>4 956 256,39</u>
Total do Passivo		<u>6 616 424,94</u>	<u>7 954 879,76</u>
Total do Património Líquido e Passivo		<u>7 801 528,06</u>	<u>9 106 943,83</u>

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.



Quadro C – Demonstração individual dos resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas	2.2- g), 13	97 955,06	143 730,14
Prestações de serviços	2.2- g), 13	30 479 783,75	36 920 932,63
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14.2	23 199,78	49 623,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.2-d), 10	-230 528,77	-291 950,41
Fornecimentos e serviços externos	23.2	-26 249 578,37	-33 031 130,76
Gastos com pessoal	2.2-e),f), 19	-3 740 078,14	-3 581 966,62
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-2 123,54	-2 884,32
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.2.1	-137 684,55	-13 411,08
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		18 149,41	71 281,64
Outros gastos e perdas		-34 678,23	-40 286,27
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		224 416,40	223 938,48
Gastos / reversões de depreciação e amortização	2.2-a), 3, 5	-200 759,80	-108 966,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		23 656,60	114 971,57
Juros e rendimentos similares obtidos	14.3	15 434,17	25 154,53
Juros e gastos similares suportados		-286,85	-212,99
Resultado antes de impostos		38 803,92	139 913,11
Imposto sobre o rendimento	23.4	-5 764,87	-16 476,42
Resultado líquido do período		33 039,05	123 436,69
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		33 039,05	123 436,69

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração individual dos resultados por naturezas.




Quadro D – Demonstração individual das alterações no património líquido

DESCRIÇÃO	Capital / património realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição em 1 de janeiro de 2019	500 000,00	65 242,62	38 707,28	396 558,87	28 118,61	1 028 627,38
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no património líquido	0,00	1 405,93	0,00	26 712,68	-28 118,61	0,00
	0,00	1 405,93	0,00	26 712,68	-28 118,61	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					123 436,69	123 436,69
RESULTADO INTEGRAL					123 436,69	123 436,69
Posição em 31 de dezembro de 2019	500 000,00	66 648,55	38 707,28	423 271,55	123 436,69	1 152 064,07
DESCRIÇÃO	Capital / património realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição em 1 de janeiro de 2020	500 000,00	66 648,55	38 707,28	423 271,55	123 436,69	1 152 064,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no património líquido	0,00	6 171,83	0,00	117 264,86	-123 436,69	0,00
	0,00	6 171,83	0,00	117 264,86	-123 436,69	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					33 039,05	33 039,05
RESULTADO INTEGRAL					33 039,05	33 039,05
Posição em 31 de dezembro de 2020	500 000,00	72 820,38	38 707,28	540 536,41	33 039,05	1 185 103,12

Quadro E – Demonstração individual de fluxos de caixa

RUBRICAS	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	30 604 583,79	35 973 454,06
Pagamentos a fornecedores	-27 281 895,77	-33 004 744,23
Pagamentos ao pessoal	-3 753 780,98	-3 519 862,77
Caixa gerada pelas operações	-431 092,96	-551 152,94
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-8 210,14	51 241,91
Outros recebimentos/pagamentos	413 072,43	282 608,84
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-26 230,67	-217 302,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-177 734,25	-46 318,62
Ativos intangíveis	-107 925,43	-72 846,75
Investimentos financeiros	-4 782,31	-8 506,71
Recebimentos provenientes de :		
Investimentos financeiros	862,25	77,14
Outros ativos	789,00	0,00
Juros e rendimentos similares	79,69	617,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-288 711,05	-126 977,32
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-6 080,37	-13 447,48
Juros e gastos similares	-37,27	-198,93
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-6 117,64	-13 646,41
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-321 059,36	-357 925,92
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 054 778,81	1 412 704,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	733 719,45	1 054 778,81
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA (1)		
Caixa e seus equivalentes no início do período		
Equivalentes a caixa no início do período	4 050 852,87	
Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	
Saldo da gerência anterior	4 050 852,87	
De execução orçamental	958 712,33	
De operações de tesouraria	3 092 140,54	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		
Equivalentes a caixa no fim do período	3 873 451,68	
Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	
Saldo da gerência seguinte	3 873 451,68	
De execução orçamental	760 044,76	
De operações de tesouraria	3 113 406,92	

(1) Ver notas explicativas às Demonstrações Orçamentais, Quadro G e nº 5.4.

Quadro F – Indicadores da estrutura de gastos e rendimentos

DESCRIÇÃO	2020		2019	
	%	Valor	%	Valor
REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS TOTAIS	100%	30 726 899,22	100%	37 362 644,05
Vendas e prestações de serviços	70,7%	21 713 635,17	75,8%	28 318 508,19
Execução de obra (ótica do terceiro):				
- <i>CMP</i>	70,4%	21 636 925,36	75,5%	28 216 415,69
- <i>Outras Entidades Grupo CMP</i>	0,1%	41 456,90	0,1%	43 772,79
- <i>Outras Entidades</i>	0,1%	35 252,91	0,2%	58 319,71
Rendas	28,8%	8 864 103,64	23,4%	8 746 154,58
Reversões de perdas por imparidade de clientes	0,3%	92 377,05	0,4%	151 921,58
Outros rendimentos	0,1%	18 149,41	0,2%	71 281,64
Subsídios à exploração	0,1%	23 199,78	0,1%	49 623,53
Juros e rendimentos similares obtidos	0,1%	15 434,17	0,1%	25 154,53
REPARTIÇÃO DOS GASTOS TOTAIS	100%	30 688 095,30	100%	37 222 730,94
Gastos operacionais	100%	30 687 808,45	100%	37 222 517,95
CMVMC (ótica do terceiro)				
- <i>Outras Entidades</i>	0,8%	230 528,77	0,8%	291 950,41
Fornecimentos e serviços externos - obra (ótica do terceiro):				
- <i>CMP</i>	0,4%	119 137,80	3,4%	1 265 491,68
- <i>Outras Entidades Grupo CMP</i>	0,2%	64 200,22	0,2%	59 489,76
- <i>Outras Entidades</i>	82,1%	25 184 510,85	82,9%	30 868 556,28
Fornecimentos e serviços externos - estrutura (ótica do terceiro)				
- <i>CMP</i>	0,0%	4 880,15	0,0%	8 901,43
- <i>Outras Entidades</i>	2,9%	876 849,35	2,2%	828 691,61
Gastos com o pessoal	12,2%	3 740 078,14	9,6%	3 581 966,62
Gastos de depreciação e de amortização	0,7%	200 759,80	0,3%	108 966,91
Perdas por imparidade de clientes	0,7%	230 061,60	0,4%	165 332,66
Perdas por imparidade de inventários	0,0%	2 123,54	0,0%	2 884,32
Outros gastos e perdas	0,1%	34 678,23	0,1%	40 286,27
Juros e gastos similares suportados	0,00%	286,85	0,0%	212,99





3 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Domus Social foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Transposição do SNC para o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP):

Por força do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, e com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal - resultantes do avanço do SNC no sentido da adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, entretanto, revogadas como o Plano Oficial de Contabilidade (POC), o Governo de então incumbiu a CNC (Comissão de Normalização Contabilística) de elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas, mais consistente com o SNC e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), e que permitisse resolver os problemas sérios de inconsistência técnica ao nível da consolidação de contas no setor público, devido a ajustamentos indesejáveis e a falta de fiabilidade da informação gerada em sede da sua integração. Esta reforma ficou materializada com a elaboração e publicação do SNC-AP, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, que dota as Administrações Públicas de um sistema orçamental e financeiro convergente com os sistemas adotados a nível internacional, institucionalizando o Estado como entidade que relata, mediante a apresentação de demonstrações orçamentais e financeiras, reforçando a base do regime do acréscimo na contabilidade e relato financeiro das entidades públicas, sem prejudicar a informação de base de caixa, uniformizando os procedimentos para a consolidação de contas de grupos públicos e das contas individuais, quer de demonstrações financeiras quer de demonstrações orçamentais e, por fim, contemplando três subsistemas articulados de informação:

- Contabilidade Orçamental
- Contabilidade Financeira
- Contabilidade de Gestão



Conforme previsto nos pontos 1 e 2 do Artigo 3.º do supra referido Decreto-Lei, o SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas, entendendo-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsetores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, nelas inserindo-se, assim, a Domus Social.

O SNC-AP como normativo contabilístico na Domus Social:

Inicialmente, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2018 e após sucessivos adiamentos, o SNC-AP arrancou oficialmente a 1 de janeiro de 2020, passando a ser, a partir desta data, o normativo contabilístico aplicado na Domus Social.

Para o efeito, o plano de contas da Domus Social utilizado até 31 de dezembro de 2019 foi substituído pelo Classificador Complementar 1 (CC1) que, para além da redenominação de algumas contas, implicou algumas reclassificações nas demonstrações financeiras conforme exibido no quadro infra (notas 1.2, 18.2.3. e 18.2.4.):

RUBRICAS DO BALANÇO	Valores conforme normativo anterior 31.12.2019	Reclassificações	SNC-AP 01.01.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	73 615,71		73 615,71
Ativos intangíveis	369 127,25		369 127,25
Outros ativos financeiros	19 635,96	2 996 074,06	3 015 710,02
	<u>462 378,92</u>		<u>3 458 452,98</u>
Ativo corrente			
Inventários	72 966,68		72 966,68
Clientes, contribuintes e utentes	887 789,39		887 789,39
Estado e outros entes públicos	2 203 677,19		2 203 677,19
Outras contas a receber	4 335 859,85	-2 996 074,06	1 339 785,79
Diferimentos	89 492,99		89 492,99
Caixa e depósitos	1 054 778,81		1 054 778,81
	<u>8 644 564,91</u>		<u>5 648 490,85</u>
Total do Ativo	<u>9 106 943,83</u>		<u>9 106 943,83</u>

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Património / Capital	500 000,00		500 000,00
Reservas	105 355,83		105 355,83
Resultados transitados	423 271,55		423 271,55
	<u>1 028 627,38</u>		<u>1 028 627,38</u>
Resultado líquido do período	123 436,69		123 436,69
Total do Património Líquido	<u>1 152 064,07</u>		<u>1 152 064,07</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	1 000,00		1 000,00
Outras contas a pagar	0,00	2 997 623,37	2 997 623,37
	<u>1 000,00</u>		<u>2 998 623,37</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	769 874,43		769 874,43
Estado e outros entes públicos	111 449,00		111 449,00
Financiamentos obtidos	6 066,56		6 066,56
Outras contas a pagar	6 216 521,11	-2 997 623,37	3 218 897,74
Diferimentos	849 968,66		849 968,66
	<u>7 953 879,76</u>		<u>4 956 256,39</u>
Total do Passivo	<u>7 954 879,76</u>		<u>7 954 879,76</u>
Total do Património Líquido e do Passivo	<u>9 106 943,83</u>		<u>9 106 943,83</u>

De notar que o orçamento da Domus Social foi efetuado com base no regime contabilístico do SNC, pelo que, se procedeu à sua reclassificação para SNC-AP. Assim procedeu-se à reclassificação de algumas rubricas, resultando que os mapas de Estrutura de Gastos e FSE sejam diferentes dos apresentados nos IGP 2020-2022 em vigor na empresa.

1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. – Identificação da Entidade

No dia 19 de julho de 2000 foi constituída a Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas da Câmara Municipal do Porto, EM. A empresa adotou a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 1º da Lei 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto. A sua sede localiza-se na Rua Monte dos Burgos, 12, Porto.

A Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas da Câmara Municipal do Porto, EM, foi constituída tendo como objeto social o exercício da atividade de manutenção de infraestruturas e equipamentos, do domínio público ou privado, cuja gestão fosse da Câmara Municipal do Porto ou de outras empresas participadas por aquela e ainda de outras entidades de direito privado que a Câmara Municipal do Porto determinasse.

No dia 8 de outubro de 2003, foi outorgada a escritura de alteração de estatutos da Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas da Câmara Municipal do Porto, EM, passando esta a assumir a denominação de Empresa Municipal de Habitação e Manutenção, E.M.. Por deliberação da Câmara Municipal do Porto foi também decidida a alteração do objeto social da empresa, passando este a incluir a gestão do parque habitacional do município, bem como a atividade de manutenção de equipamentos e infraestruturas, do domínio público ou privado, cuja gestão seja da Câmara Municipal do Porto.

Em 28 de junho de 2006, foi outorgada a deliberação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal em alterar a denominação da Empresa Municipal de Habitação e Manutenção, E.M., para CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M., bem como alteração parcial dos seus estatutos.

Em 26 de março de 2009, foi outorgada a escritura de Alteração dos Estatutos da Empresa que alterou a sua designação para CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.E.M. por forma a dar cumprimento na Lei n.º 53-F/2006 de 29 de dezembro.

Em 19 de dezembro de 2011, foi aprovado pela Assembleia Municipal a alteração dos artigos 16º e 18º dos Estatutos da Empresa. Esta alteração visou modificar a estrutura de financiamento da atividade da empresa, passando a constituir receitas próprias da Domus Social as rendas devidas pela utilização do parque habitacional municipal. O registo definitivo, na Conservatória do Registo Comercial, ocorreu a 10 de maio de 2012.

Em 18 de fevereiro de 2013 foram alterados os Estatutos da empresa que alterou a sua designação para CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M. por forma a dar cumprimento na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Por deliberação do executivo municipal de 7 de outubro de 2014 foram alterados os estatutos da empresa, tendo sido alargado o seu objeto social nos termos seguintes: “e) *organizar ou apoiar atividades de natureza sociocultural e criar ou apoiar equipamentos que tenham em vista a promoção social e de qualidade de vida dos moradores.*”

Em 4 de outubro de 2016, foram novamente alterados os estatutos da empresa, alargando o âmbito de intervenção municipal da empresa, ampliando a sua missão e acrescentando novas atividades àquelas que já eram desenvolvidas na gestão do parque de habitação pública municipal e na manutenção e reabilitação de edifícios, equipamentos e infraestruturas.

Foi efetuada e aprovada pela Assembleia Municipal do Porto em 25 de fevereiro de 2019 uma revisão estatutária que consagrou no seu objeto social a “promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais”.

O capital estatutário da Domus Social ascende a 500 000€ o qual é detido a 100% pelo Município do Porto, NIPC 501 306 099, com sede nos Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

1.2. – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras em análise.

A política contabilística usada a partir de 01.01.2020 no tratamento de “Depósitos de Garantias e Cauções” - Conta 13 e a sua contrapartida “Cauções recebidas de terceiros” – Conta 2771, constituem uma derrogação das disposições do SNC, o qual preconiza a sua apresentação no Ativo Corrente e no Passivo Corrente, respetivamente. No entanto, com vista à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, o CA optou por apresentar aquelas rubricas no Ativo e Passivo não corrente.

Os pressupostos base de apresentação são o princípio da continuidade, isto é, com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Domus Social continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações e o regime do acréscimo.

As características qualitativas definidas no SNC-AP observados na preparação dos mapas financeiros foram a relevância, a fiabilidade, a compreensibilidade, a oportunidade, a comparabilidade e a verificabilidade.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP (NCP 1) exige que o Conselho de Administração formule estimativas, julgamentos e pressupostos que influem na aplicação das políticas contabilísticas (NCP) utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras as quais têm por base a experiência histórica e as circunstâncias, formando no seu conjunto a base para as estimativas e julgamentos formulados (ver ponto 2.3).

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

2.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

- a) Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são mensurados após o seu reconhecimento segundo o modelo do custo. Todas as aquisições e beneficiações que cumpram os critérios de reconhecimento nesta norma são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações referentes a 2020, e para os bens adquiridos até 31.12.2019, foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas médias, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o DR 25/2009 de 14 de setembro, uma vez a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas do Diploma:

- i) Ativos intangíveis
Programas de computadores – 33,33%
- ii) Ativos fixos tangíveis
Edifícios e outras construções – 10,00%
Equipamento básico – 12,50% - 25,00%
Equipamento de transporte – 25,00%
Ferramentas e utensílios – 12,50% - 25,00%
Equipamento administrativo – 12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis – 12,50% - 33,33%

Para as aquisições de bens a partir de 01.01.2020, as taxas aplicadas foram as constantes do Classificador Complementar 2 (CC2), que regula a tipologia de bens e direitos, para efeitos de

cadastro e cálculo das depreciações e amortizações. Este classificador substitui a Portaria n.º 671/2000, 17 de abril, que aprovou o CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, contendo:

- a) Os códigos para efeitos de cadastro dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, registados na Classe 4 do subsistema de contabilidade financeira;
- b) As respetivas vidas úteis a serem utilizadas como referência pelas entidades, nomeadamente na aplicação do método de depreciação da linha reta, em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.
- b) Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na nota 2.2 - a), são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
- c) Relativamente à locação operacional os respetivos encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
- d) Os inventários são valorizados ao custo de aquisição adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Periodicamente são revistos os artigos com potencial perda de valor e efetuados os ajustamentos respetivos.
- e) A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao ano de 2020. Como base de cálculo utilizaram-se os salários base em vigor, não tendo sido considerados quaisquer cortes nos salários brutos.
Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem o gasto referente a funcionários em regime de cedência de interesse público que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde vai prestar funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.
Nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12/2010, prossegue a aplicação, em 2020, do corte de 5% da remuneração do gestor público.
- f) A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), e entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2013. A adesão é obrigatória para todas

as entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho regulados pelo Código do Trabalho, a partir daquela data.

O FCT e o FGCT são fundos autónomos destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do Artigo 366º do Código do Trabalho. Tanto um como o outro são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, que pode, em alternativa à adesão ao FCT aderir a ME, ficando neste caso, vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O valor das entregas para o FCT ou ao ME corresponde a 0,925% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O valor das entregas para o FGCT corresponde a 0,075% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido pelo FCT ou ME.

As entregas são feitas 12 vezes por ano, mensalmente, nos prazos previstos para o pagamento das quotizações e contribuições para a segurança social, por cada trabalhador.

- g) Na especialização do período os réditos e gastos foram reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Adicionalmente o rédito relativo a rendas recebidas do parque habitacional integra outros quantitativos recebidos, com a mesma natureza.
- h) De acordo com o Contrato de Mandato e com os Instrumentos de Gestão Previsional para o Triénio 2020-2022, a Domus Social, procede à refaturação à Câmara Municipal do Porto de todos os gastos diretamente imputáveis às obras, constantes do anexo ao referido contrato, por igual valor ao suportado.
- i) Os ativos e passivos financeiros foram mensurados usando o modelo do custo, o qual não difere do modelo do custo amortizado, dada a natureza dos saldos e dos prazos de pagamento e recebimento.
- j) A Domus Social analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento seguem a NCP 15.
- k) Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionam informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nestas. Caso existam eventos após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam na data do balanço são, os mesmos, objeto de divulgação no anexo.



2.3. – Principais estimativas e julgamentos

As principais estimativas, julgamentos e pressupostos estão relacionados com:

- i. Vida útil dos ativos fixos tangíveis;
- ii. Vida útil dos ativos intangíveis;
- iii. Imparidades de inventários e de clientes;
- iv. Provisões para processo judiciais em curso.

2.4. – Principais pressupostos relativos ao futuro

Apesar do evidente impacto que o surto pandémico COVID-19 teve ao nível de execução do orçamento das contas para 2020, a gestão tem envidado todos os esforços e continuará a tê-los para mitigar o impacto negativo do grave problema de saúde pública com que o país atualmente se confronta, tendo sempre em vista garantir a sustentabilidade e continuidade da atividade da Domus Social.

Com exceção para o referido anteriormente e para a forte relação económica e financeira com o MP não foram identificadas outras situações que possam colocar em causa a continuidade das operações da empresa.

2.6. – Principais fontes de incerteza

As principais fontes de incerteza são as relacionadas com os principais julgamentos e estimativas descritas na nota 2.3 acima, assim como do assunto referido no ponto anterior.

3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial pelo modelo do custo, que no caso específico da Domus Social se resume ao seu preço de compra, sendo registados no ativo se cumprirem os critérios de reconhecimento.

Não foi feita qualquer revalorização subsequente dos ativos após o reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis têm vidas finitas. As amortizações referentes às aquisições até 31.12.2019 foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais, em conformidade com o DR 25/2009 de 14 de setembro, uma vez a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas do Diploma. Quanto aos bens adquiridos a partir de 01.01.2020 foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas



legais em conformidade com o Classificador Complementar 2 como previsto na Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho.

Os ativos intangíveis que se encontravam em curso foram transferidos para a rubrica *Programas de Computador*, nomeadamente o aplicativo de gestão de recursos humanos *Sapiens*, a alteração ao sistema de gestão de cadastro/GISA e o software de gestão integrada de produção eSigma.

RUBRICA	Saldo inicial 01-jan-20	Adições	Alienações	Transferências, regularizações e abates	Saldo final 31-dez-20
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	875 846,63	0,00	0,00	388 694,51	1 264 541,14
Outros ativos intangíveis	57 121,12	0,00	0,00	0,00	57 121,12
Ativos intangíveis em curso	291 278,23	97 416,28	0,00	-388 694,51	0,00
	<u>1 224 245,98</u>	<u>97 416,28</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 321 662,26</u>

Amortizações

RUBRICA	Saldo inicial 01-jan-20	Reforços	Anulações, reversões, regularizações e transferências	Saldo final 31-dez-20
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de computador	797 997,61	143 841,84	0,00	941 839,45
Outros ativos intangíveis	57 121,12	0,00	0,00	57 121,12
	<u>855 118,73</u>	<u>143 841,84</u>	<u>0,00</u>	<u>998 960,57</u>
Valor líquido	<u>369 127,25</u>			<u>322 701,69</u>

5 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial pelo modelo do custo, que no caso específico da Domus Social se resume ao seu preço de compra. Todas as aquisições e beneficiações que cumpram os critérios de reconhecimento são relevadas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Não foi feita qualquer revalorização subsequente dos ativos após o reconhecimento inicial.

Cumprir informar que existe um contrato de arrendamento do imóvel onde se desenvolve a atividade da Domus Social, sendo expetável a continuidade da sua utilização.

As depreciações referentes às aquisições até 31.12.2019 foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais, em conformidade com o DR 25/2009 de 14 de setembro, uma vez a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente das vidas úteis implícitas nas taxas do Diploma. Quanto aos bens adquiridos a partir de 01.01.2020 foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas máximas legais em conformidade com o Classificador Complementar 2 como previsto na Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho.

RUBRICA	Saldo inicial 01-jan-20	Adições	Altenações	Transferências, regularizações e abates	Saldo final 31-dez-20
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Edifícios e outras construções	30 464,41	0,00	0,00	167 746,39	198 210,80
Equipamento de transporte	64 189,19	0,00	0,00	0,00	64 189,19
Equipamento administrativo	590 990,26	40 872,52	2 349,12	2 220,79	631 734,45
Outros activos tangíveis	76 047,66	3 227,99	0,00	-2 768,96	76 506,69
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	313 720,38	0,00	-167 746,39	145 973,99
	<u>761 691,52</u>	<u>357 820,89</u>	<u>2 349,12</u>	<u>-548,17</u>	<u>1 116 615,12</u>

Depreciações

RUBRICA	Saldo inicial 01-jan-20	Reforços	Anulações, reversões, regularizações e transferências	Saldo final 31-dez-20
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Edifícios e outras construções	901,94	4 429,94	0,00	5 331,88
Equipamento de transporte	63 931,07	258,12	0,00	64 189,19
Equipamento administrativo	548 214,74	50 793,85	-261,29	598 747,30
Outros ativos tangíveis	75 028,06	1 436,05	-2 768,93	73 695,18
	<u>688 075,81</u>	<u>56 917,96</u>	<u>-3 030,22</u>	<u>741 963,55</u>
Valor líquido	<u>73 615,71</u>			<u>374 651,57</u>

6 - Locações

6.1. - Locações financeiras

A 31 de dezembro de 2020 não existiam locações financeiras ativas.



6.2. – Locações operacionais

Em 2018 o MP celebrou com a Leaseplan Portugal – Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Unipessoal, Lda um contrato para locação operacional de viaturas, para o período 2018-2022.

A rubrica de rendas e alugueres inclui os gastos com os seguintes contratos de locação operacional:

Contrato	Valor do contrato	Valor mensal	Rendas futuras em 31-dez-2020	Periodicidade	Data inicial	Data final	N.º de contratos	
6.972.809/011	VW Passat	22 004,28	458,42	8 068,24	Mensal	19/06/2018	18/06/2022	1
6.953.427/011	VW Passat	22 004,28	458,42	8 068,24	Mensal	19/06/2018	18/06/2022	1
6.958.740/010	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.975.964/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.975.971/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.975.985/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.002/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.015/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.020/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.030/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.036/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.039/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.060/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.064/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.896.093/010	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.068/009	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.976.072/010	Smart Electric	15 807,35	329,32	5 805,91	Mensal	20/06/2018	19/06/2022	1
6.953.490/012	VW Golf	21 941,35	457,11	8 228,01	Mensal	04/07/2018	03/07/2022	1
6.972.989/012	VW Golf	21 941,35	457,11	8 228,01	Mensal	04/07/2018	03/07/2022	1
6.972.988/012	VW Golf	21 941,35	457,11	8 228,01	Mensal	04/07/2018	03/07/2022	1
6.828.501/009	VW Crafter	20 713,28	431,53	8 872,19	Mensal	18/09/2018	17/09/2022	1
7.171.072/009	Renault Kangoo	19 879,68	414,16	8 614,53	Mensal	25/09/2018	24/09/2022	1
7.171.013/009	Renault Kangoo	19 879,68	414,16	8 614,53	Mensal	25/09/2018	24/09/2022	1
7.156.834/009	Nissan Leaf	15 776,65	328,68	7 240,83	Mensal	02/11/2018	01/11/2022	1
7.155.862/009	Nissan Leaf	15 776,65	328,68	7 240,83	Mensal	02/11/2018	01/11/2022	1
7.163.029/006	Renault Kangoo	19 879,68	414,16	9 260,62	Mensal	12/11/2018	11/11/2022	1
7.166.377/006	Renault Kangoo	19 879,68	414,16	9 260,62	Mensal	12/11/2018	11/11/2022	1
111017279	Computadores	73 128,60	2 031,35	2 031,35	Mensal	01/02/2018	31/01/2021	1
		551 856,79		189 044,60				28

9 – Imparidades de ativos

Foram registadas imparidades relativas a inventários e contas a receber de clientes, as quais se encontram devidamente divulgadas nas notas 10 e 18.2.1 b., respetivamente.

10 – Inventários

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas até 31 de dezembro, foi determinado como segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2020	2019
Existências iniciais	92 905,53	91 430,75
Compras	241 120,35	293 319,05
Regularização de existências	893,26	106,14
Existências finais	104 390,37	92 905,53
CMVMC	230 528,77	291 950,41

As imparidades relativas a inventários ascendiam a 22 062,39€ em 31 de dezembro de 2020 tendo havido um reforço de 2 123,54€ relativamente ao período homólogo de 2019.

13 – Rendimento de transações com contraprestação

13.1. – Prestações de serviços e venda de mercadorias

A repartição do valor das prestações de serviços e vendas de mercadorias foi a seguinte, as quais foram registadas ao valor nominal (modelo do custo):

Tipologia	2020	2019
Serviços prestados à CMP e vendas de mercadorias		
Vendas de mercadorias	97 955,06	143 730,14
Execução de obra	21 538 970,30	26 845 937,44
Prestados a Outras Entidades (inclui auto manutenção)	57 766,69	101 218,90
TOTAL	21 694 692,05	27 090 886,48

13.2. – Demonstração da faturação realizada versus prestações de serviços

Em conformidade com o processo descrito na alínea g) do ponto 2.2 – Principais políticas contabilísticas – apresentam-se no quadro seguinte os dados relativos à refaturação dos gastos ao Município. Adicionalmente apresenta-se a faturação relativa a outras entidades:




Tipologia	Outras Entidades	CMP
Faturação realizada no ano 2020		
Vendas e prestação de serviços do exercício anterior (relevadas em acréscimos de rendimentos no ano 2019 deduzidas notas de crédito)	4 208,71	90 693,84
Vendas e prestação de serviços do exercício de 2020 (a)	49 570,39	21 493 113,32
	<u>53 779,10</u>	<u>21 583 807,16</u>
Proveitos ainda não refaturados		
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2020 de vendas e prestação de serviços ainda não faturadas (relevada em acréscimos de rendimentos no ano 2019)	4 208,71	90 693,84
Vendas e prestação de serviços do exercício ainda não faturada (relevada em acréscimos de rendimentos no ano 2020)	8 196,30	143 812,04
Multas contratuais, acionamento de garantias e diversos aplicadas a fornecedores	0,00	18 943,12
Obra do exercício anterior faturada em 2020 (relevada em acréscimos de rendimentos no ano 2019)	-4 208,71	-90 693,84
Saldo em 31 de Dezembro de 2020 de obra ainda não faturada (relevada em acréscimos de rendimentos no ano 2020) (b)	<u>8 196,30</u>	<u>162 755,16</u>
Prestações de serviços de 2020		
Vendas e prestação de serviços do exercício	49 570,39	21 493 113,32
Acréscimos de rendimentos de obra realizada em 2020 ainda não faturada deduzida de notas de crédito ainda não regularizadas	8 196,30	162 755,16
(a+b)	<u>57 766,69</u>	<u>21 655 868,48</u>

A diferença para a nota anterior respeita ao valor das multas contratuais no montante de 18 943,12€.

14 – Rendimento de transações sem contraprestação

14.1. – Rendas

De acordo com o Artº 25º dos Estatutos, constituem receitas próprias da Domus Social as rendas devidas pela utilização do parque habitacional sob sua gestão. Os ativos objeto de arrendamento são propriedade do MP, tendo a Domus Social o direito de liquidar e receber as rendas, as quais constituem rédito próprio.

De acordo com a Cláusula 10ª do Contrato Programa para 2020, a Domus Social está obrigada a proceder à manutenção do parque habitacional sob sua gestão, recorrendo à receita de rendas para o financiamento destas atividades.

De acordo com a Cláusula 15ª nº1 “As rendas devidas pela utilização do parque habitacional constituem receita própria da Domus Social, que as afetará, na exata medida da sua necessidade e suficiência, à promoção das ações de manutenção preventiva e corrente do edificado de habitação municipal e à cobertura financeira dos custos da estrutura afetos a estas ações”.

Por último, e de acordo com a Cláusula 25ª nº 3, a CMP determina anualmente o montante da receita de rendas que lhe deverá ser entregue, o qual é concretizado nos IGP, sendo que para 2020 este montante ascende a 100 000€.

Anualmente a Domus Social tem cumprido com o disposto na Cláusula anterior, conforme pode ser aferido no Ponto 4 deste relatório, não tendo incorrido em qualquer incumprimento.

Face ao acima descrito, a Domus Social é detentora do direito às rendas do edificado municipal sob sua gestão, o qual constitui um ativo financeiro e não um ativo intangível, tendo como condição a sua aplicação na manutenção do parque habitacional, na cobertura dos seus custos de estrutura e entrega de parte à CMP.

Consequentemente o direito às rendas é anualmente registado ao valor nominal, o qual não difere do justo valor, bem como são registados os correspondentes gastos subjacentes às obrigações assumidas.

O montante de rendas emitidas, registadas ao valor nominal, líquido de reforços e reversão de imparidades ascende a 8 726 419,09€ (Quadro F). O montante de 914 759,63€, diferença entre a conta de clientes de rendas e respetivas imparidades acumuladas (nota 18.2.1 al.a), corresponde a valores a cobrar respeitantes, essencialmente, às rendas do mês de janeiro de 2021 emitidas em dezembro de 2020 e diferidas, conforme nota 23.1, no montante de 768 244,14€.

14.2. – Subsídios

Em 14 de janeiro de 2020, o MP e a Domus Social celebraram, nos termos do disposto nos artigos 47.º e 50º, ambos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, um Contrato-Programa para o ano de 2020 o qual teve por objeto a definição de objetivos setoriais da Domus Social e a correspondente comparticipação do Município do Porto. Todos os anos este contrato é objeto de atualização, mediante os objetivos setoriais fixados pelo

Município do Porto, e consequente comparticipação pública. Esta verba reveste a forma de subsídio à exploração destinando-se a suportar parte dos encargos estruturais da Domus Social para concretizar a sua atividade. Em 2020, A Domus Social conseguiu, apesar de tudo, prescindir da utilização do subsídio para suportar a sua atividade.

Merece ainda destaque o subsídio recebido do Programa H2020 pela operação URBINAT: Regeneration and Integration of Deprived Districts through Healthy Corridors as Drivers for the Co-creation of Social and Environmental Nature Based Solutions in Cities, liderada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e que envolve, como protagonistas, as cidades do Porto, Nantes e Sófia. Ainda no âmbito de trabalhos de cooperação e parceria encontra-se em desenvolvimento o projeto denominado “Co-criação de soluções territoriais ENergeticamente eficientes de Eco-Renovação do habitat residencial PATrimonial dos centros históricos do SUDOE (ENERPAT).

DESCRIÇÃO	2020	2019
Subsídio Uribinat	23 199,78	42 876,75
Subsídio de apoio aos estágios em contexto de trabalho IEFP	0,00	6 746,78
TOTAL	23 199,78	49 623,53

14.3. – Juros e rendimentos similares obtidos

Nesta rubrica foram reconhecidos os juros obtidos das contas de depósitos bancários e das rendas pagas fora do prazo regular.

RUBRICA	2020	2019
Juros e rendimentos similares obtidos	15 434,17	25 154,53

15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A conta de provisões apresenta um saldo de 1 000,00 € na sequência da aprovação pelo CA da Domus Social da constituição, em 2018, de uma provisão no âmbito da Certificação Global Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho para cobertura de riscos com matérias ambientais.

17 – Acontecimentos após a data do balanço

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgações adicionais nas contas do exercício, ficando as contas autorizadas para emissão na presente data.

18 – Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros foram mensurados usando o modelo do custo, o qual não difere do modelo do custo amortizado, dada a natureza dos saldos e dos prazos de pagamento e recebimento.

18.2.1. – Clientes e fornecedores c/corrente

a. Clientes c/corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

CLIENTES CONTA CORRENTE	2020	2019
Clientes empresa - mãe	0,00	0,00
Clientes outras partes relacionadas	35 964,18	6 263,60
GO Porto, EM	4 804,90	0,00
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM, S.A.	31 159,28	6 263,60
Inquilinos municipais	914 759,63	881 190,70
Rendas emitidas não recebidas	2 031 097,77	1 859 844,29
Imparidades por incumprimento de rendas	-1 116 338,14	-978 653,59
Clientes gerais	365,39	335,09
	951 089,20	887 789,39

b. Movimento de Imparidades do Período

Saldo Inicial	Reforço	Reversões	Saldo Final
978 653,59	230 061,60	92 377,05	1 116 338,14

c. Fornecedores c/corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

FORNECEDORES CONTA CORRENTE

	2020	2019
Fornecedores empresa - mãe	0,00	0,00
Fornecedores outras partes relacionadas	0,00	6,83
Fornecedores gerais	548 872,52	709 153,19
Fornecedores - fact. recep. conferência	122 632,95	60 714,41
	671 505,47	769 874,43

18.2.2.- Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

ESTADO	Saldo devedor 2020	Saldo credor 2020	Saldo devedor 2019	Saldo credor 2019
Imposto sobre o rendimento	176 626,29	5 764,87	169 407,61	7 885,72
Retenção de Impostos		34 251,50		33 710,00
Imposto sobre Valor Acrescentado	534 097,83	4 884,10	2 034 269,58	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social		59 766,95		68 276,41
ADSE		0,00		820,12
Outras tributações		814,98		756,75
	710 724,12	105 482,40	2 203 677,19	111 449,00

O saldo devedor relativo ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) corresponde a regularizações de IVA liquidado em excesso, e reclamado judicialmente, na sequência do indeferimento do pedido de revisão oficiosa por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). As regularizações de IVA correspondem a dois processos, tendo um deles, no montante de 1 456 552,30€, sido desreconhecido do balanço por contrapartida da conta de Outros Credores, na sequência da instrução da CMP em execução de sentença do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, cuja decisão em finais de 2020 foi desfavorável à empresa.

Adicionalmente, em 16.04.2021 a Domus Social foi notificada pela AT da decisão de trânsito em julgado do processo da decisão arbitral, no montante de 524 449,85€ cuja decisão foi favorável à Domus Social, permitindo o exercício do direito de dedução, o qual foi exercido na declaração periódica de IVA relativa ao mês de março.

Relativamente ao Pagamento Especial por Conta, no montante de 169 201,73€, cujo pedido de reembolso tinha sido efetuado em janeiro de 2021, obteve despacho favorável da AT em abril de 2021.



Relativamente ao relacionamento entre o gasto de imposto e o lucro contabilístico, refere-se que em virtude dos benefícios fiscais derivados do artº. 19º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, não foi reconhecida estimativa para IRC, sendo o imposto a pagar derivado única e exclusivamente da tributação autónoma.

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam quaisquer dívidas em mora para com o Estado e Outros Entes Públicos.

18.2.3. – Outras contas a receber e a pagar

Em 31 de dezembro a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	2020	2019
Outras contas a receber:		
Devedores por acréscimos de rendimentos	161 689,70	101 311,46
Juros a receber	118,98	81,09
Prestações de serviços	157 104,84	96 764,49
Outros menores que 10.000 €	4 465,88	4 465,88
Outros devedores	1 198 711,79	1 238 474,33
Multas aplicadas	1 053 274,46	1 053 274,46
Fornecedores devedores	88 852,93	72 372,09
Subsídio Urbinat	46 279,08	112 152,78
Outros menores que 10.000 €	10 305,32	675,00
	<u>1 360 401,49</u>	<u>1 339 785,79</u>
Outras contas a pagar:		
Passivo não corrente:		
Cauções recebidas de terceiros	3 146 975,40	2 997 623,37
	<u>3 146 975,40</u>	<u>2 997 623,37</u>
Passivo corrente:		
Fornecedores de investimentos	152 268,29	0,00
Credores por acréscimos de gastos	1 649 784,08	1 720 193,94
Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e Natal e respetivos encargos	519 491,53	503 217,58
Subcontratos a liquidar	0,00	42 608,93
Notas de crédito a emitir:		
Serviços de obra	5 106,51	2 735,53
Multas aplicadas	1 119 740,82	1 165 756,15
Outros não refaturáveis	5 445,22	5 875,75
Outros Credores	41 254,72	1 498 703,80
Notas crédito IVA CMP	0,00	1 456 552,30
Montantes recebidos por conta de rendas da CMP	27 508,77	37 865,40
Outros	13 745,95	4 286,10
	<u>1 691 038,80</u>	<u>3 218 897,74</u>

A rubrica de Outros devedores – Multas aplicadas, no montante de 1.053.274,46€, diz respeito a faturas de multas e custos de fiscalização emitidas ao fornecedor Alexandre Barbosa Borges, relativos à empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2, que não foram liquidadas por este último e cujos processos se encontram em contencioso. O saldo desta rubrica está relacionado com a rubrica do passivo corrente - Multas Aplicadas, na medida que respeita essencialmente a empreitadas executadas ao abrigo de Contratos de Mandato assinados com o MP.

A rubrica de Outros credores – cauções recebidas de terceiros, no total de 3 146 975,40€, refere-se a garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos.

Relativamente às retenções efetuadas, o reconhecimento contabilístico que ocorre naquele momento é o seguinte: débito da conta do fornecedor e crédito da conta “Cauções recebidas de terceiros”. De seguida efetua-se a transferência de fundos da conta de depósitos à ordem para a conta “Depósitos de garantias e cauções”, a qual, foi reclassificada para o ativo não corrente, conforme referido na nota 18.2.4..

Relativamente ao saldo da conta “Notas crédito relativo ao IVA CMP” o mesmo foi revertido por contrapartida da conta do ativo “Imposto sobre o Valor Acrescentado” conforme referida na Nota 18.2.3..

18.2.4. – Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme mapa anexo.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	2 401,88	4 265,28
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	731 317,57	1 050 513,53
	<u>733 719,45</u>	<u>1 054 778,81</u>

Conforme explicado no ponto 18.2.3. – Outras contas a receber e a pagar – parte das garantias prestadas pelos fornecedores respeitam a reforços da garantia inicial e são efetuados mediante uma retenção no momento do pagamento. No exercício em análise o total acumulado de retenções de garantia e depósitos de caução líquidos de restituições ascendia a 3 139 732,23€ e estão relevados no ativo não corrente na rubrica “Outros Ativos Financeiros”, uma vez que estes valores deverão ser restituídos findo o prazo de garantia da obra, não se encontrando classificados como disponibilidades e, por tal motivo, não relevados na rubrica “Caixa e Depósitos” (Nota 1.2).

18.14. – Instrumentos de Capital próprio

O capital estatutário da Domus Social ascende a 500 000€ o qual é detido a 100% pelo Município do Porto, NIPC 501 306 099, com sede nos Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A explicação dos movimentos ocorridos, no exercício, em cada uma das rubricas dos capitais próprios pode ser analisada no quadro D – Demonstração individual das alterações no capital próprio.

O movimento ocorrido no capital próprio reflete a aplicação dos resultados, de acordo com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 26.º dos Estatutos da Domus Social, o qual consiste na aplicação de 5% do resultado líquido no reforço da Reserva Legal. O montante restante foi aplicado na rubrica de resultados transitados conforme deliberação da Assembleia Geral.

19 – Benefícios dos empregados

Os encargos referentes ao pessoal, registados em 2020 e 2019, referem-se exclusivamente a benefícios de curto prazo, não existindo responsabilidades com benefícios de médio/longo prazo e estão repartidos da seguinte forma:

RUBRICAS	2020	2019
Remunerações e mensualizações do Conselho de Administração	107 198,27	105 875,28
Remunerações e mensualizações do pessoal	2 793 745,49	2 663 695,41
Encargos sociais	648 394,28	614 971,82
Outros	190 740,10	197 424,11
	3 740 078,14	3 581 966,62

A empresa apresenta no final de 2020 um quadro de pessoal de 140 colaboradores. A este quadro de pessoal acresce dois administradores executivos e um não executivo e não remunerado.

A Presidência do Conselho de Administração da empresa é exercida pelo administrador não executivo.

20 – Divulgações de partes relacionadas

20.1. – Divulgação de controlo

O MP, Número de Identificação Fiscal (NIF) 501 306 099, com sede nos Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto, detém na totalidade o capital social da Domus Social. O capital social da Domus Social, é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5€ cada.

A atividade da Domus Social para o Município do Porto é enquadrada por um contrato programa, em conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Este contrato-programa, revisto anualmente, tem por

objeto a definição de objetivos setoriais da Domus Social e a correspondente comparticipação do Município do Porto.

20.2. – Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas no período com entidades do grupo CMP estão referidas no quadro F, assim como no quadro seguinte:

Transações	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Rendas - Artº 25 dos Estatutos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Rendas - Artº 25 dos Estatutos
Empresa-mãe	5 074,83	21 636 925,36	100 000,00	8 901,43	28 216 415,69	100 000,00
Outras partes relacionadas	64 200,22	41 456,90		59 489,76	43 772,79	

20.3. – Saldos entre partes relacionadas

Todos os saldos pendentes com a empresa mãe e outras empresas relacionadas estão discriminados na nota 18.2.1. e 18.2.3. deste anexo.

23 – Outros

23.1. – Diferimentos

Os saldos de 31 de dezembro têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS	2020	2019
SALDOS DEVEDORES		
Contratos de manutenção de software e equipamentos	71 987,18	65 149,12
Rendas e alugueres	16 776,81	16 776,81
Seguros	28,39	0,00
Diversos	10 198,40	7 567,06
	<u>98 990,78</u>	<u>89 492,99</u>
SALDOS CREDITORES		
Subsídio à exploração	79 910,44	103 110,22
Rendimentos a reconhecer	768 244,14	746 858,44
	<u>848 154,58</u>	<u>849 968,66</u>

A empresa procedeu ainda, no final de 2020, ao diferimento das rendas emitidas em dezembro referentes a janeiro de 2021, no montante de 768 244,14€, rendas essas que ficaram reconhecidas na conta de clientes.

23.2. – Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Os FSE ascenderam a 26 249 578,37€ e 33 031 130,76€ referentes a 2020 e 2019, respetivamente, e a sua repartição é a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2020	2019
GASTOS DIRETOS DE OBRA E PARQUE HABITACIONAL		
FSE obras - refaturados à CMP	21 556 107,84	28 072 745,56
FSE obras - refaturados a outras entidades	48 096,37	80 779,58
FSE obras - manutenção corrente do parque habitacional	3 663 644,66	3 940 012,58
FSE- entrega da receita de rendas à CMP (artº 25, nº3 dos Estatutos)	100 000,00	100 000,00
	25 367 848,87	32 193 537,72
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS		
Trabalhos especializados	123 429,00	70 702,47
Publicidade, comunicação e imagem	7 743,30	1 708,49
Vigilância e segurança	85 776,00	90 104,18
Honorários	12 301,04	15 500,00
Conservação e reparação	140 187,74	164 315,72
Trabalho temporário	0,00	24 767,79
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 106,56	2 519,97
Livros e documentação técnica	477,74	938,60
Material de escritório	12 700,74	15 241,84
Combustíveis e lubrificantes	5 556,34	8 953,61
Deslocações e estadas	1 609,63	4 981,18
Transporte de pessoal	300,00	333,45
Rendas e alugueres	308 734,44	318 743,29
Comunicação	41 316,61	27 700,24
Seguros	25 696,59	27 496,66
Contencioso e notariado	78 254,60	26 938,31
Despesas de representação dos serviços	161,11	1 580,05
Limpeza, higiene e conforto	28 852,23	27 835,78
Outros serviços	266,35	1 136,35
Encargos bancários	6 259,48	6 095,06
	881 729,50	837 593,04
	26 249 578,37	33 031 130,76

Os gastos de estrutura, ou seja, os não diretamente relacionados com obra, registaram um acréscimo de 5,3% quando comparados com o período homólogo de 2019, representando uma execução de 110,2% do previsto nos IGP para o corrente ano.

Este diferencial não surge na sequência de alterações extraordinárias na natureza dos gastos de estrutura, mas sim na necessidade de se proceder ao pagamento ao Tribunal de Contas de uma verba de 71 224,72 € a título de emolumentos, relativos à obtenção do visto do Contrato de Mandato 2020-2022 e Contrato Programa 2020, a qual se encontra registada na rubrica de contencioso e notariado.

Na rubrica de honorários estão incluídos gastos relativos à revisão legal de contas do exercício de 2020 no montante de 11.000,00€.

23.3. - Garantias prestadas por terceiros

O montante das garantias prestadas por terceiros em 31 de dezembro ascende a 11 218 142,10€ e foram prestadas no âmbito dos contratos celebrados pela Domus Social (contratos de empreitada e contratos de prestação de serviços diversos – projeto, estudos, etc.). A sua subdivisão é a seguinte:

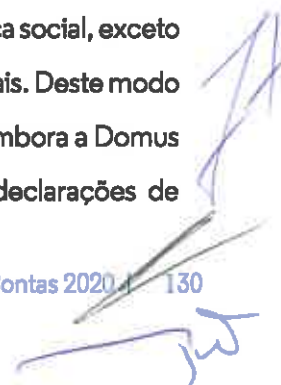
FORMA DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA	Montante
Garantias bancárias	6 415 562,23
Seguros de caução	1 655 604,47
Depósitos de caução e retenções para reforço de garantia	3 146 975,40
	11 218 142,10

As garantias prestadas sob a forma de depósito de caução e retenções de garantia estão relevadas na conta de outros devedores e credores no ponto 18.2.3.

23.4. - Estado e Outros Entes Públicos

23.4.1. - Impostos correntes

1. A Domus Social está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro) que no caso do Município do Porto é de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto.
2. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, cinco para a segurança social, exceto no caso em que existam prejuízos reportados ou tenham sido utilizados benefícios fiscais. Deste modo as declarações fiscais dos anos de 2017 a 2020, poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora a Domus Social considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de



impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

3. É ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC, que consiste na aplicação de uma taxa de imposto de 5%, 10%, 17,5%, 27,5% ou 35% a determinado tipo de gastos referidos na Lei. Na Domus Social, resume-se essencialmente aos gastos com as viaturas, sendo a sua tributação de 10%, 17,5% ou 27,5% consoante o valor da viatura seja inferior ou superior a 25.000€ e ainda quanto à sua motorização. Estas taxas são elevadas em 10 pontos percentuais quando o sujeito passivo apresente prejuízo fiscal no período de tributação (at.º 88º n.º 14 do CIRC).

23.4.2. - Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem às diferenças temporárias entre os montantes para efeitos contabilísticos e para efeitos fiscais. Relativamente a diferenças temporárias tributáveis, não existem nos períodos de relato situações que impliquem o seu apuramento. Relativamente às diferenças temporárias dedutíveis, o seu reconhecimento depende de se verificarem expectativas razoáveis de matéria coletável positiva futura suficiente para a utilização desses ativos.

A Domus Social não tem quaisquer operações que impliquem reaver impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020.

23.4.3. – Pagamento especial por conta

A Domus Social está sujeita ao pagamento especial por conta (PEC) do IRC como estabelece o CIRC, no entanto está dispensada de efetuar o pagamento deste imposto na medida em que reúne os pressupostos de isenção.

23.5. – Responsabilidades e direitos não expressos no balanço

- a. As responsabilidades contratuais assumidas pela Domus Social, derivadas de concursos lançados e contratualizados até à data de 31 de dezembro de 2020 ascendem a cerca de 37 000 000€, tendo sido faturado o montante de cerca de 32 000 000€.
- b. Responsabilidades eventuais relativas ao contencioso na presente data.

Encontram-se pendentes no Tribunal Administrativo e Fiscal e no Tribunal Judicial do Porto, os seguintes processos:

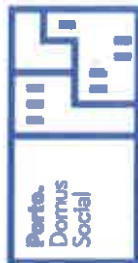
N.º de processo	Ident. do Tribunal/ Unid. Organica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação	Identificação objeto do processo	
1.	1227/10.2BEPRT	TAF Porto	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	2 026 397,16 €	Bairro Fernão de Magalhães, 8 a 11 e 18
2.	2249/09.0BEPRT	TAF Porto	DomusSocial, EM	Impugnação judicial	14 634,31 €	-
3.	1262/16.7BEPRT	TAF PORTO	Casimiro Alberto Moreira Pinto e Maria Emília Barreto Job.	Ação administrativa comum	7 975,00 €	Empreitada na rua António José de Almeida
4.	3097/16.8BEPRT	TAF Porto	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	20 553,67 €	Empreitada Reparação Fachadas do Agrupamento Habitacional do Ilhéu
5.	311/18.9BEPRT	TAFPorto- Unid. Orgânica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	30.000,01€	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
6.	544/18.8BEPRT	TAF do Norte - Organica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	79,961,29€	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
7.	1965/16.6BEPRT-A	TAFPorto - Unid. Orgânica 1	Strong - Segurança SA	Execução por apenso - Oposição	28.302,33€	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana no edifício sede da Domus Social e da GOP
8.	2640/18.2BEPRT	TAFPorto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	58 319,70 €	Reabilitação do "envelope" do Bloco 10 do Bairro do Bom Pastor
9.	2136/19.5BEPRT	TAFPorto	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	695 145,78 €	Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2
10.	2488/19.7BEPRT	TAF Porto - Unid. Orgânica 1	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	347 572,89 €	Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2
11.	24144/19.6T8PRT	Tribunal Judicial do Porto - Juízo Local Cível - Julz 6	António Sérgio Mendes Matos, Vânia Raquel Oliveira Baptista e Diogo Baptista Matos	Ação Cível	13 247,69 €	Empreitada de Reabilitação do "envelope" e instalação de sistema energético (solar) nos Blocos 3, 4, 6 e 8 e Requalificação da Associação Cultural e Desportiva do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Fação
12.	243/20.0BEPRT	TAF do Porto - Unid. Orgânica 1	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de Impugnação de ato administrativo	145 566,59 €	Obras de Manutenção Exterior dos Blocos 12 a 23 do Bairro do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Bairro do Regado



13.	14635/20.1T8PRT	Juízo do Trabalho do Porto – Juiz 1 – do Tribunal Judicial da Comarca do Porto	Susana Cristina Reis da Silva Moreira da Costa	Ação de processo comum	30 000,01 €	=
15.	339/21.1BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Dape, Lda.	Ação administrativa	532 582,82 €	Reabilitação de Edifício Habitacional da Zona Histórica do Porto, situado na Rua Tomás Gonzaga, n.ºs 16 a 38

De acordo com a informação prestada pelos mandatários judiciais, não é possível estimar com fiabilidade a probabilidade de desfecho (favorável ou desfavorável) das ações, nem mensurar em caso de insucesso a responsabilidade financeira subjacente. É firme convicção da Domus Social, que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis. No entanto, na medida em que estão em causa, essencialmente, obras executadas ao abrigo dos Contratos de Mandato, a responsabilidade final cabe ao MP.





4 - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Quadro G - Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento					Total	Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento					Total
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios				RP	RG	UE	Fundos Alheios		
	Saldo gerência anterior	4 050 852,87	0,00	0,00	0,00	0,00		Despesa Corrente	30 902 557,34	0,00	0,00	0,00	0,00	30 902 557,34	
	Operações orçamentais (1)	958 712,33					D1	Despesa com o pessoal	3 668 319,88					3 668 319,88	
	Operações tesouraria (A)	3 092 140,54					D11	Remunerações certas e permanentes	2 900 067,86					2 900 067,86	
	Receita corrente	30 952 474,62	0,00	65 873,70	0,00	0,00	D12	Abonos variáveis ou eventuais	42 710,06					42 710,06	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	11 776,96					D13	Segurança social	725 541,96					725 541,96	
R4	Rendimentos de propriedade	2 092,73					D2	Aquisição de bens e serviços	27 208 263,32					27 208 263,32	
R5	Transferências correntes			65 873,70			D3	Juros e outros encargos	12,11					12,11	
R52	Exterior- EU			65 873,70			D6	Outras despesas correntes	25 962,03					25 962,03	
R6	Venda de bens e serviços	30 546 007,30						Despesa Capital	316 109,80	0,00	0,00	0,00	0,00	316 109,80	
R7	Outras receitas correntes	392 597,63					D7	Investimento	316 109,80					316 109,80	
	Receita capital	789,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Despesa efetiva (5)	31 218 667,14	0,00	0,00	0,00	0,00	31 218 667,14	
R8	Venda de bens de investimento	789,00						Despesa não efetiva (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Receita efetiva (2)	30 953 263,62	0,00	65 873,70	0,00	0,00	D9	Outras despesas de capital							
	Receita não efetiva (3)	862,25	0,00	0,00	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros							
R12	Ativos financeiros	862,25						Soma (7)=(5)+(6)	31 218 667,14	0,00	0,00	0,00	0,00	31 218 667,14	
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	31 912 838,20	0,00	65 873,70	0,00	0,00		Operações de tesouraria (C)	1 174 304,56					1 174 304,56	
	Operações de tesouraria (B)	1 195 570,94						Saldo para a gerência seguinte	3 807 577,98	0,00	65 873,70	0,00	0,00	3 873 451,68	
								operações orçamentais (B)=(4)-(7)	694 171,06		65 873,70			760 044,76	
								operações de tesouraria (D)=(A)+(B)+(C)	3 113 406,92		0,00			3 113 406,92	
								Saldo global (2)-(5)	-265 403,52	0,00	65 873,70	0,00	0,00	-199 529,82	
								Deliberação primária						31 218 667,14	
								Saldo corrente						115 790,98	
								Saldo de capital						-315 320,80	
								Saldo primário						-199 529,82	
								Receita total (1)+(2)+(3)	31 912 838,20	0,00	65 873,70	0,00	0,00	31 978 711,90	
								Despesas Total (5)+(6)	31 218 667,14	0,00	0,00	0,00	0,00	31 218 667,14	




Quadro H – Demonstração de execução orçamental de receita

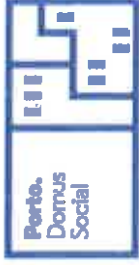
Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Recebimentos por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(8)+(9)	(11)
	Receita Corrente	33 453 500,07	2 794 481,66	31 572 984,16	425 693,97	31 018 215,97	0,00	0,00	250 117,79	30 768 231,13	31 018 215,97	2 923 423,73
R1	Receita fiscal	97 785,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	97 785,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	27 050,00	3 605,01	13 099,70	1 512,44	11 776,96	0,00	0,00	0,00	11 776,96	11 776,96	3 415,31
R4	Rendimentos de propriedade	2 324,66	0,00	2 342,38	17,72	2 092,73	0,00	0,00	764,96	1 327,77	2 092,73	231,93
R5	Transferências correntes	69 700,00	0,00	65 873,70	0,00	65 873,70	0,00	0,00	0,00	65 873,70	65 873,70	0,00
R5.1	Administração pública	69 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	69 700,00	0,00	65 873,70	0,00	65 873,70	0,00	0,00	0,00	65 873,70	65 873,70	0,00
R5.3	Outras											0,00
R6	Venda de bens e serviços	32 176 525,01	2 266 009,65	31 094 091,90	424 163,81	30 546 007,30	0,00	0,00	249 219,88	30 296 787,42	30 546 007,30	2 389 930,44
R7	Outras receitas correntes	1 647 467,94	524 867,20	397 576,48	0,00	392 597,63	0,00	0,00	132,35	392 465,28	392 597,63	529 846,05
	Receita de capital	1 652,01	0,00	1 771,24	120,00	1 651,25	0,00	0,00	0,00	1 651,25	1 651,25	0,00
R8	Venda de bens de investimento	789,00	0,00	908,99	120,00	789,00	0,00	0,00	0,00	789,00	789,00	0,00
R9	Transferências de capital											0,00
R9.1	Administrações públicas											0,00
R9.2	Exterior - UE											0,00
R9.3	Outras											0,00
R12	Ativos financeiros	863,01	0,00	862,25	0,00	862,25	0,00	0,00	0,00	862,25	862,25	0,00
R1.1	Reposição não abatida aos pagamentos											0,00
	Receita efetiva [1]	34 022 505,58	2 794 481,66	31 574 755,40	425 813,97	31 019 999,57	0,00	0,00	250 117,19	30 769 882,38	31 019 999,57	2 923 423,73




Quadro I – Demonstração de execução orçamental da despesa

Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar períodos anteriores (1)	Dotação corrigida (2)	Cativos/descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8)=(6)+(7)		
	Despesa corrente	776 757,08	33 522 870,92	0	31 587 281,43	31 463 325,26	640 049,89	30 261 507,45	30 902 557,34	128 896,19	560 767,92
D1	Despesas com o pessoal	49 451,62	4 035 723,80	0	3 782 432,62	3 774 721,85	49 010,00	3 619 309,88	3 668 319,88	7 710,77	106 401,97
D11	Remunerações certas e permanentes	2 417,42	3 071 846,35	0	2 900 067,86	2 900 067,86	2 417,42	2 897 650,44	2 900 067,86	0,00	0,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	44 483,56	0	42 744,25	42 710,06	0,00	42 710,06	42 710,06	34,19	0,00
D13	Segurança social	47 034,20	919 393,89	0	839 620,51	831 943,93	46 592,58	678 949,38	725 541,96	7 676,58	106 401,97
D2	Aquisição de bens e serviços	727 273,36	29 454 997,31	0	27 773 148,27	27 661 621,68	592 027,78	26 616 235,54	27 208 263,32	111 526,59	453 358,36
D3	Juros e outros encargos	12,11	521,70	0	72,43	12,11	12,11	0,00	12,11	60,32	0,00
D4	Transferências correntes								0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios								0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	31 628,11	0	31 628,11	26 969,62	0,00	25 962,03	25 962,03	4 658,49	1 007,59
	Despesa de capital	6 066,71	516 602,70	0	468 364,43	468 364,43	141,77	315 968,03	316 109,80	0,00	152 254,63
D7	Investimento	6 066,71	516 602,70	0	468 364,43	468 364,43	141,77	315 968,03	316 109,80	0,00	152 254,63
D8	Transferências de capital								0,00	0,00	0,00
D81	Administrações públicas								0,00	0,00	0,00
D82	Instituições sem fins lucrativos								0,00	0,00	0,00
D83	Famílias								0,00	0,00	0,00
D84	Outros								0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas capital								0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com ativos financeiros								0,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros								0,00	0,00	0,00
	Total	782 803,80	34 039 473,62	0	32 055 645,86	31 931 689,69	641 191,66	30 577 475,48	31 218 667,14	123 956,17	713 022,55





Quadro J – Demonstração da execução do plano plurianual de investimento

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rótulo orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Montante Previsto				Montante Executado				Nível Execução financeira anual (%)	Nível Execução financeira global (%)	
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano n	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano n	Total	Anos anteriores	Ano n			Total
Desenvolver e implementar um novo módulo de Gestão do Cadastro	202001	Projeto E-Sigma	D7	(O)		122 692,50				2017	2020	42 942,38	0,00	42 942,38	79 750,12	42 942,38	122 692,50	100,0%	100,0%		
Integrar os módulos de gestão do cadastro e manutenção no E-Sigma	202002	Integração dos módulos de gestão do cadastro e manutenção no E-Sigma	D7	(O)		61 008,00				2017	2020	18 302,40	0,00	18 302,40	42 705,60	18 302,40	61 008,00	100,0%	100,0%		
Implementar o referencial contabilístico SNC-AP	202003	Aquisição de serviços para adoção e implementação do SNC-AP	D7	(O)		37 761,00				2017	2020	3 776,10	0,00	3 776,10	33 984,90	3 776,10	37 761,00	100,0%	100,0%		
Implementar um software de gestão de recursos humanos	202004	Implementação do software de gestão de RH - HR4Sapiens	D7	(O)		48 585,00				2019	2020	43 726,50	0,00	43 726,50	4 858,50	43 726,50	48 585,00	100,0%	100,0%		
Integrar os documentos de cadastro através da aplicação GISA	202005	Alterações de modo a integrar os documentos de cadastro através da aplicação GISA	D7	(O)		21 771,00				2019	2020	6 531,30	0,00	6 531,30	15 239,70	6 531,30	21 771,00	100,0%	100,0%		
Remodelar o armazém utilizado para arquivo de documentação	202006	Remodelação do arquivo da D.G.P.H. sito nas oficinas mun. do Monte dos hairguit	D7	(E)		188 561,28				2020	2021	143 186,99	15 374,29	158 561,28	0,00	143 186,99	143 186,99	90,3%	90,3%		
		Total		Total		450 378,78	0,00	0,00	0,00	Total	Total	258 465,67	15 374,29	273 839,96	176 538,82	258 465,67	435 004,49	100,0%	96,6%		

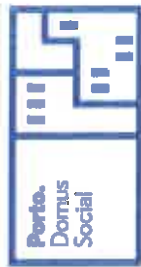
5 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1 - Alterações orçamentais da receita

Rúbrica	Tipo	Receita						Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas		
			Inscrições/Reforço	Diminuições/anulações	Créditos Especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	=(7)+(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	
R5	M	675 712,00	69 700,00	675 712,00		69 700,00		
R6	M	37 706 225,01		5 529 700,00		32 176 525,01		
Total		38 381 937,01	69 700,00	6 205 412,00		32 246 225,01	0,00	

2 - Alterações orçamentais da despesa.

Rúbrica	Tipo	Despesa						Observações
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas		
			Inscrições/Reforço	Diminuições/anulações	Créditos Especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	=(7)+(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	
D1	M	3 750 971,12	284 752,68			4 035 723,80		
D2	M/P	35 309 485,01		5 854 487,70		29 454 997,31		
D6	M	30 133,74	1 494,37			31 628,11		
D7	P	408 362,05	108 240,65			516 602,70		
Total		35 747 980,80	109 735,02	5 854 487,70		30 003 228,12	0,00	



3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

4 – Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Reversão (*)	Saldo Final
0713	Constituição e reforço cauções e garantias	2 997 623,37	1 119 558,82			4 117 182,19
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	56 554,49				56 554,49
0717	Recebimentos/Pagamentos duplicados		4 294,78			4 294,78
0719	Outras receitas	1 495 351,19	71 717,34		-1 456 552,30	110 516,23
0726	Retenções - Transição para o SNC-AP			-56 554,49		-56 554,49
0727	Pagamentos a aguardar faturas			-63 427,79		-63 427,79
0729	Dev. Cauções e Garantias/Outras Despesas	-1 457 388,51		-1 054 322,28	1 456 552,30	-1 055 158,49
	Total	3 092 140,54	1 195 570,94	-1 174 304,56	0,00	3 113 406,92

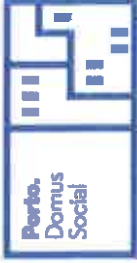
(*) reversão conforme decisão do Conselho de Administração na sequência do acórdão do STA relativo ao processo n.º 1077/L6-80



5 – Contratação administrativa

5.1 – Situação dos contratos

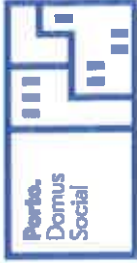
Entidade	Contrato			Visão Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos Período				Pagamentos Acumulados						
	Objeto	Data	Preço Contratual	Valor	Número do Registo		Data	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros ou omissões	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros ou omissões		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
C3+ CONSULTING, LDA.	Projeto de reabilitação do bairro de Pereiró	16/05/2016	73 800,00	73 800,00			30/09/2016	11 070,00	0,00	0,00	0,00	73 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
C3+ CONSULTING, LDA.	Projeto de execução para obras de reabilitação do Agrupamento Realínia D. Leonor	25/09/2017	27 675,00	27 675,00			29/12/2017	2 241,68	0,00	0,00	0,00	27 425,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOFIA MARGARIDA PASSOS DOS SANTOS	Projeto de reabilitação das coberturas do edifício EB/JI de S. Miguel Nevogilde	03/03/2020	22 140,01	22 140,01			15/09/2020	19 926,00	0,00	0,00	0,00	19 926,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PT ARQUITECTURA E ENGENHARIA INTEGRADAS,	Elaboração de projeto de reabilitação da ilha de Cortes	17/07/2015	15 375,01	30 750,00			06/04/2016	2 306,25	0,00	0,00	0,00	15 375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FASE - ESTUDIOS E PROYECTOS, S.A.	Elaboração de projeto para obras de manutenção exterior do bairro de Francos	10/12/2019	32 964,00	39 360,00			23/04/2020	29 667,60	0,00	0,00	0,00	29 667,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FASE - ESTUDIOS E PROYECTOS, S.A.	Elaboração projeto de execução de obras no bairro de Contumil blocos 1 a 3	13/01/2020	19 434,00	19 680,00			15/06/2020	17 490,60	0,00	0,00	0,00	17 490,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FASE - ESTUDIOS E PROYECTOS, S.A.	Elaboração de projeto reabilitação e remodelação parcial do Palácio dos Correios	17/02/2020	98 400,00	123 000,00			16/10/2020	19 680,00	0,00	0,00	0,00	19 680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GANNATA E FERNANDES ARQUITECTOS, LDA.	Elaboração projeto de reabilitação e adaptação de edifício para Escola de artes do Espinho	04/11/2020	61 069,50	83 640,00			28/12/2020	12 213,90	0,00	0,00	0,00	12 213,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OGA GEMANO DE ATIVOS, S.A.	Implementação de uma solução de gestão dos questionários de satisfação Dormus	06/10/2020	45 362,40	51 660,00			13/11/2020	2 952,00	0,00	0,00	0,00	2 952,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



JOÃO FONSECA E GISELA PINTO, ARQUIT. E DESIGN, LDA	Projeto de reabilitação dos edifícios da Rua de António Cândido, 214 e 216	27/06/2019	17 146,20	20 910,00						29/11/2019	6 658,48	0,00	0,00	0,00	15 431,58	0,00	0,00
JOÃO FONSECA E GISELA PINTO, ARQUIT. E DESIGN, LDA	Projeto para execução de obras de reabilitação na Unidade Empresarial Ramalde	09/01/2020	25 768,50	36 900,00						15/06/2020	12 884,25	0,00	0,00	0,00	12 884,25	0,00	0,00
HIDMA - HIDRAULICA E AUTOMACÃO, S.A.	Manutenção dos sistemas de bombagem instalados nos edifícios municipais	27/02/2018	43 911,04	236 160,60						13/12/2018	11 844,90	0,00	0,00	0,00	39 649,07	0,00	0,00
ANDRE EDUARDO TAVARES ARQUITECTO, LDA	Projeto de reconversão do edifício da escola EB 1 Lordele do Ouro	01/08/2019	38 376,00	49 200,00						23/12/2019	28 782,00	0,00	0,00	0,00	34 538,40	0,00	0,00
SCTIL - SMARTCODE TECNOLOGIAS DA INFORMACÃO, LDA	Manutenção Software de Gestão Parque Habitacional (e.gipha)	10/09/2020	19 571,76	19 576,68						30/09/2020	9 785,88	0,00	0,00	0,00	9 785,88	0,00	0,00
ARAMUS-INST MANUT EQ E SIST ELECT E ELECTRO, LDA	Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Inst. Elect. e de ITD em Edifícios Municipais	27/08/2020	151 290,00	151 290,00						13/11/2020	10 485,79	0,00	0,00	0,00	10 485,79	0,00	0,00
DOMITIANUS ARQUITECTURA, LDA	Projeto de reabilitação e ampliação do edifício da Rua de S. Manuel 45 e 51	08/04/2019	39 729,00	55 350,00						17/07/2019	11 918,70	0,00	0,00	0,00	19 864,50	0,00	0,00
DICASI - BRANDS, LDA	Aquisição de 30.000 máscaras comunitárias	23/04/2020	99 829,26	99 825,57						24/04/2020	99 826,79	0,00	0,00	0,00	99 826,79	0,00	0,00
TECNOCAMPO - SOC. CONST E OBRAS PUBLICAS, S.A.	Requalificação da antiga escola José Gomes Ferreira para instalação do polo III do Teatro Municipal do Porto	19/11/2019	685 275,59	755 000,00	3899/2019	26/12/2019				30/01/2020	365 325,03	0,00	43 213,46	0,00	365 325,03	43 213,46	29 710,73
REVICALÇADAS, UNIPessoal, LDA.	Acordo Quadro Brigada - Lote 1	03/08/2018	996 108,00	996 108,51						31/10/2018	191 740,41	0,00	0,00	0,00	483 726,82	0,00	0,00
FAMO COMERCIAL - MOBILIARIO DE ESCRITORIO, LDA	Aquisição de mobiliário para o Gim no âmbito de projeto de remodelação	20/10/2020	24 563,10	24 569,05						29/01/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPOENTINEDITO, LDA.	Cerco do Porto (Gigante - Lote 3 - 31 e 32)	12/07/2019	689 491,47	700 000,00	2356/2019	04/09/2019				15/11/2019	587 620,72	0,00	0,00	0,00	644 604,01	0,00	0,00
EXPOENTINEDITO, LDA.	Cerco do Porto (Virgínio - Lote 2 - 33)	12/11/2019	943 113,70	950 000,00	4008/2019	04/02/2020				27/12/2019	906 706,32	0,00	0,00	0,00	972 382,55	0,00	0,00
EXPOENTINEDITO, LDA.	Rua Infante D. Henrique, 103 e 107	03/05/2018	429 622,14	430 000,00	1463/2018	17/07/2018				30/07/2018	0,00	0,00	0,00	16 373,46	421 238,57	16 373,46	28 225,53
HABIBOIM - CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO, LDA.	manutenção de arranjos exterior nos blocos A e B de Pereiro	02/10/2020	37 000,00	40 000,00						28/12/2020	37 000,00	0,00	0,00	0,00	37 000,00	0,00	0,00
KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, LDA	Serviços de manutenção de equipamento de impressão	20/02/2020	31 980,00	30 873,00						15/06/2020	11 248,39	0,00	0,00	0,00	11 248,39	0,00	0,00

Porto Domus Social

Handwritten mark or signature.



LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-28	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-41	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-25	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-33	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/07/2018	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,21	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-92	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-36	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-31	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-87	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 220,13	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-97	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-89	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas SMART 28-UQ-93	05/06/2018	19 164,89	19 165,84	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 584,84	0,00	0,00	0,00	11 602,20	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW GOLF GP 00-UR-04	05/06/2018	25 471,03	25 471,51	21/51/2018	10/08/2018	23/08/2018	6 367,92	0,00	0,00	0,00	15 868,44	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW GOLF GP 11-VA-82	05/06/2018	25 471,03	25 471,51	21/51/2018	10/08/2018	23/08/2018	6 367,92	0,00	0,00	0,00	15 357,78	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW GOLF GP 99-UQ-92	05/06/2018	25 471,03	25 471,51	21/51/2018	10/08/2018	23/08/2018	6 367,92	0,00	0,00	0,00	15 868,44	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	25 431,40	25 433,32	21/51/2018	10/08/2018	31/07/2018	6 358,32	0,00	0,00	0,00	16 107,74	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas VW PASSAT LIMOUSINE 99-UQ-67	05/06/2018	25 431,40	25 433,32	21/51/2018	10/08/2018	31/07/2018	6 358,32	0,00	0,00	0,00	16 107,74	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas (NISSAN LEAF-BOLSA)	05/06/2018	19 093,75	19 094,88	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 566,96	0,00	0,00	0,00	9 882,40	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas (NISSAN LEAF-BOLSA VIATURA 17)	05/06/2018	19 093,75	19 094,88	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	4 566,96	0,00	0,00	0,00	9 882,40	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	01/08/2018	22 414,54	22 539,86			31/01/2019	5 178,36	0,00	0,00	0,00	11 838,28	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	25 278,55	24 495,40	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	5 917,20	0,00	0,00	0,00	13 412,33	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	25 278,57	24 495,40	21/51/2018	10/08/2018	31/01/2019	5 917,20	0,00	0,00	0,00	13 412,33	0,00	0,00

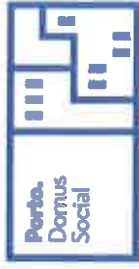


 Porto Domus Social

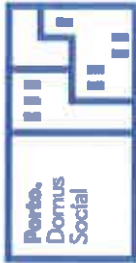
X

LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	18/12/2018	25 278,57	24 495,40	21/5/2018	10/08/2018	31/01/2019	5 917,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12 659,80	0,00	0,00	0,00
LEASEPLAN PORTUGAL, LDA.	Locação Operacional de Viaturas	05/06/2018	25 278,57	24 495,40	21/5/2018	10/08/2018	31/01/2019	5 917,20	0,00	0,00	0,00	0,00	12 667,91	0,00	0,00	0,00
M. DOS SANTOS E CA., S.A.	Arranjos exteriores do bairro do Falcão blocos 1 a 9	25/06/2019	1 274 149,78	1 300 000,00	21/8/2019	08/01/2020	24/04/2020	790 781,39	0,00	0,00	0,00	0,00	790 781,39	0,00	0,00	0,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Desenvolvimento e implementação do módulo de Gestão do Cadastro - PROJETO ESIGMA	14/02/2017	122 692,50	172 200,00			25/08/2017	42 942,38	0,00	0,00	0,00	0,00	122 692,52	0,00	0,00	0,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Integração dos módulos Gestão Cadastro e manutenção ERP - GIAF, SGP, GPH, GISA - PROJETO ESIGMA	30/10/2017	61 008,00	61 008,00			14/02/2018	18 302,40	0,00	0,00	0,00	0,00	61 008,00	0,00	0,00	0,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Aquisição de serviços para implementação do módulo de proteção de dados pessoais	19/12/2018	14 145,00	14 145,00			31/01/2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 658,00	0,00	0,00	0,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Manutenção GIAF, Portal Inquilino e Sistema de Gestão Processos	20/11/2019	70 663,20	70 663,20			31/01/2020	23 554,40	0,00	0,00	0,00	0,00	23 554,40	0,00	0,00	0,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Aquisição de serviços de apoio ao <i>esigmi</i>	24/03/2020	73 800,00	73 800,00			15/06/2020	73 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73 800,00	0,00	0,00	0,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Serviços de integração de desenvolvimento de faturação eletrónica	30/06/2020	33 456,00	33 456,00			13/11/2020	10 036,80	0,00	0,00	0,00	0,00	10 036,80	0,00	0,00	0,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Aquisição de serviços para adoção e implementação de um projeto SNC-AP	13/06/2017	37 761,00	37 761,00			04/12/2017	3 776,10	0,00	0,00	0,00	0,00	37 761,00	0,00	0,00	0,00
MANUEL VIEIRA E NUNES, LDA.	Adaptações de instalações sanitárias em habitações ocupadas	09/12/2019	5 453,57	5 750,00			13/03/2020	5 453,57	0,00	0,00	0,00	0,00	5 453,57	0,00	0,00	0,00
MANUEL VIEIRA E NUNES, LDA.	Adaptação de instalação sanitária no bairro da Mourisca bloco 10 - 125 RCE	02/01/2020	5 757,68	6 500,00			13/03/2020	5 757,68	0,00	0,00	0,00	0,00	5 757,68	0,00	0,00	0,00
MANUEL VIEIRA E NUNES, LDA.	Adaptação de instalação sanitária em habitação municipal ocupada no bairro Ferrião Magalhães bloco 6 - entrada 70 - casa 23	17/02/2020	6 401,32	6 650,00			20/05/2020	6 401,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6 401,32	0,00	0,00	0,00
MANUEL VIEIRA E NUNES, LDA.	Obras de adaptações de instalações sanitárias em habitações ocupadas	17/02/2020	5 685,04	6 200,00			15/06/2020	5 685,04	0,00	0,00	0,00	0,00	5 685,04	0,00	0,00	0,00

MANUEL VIEIRA E NUNES, LDA.	Obras de Beneficiação Interior em Habitações Municipais Devolutas no património na Rua monte dos Judeus entrada 26, Rua da Bandeirinha entrada 14 - casa Rci2 e Rua da Corticeira entrada 38A - casa 7	18/05/2020	29 288,10	32 000,00						15/09/2020	29 288,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NORTES - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Manutenção preventiva da obra social da Nossa Senhora das candelas	11/11/2019	51 449,71	55 000,00						25/12/2019	20 575,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NORTES - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Reparação de cobertura na zona do refeitório do BSB de Constituição	30/04/2020	28 802,40	30 000,00						15/09/2020	28 802,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
M. COUTO ALVES, S.A.	Monte da Bela (1 a 7)	12/08/2018	5 297 375,87	5 510 000,00	890/2018	03/07/2018				23/08/2018	1 876 617,13	0,00	37 062,56	223 738,68	206 686,82	108 397,12	245 965,13	
GRAÇA CORREIA, LDA.	Projeto de arranjo urbanístico do espaço público do Bairro do Carvalhido	19/09/2019	60 848,10	73 800,00						30/01/2020	15 212,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SCHMITT - ELEVADORES, LDA	Manutenção de equipamentos de elevação	21/02/2019	84 796,20	82 057,82						31/05/2019	26 438,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SCHMITT - ELEVADORES, LDA	Remodelação elevador da Rua de Gondarém, 822	20/07/2018	15 646,85	16 408,20						22/11/2018	141,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SCHMITT - ELEVADORES, LDA	remodelação do elevador n.º 1 instalado na Biblioteca Pública Municipal Porto	23/01/2020	17 539,80	18 400,80						17/07/2020	17 539,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SCHMITT - ELEVADORES, LDA	Intervenção corretiva no elevador instalado na Rua de Gondarém, 822	19/03/2020	7 798,20	8 733,00						30/09/2020	7 355,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AFAPAN - PLANEAMENTO GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	Serviços de fiscalização e controlo da empreitada "Reabilitação dos edifícios na Rua das Carvalheiras n.º 153, 157, 161 e 163 consistindo na construção do edifício e reperfilamento da via e estabilização do muro pontuar"	22/12/2020	11 771,32	11 788,74						28/12/2020	11 771,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AFAPAN - PLANEAMENTO GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	Fiscalização e controlo da empreitada de obras de requalificação do edifício da antiga Escola José Gomes Ferreira para instalação do Polo III do Teatro Municipal Rivoli	14/11/2019	43 050,00	43 050,01						27/12/2019	39 360,00	0,00	40 887,50	0,00	0,00	0,00	43 050,00	0,00



AFAPLAN - PLANEAMENTO GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	Fiscalização e controlo da empreitada de reabilitação dos edifícios Carvalhais	18/03/2019	79 876,20	79 950,00					15/11/2019	51 610,80	0,00	12 902,70	0,00	85 097,57	0,00	0,00	0,00
EFS - ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, LDA.	Fiscalização e controlo da empreitada de manutenção exterior do Regado	06/05/2019	107 483,55	135 300,01					14/08/2019	47 272,06	0,00	0,00	0,00	102 889,80	0,00	11 586,74	0,00
EFS - ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, LDA.	Fiscalização da empreitada de reparação anomalias no bairro de Aboar blocos 1, 2, 3, 5, 7, 11, 13, 15 e 16	26/09/2019	73 499,88	76 801,23					12/12/2019	62 461,40	0,00	19 917,10	0,00	74 519,62	0,00	16 470,33	0,00
EFS - ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, LDA.	Fiscalização da empreitada de reabilitação na Rua D. João IV, 792 e 800	14/07/2020	60 945,03	71 340,01					30/09/2020	23 302,38	0,00	0,00	0,00	23 302,38	0,00	0,00	0,00
EFS - ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, LDA.	Fiscalização da empreitada de reabilitação dos blocos 10 e 12 a 15 do Falcão	16/09/2020	140 183,10	170 355,01					28/12/2020	15 897,76	0,00	0,00	0,00	15 897,76	0,00	0,00	0,00
EFS - ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, LDA.	Fiscalização da empreitada de reabilitação do bairro S. João Deus Volumes 22 a 28 e H1	06/11/2020	88 521,87	102 090,01					28/12/2020	10 170,26	0,00	0,00	0,00	10 170,26	0,00	0,00	0,00
EFS - ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS, LDA.	Fiscalização da empreitada de reabilitação Envelope Bairro Monte da Bela 1 a 7	11/01/2018	184 020,30	204 290,71					28/09/2018	54 396,75	0,00	28 837,60	0,00	186 332,70	0,00	48 249,36	0,00
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Locação operacional de sistemas automáticos de deteção de incêndio (SAD) com interligação aos sistemas de intrusão (SADIR nos edifícios escolares do Município do Porto	05/12/2016	77 491,12	110 727,27					30/05/2017	6 424,64	0,00	0,00	0,00	77 347,10	0,00	0,00	0,00
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Manutenção de equipamentos de CCTV - lote 3	18/09/2018	5 844,96	14 391,00					30/04/2019	793,35	0,00	0,00	0,00	1 896,43	0,00	0,00	0,00
SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	Manutenção de equipamentos de segurança SADIR - Lote 2	18/09/2018	101 637,36	181 106,04					27/12/2018	26 884,11	0,00	0,00	0,00	63 055,28	0,00	0,00	0,00
RIROCO - SERVIÇOS GERAIS, ENGENHARIA E MANUT. S.A	Fiscalização de casas devolutas - Lote 1	26/03/2019	329 394,00	329 394,00					31/07/2019	70 832,18	0,00	0,00	0,00	140 386,84	0,00	0,00	0,00
RIROCO - SERVIÇOS GERAIS, ENGENHARIA E MANUT. S.A	Fiscalização e controlo da empreitada de reabilitação/remodelação do conjunto de habitação pública Municipal de Pereira	19/03/2018	127 698,60	161 868,01					13/06/2018	27 601,20	0,00	14 083,50	0,00	128 190,60	0,00	14 083,50	0,00
RIROCO - SERVIÇOS GERAIS, ENGENHARIA E MANUT. S.A	Fiscalização da manutenção do	27/02/2019	77 748,30	86 370,61					31/05/2019	22 988,70	0,00	11 844,90	0,00	77 748,30	0,00	11 844,90	0,00



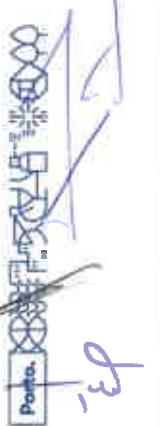
	Beneficiação no interior de habitações municipais devolutas no bairro Machado Vaz bloco 25 - entrada 175 - casa 22 e bairro S. Roque da Lameira bloco 10 - entrada 151 - casa 41 e bloco 20 - entrada 181 - casa 43	20/03/2019	37 352,54	39 000,00		18/06/2019	0,00	425,45	0,00	0,00	37 352,54	425,45	0,00	0,00
NORTEJUVIL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A.														
HIGIREAL - SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA.	Aquisição de serviços de higiene e limpeza das instalações da Domus Cerco do Porto (Gigante - Lote 2 - 7, 8, 10, 14, 17, 19 e 20)	22/11/2018	51 936,01	65 866,51		29/03/2019	24 038,33	0,00	0,00	0,00	49 132,49	0,00	0,00	0,00
CONSTRUÇÕES CORTE RECTO - ENG.ª E CONSTRUÇÃO, LDA.		28/06/2019	3 749 791,10	3 800 000,00	23/02/2019	04/09/2019	996 372,71	0,00	0,00	0,00	567 145,71	0,00	0,00	567 145,71
CONSTRUÇÕES CORTE RECTO - ENG.ª E CONSTRUÇÃO, LDA.	Cerco do Porto (Gigante - Lote 1 - 1, 2 e 3)	06/08/2019	1 594 960,58	1 600 000,00	15/10/2019	12/12/2019	909 983,20	0,00	0,00	0,00	220 523,28	0,00	0,00	220 523,28
CONSTRUÇÕES CORTE RECTO - ENG.ª E CONSTRUÇÃO, LDA.	Falção (Lote 1 - 11)	26/11/2019	774 879,58	825 000,00	04/02/2020	27/12/2019	523 247,19	0,00	0,00	0,00	583 648,59	0,00	0,00	0,00
CONSTRUÇÕES CORTE RECTO - ENG.ª E CONSTRUÇÃO, LDA.	Reabilitação dos blocos 10 e 12 a 18 do bairro do falção	10/07/2020	2 949 997,93	3 500 000,00		16/12/2020	268 204,06	0,00	0,00	0,00	268 204,06	0,00	0,00	0,00
GARCIA E ALBUQUERQUE - ARQUITECTOS, LDA.	Projeto de remodelação dos pisos 5 e 6 do Teatro Rivoli	29/01/2018	30 731,55	30 731,55		13/06/2018	4 609,73	0,00	0,00	0,00	30 731,55	0,00	0,00	0,00
CLEAN BREEZE - ENGENHARIA E SERVIÇOS, LDA.	Acordo Quadro Brigadas - Lote 7	02/08/2018	309 590,00	309 586,97		12/12/2018	39 784,89	0,00	0,00	0,00	153 481,19	0,00	0,00	0,00
MONTEIRO QUEIROIS, UNIPessoal, LDA.	Reabilitação da cobertura e fachadas do edifício da Casa do Rosetal	20/07/2020	73 766,35	92 500,00		30/09/2020	73 766,35	0,00	0,00	0,00	73 766,35	0,00	0,00	0,00
LIMPFLEX, UNIPessoal, LDA.	Serviços de Higiene e Limpeza das instalações da DomusSocial	05/11/2020	70 982,93	81 469,06		28/12/2020	4 433,47	0,00	0,00	0,00	4 433,47	0,00	0,00	0,00
MEIKEGEST - ENGENHARIA, LDA.	Fiscalização de casas devolutas - Lote 2	26/03/2019	357 266,00	337 266,00		14/08/2019	71 459,55	0,00	0,00	0,00	130 133,95	0,00	0,00	0,00
MEIKEGEST - ENGENHARIA, LDA.	Direito de Opção - Fiscalização de casas devolutas - Lote 2	26/03/2019	0,01	0,01		12/12/2019	0,00	0,00	2 975,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GONÇALVES E NOVAIS, LDA.	Obra de Reabilitação das coberturas do Edifício Novo do Equipamento Escolar EB/JI de S. Miguel de Mervelide	03/09/2020	478 840,76	550 000,00		25/11/2020	31 030,76	0,00	0,00	0,00	31 030,76	0,00	0,00	0,00
GONÇALVES E NOVAIS, LDA.	Manutenção de equip. de segurança - Sistema	19/09/2018	83 403,23	146 124,12		31/01/2019	21 970,91	0,00	0,00	0,00	42 053,76	0,00	0,00	0,00



	equipamento da EB 1/Júli Antas	16/12/2019	811 135,03	850 000,00	102/2020	26/03/2020	06/04/2020	800 310,64	0,00	0,00	0,00	0,00	800 310,64	0,00	0,00	0,00
PEMI - ENG. E CONSTRUÇÃO, LDA.	Pastelaria (Lote 1 - 1)							800 310,64	0,00	0,00	0,00	0,00	800 310,64	0,00	0,00	0,00
PEMI - ENG. E CONSTRUÇÃO, LDA.	Rainha D. Leonor (Agrupamento) - Fase 1	22/02/2019	640 133,69	660 000,00	906/2019	09/05/2019	31/05/2019	131 939,53	0,00	27 851,11	11 320,87	5 501,19	624 810,43	27 851,11	11 320,87	11 320,87
PEMI - ENG. E CONSTRUÇÃO, LDA.	Rainha D. Leonor (Agrupamento) - Fase 2	14/05/2019	628 398,99	650 000,00	1871/2019	31/07/2019	14/08/2019	261 441,52	0,00	29 786,02	18 478,26	0,00	591 497,29	29 786,02	18 478,26	18 478,26
PEMI - ENG. E CONSTRUÇÃO, LDA.	Campínas (fachadas e zonas comuns - 8 a 14)	30/08/2019	435 964,92	450 000,00	3022/2019	05/11/2019	11/10/2019	8 934,89	0,00	0,00	0,00	0,00	413 066,86	0,00	0,00	0,00
PEMI - ENG. E CONSTRUÇÃO, LDA.	Obras de manutenção preventiva das fachadas do Agrupamento Habitacional das Antas	19/11/2019	394 625,60	480 000,00	4011/2019	28/01/2020	30/01/2020	394 625,63	0,00	0,00	0,00	0,00	394 625,63	0,00	0,00	0,00
PEMI - ENG. E CONSTRUÇÃO, LDA.	Requedo - (Lote 2 - 6 a 11)	16/05/2019	453 506,42	460 000,00	1784/2019	25/07/2019	31/07/2019	17 361,34	0,00	0,00	0,00	0,00	450 302,60	0,00	0,00	0,00
PEMI - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA.	Rainha D. Leonor (Agrupamento, A e Y) - Substituição do revestimento da cobertura	30/08/2019	149 500,00	149 500,00			06/12/2019	89 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00
EDP COMERCIAL - COMERC. DE ENERGIA, S.A.	Aquisição de energia elétrica para zonas comuns dos edifícios habitação Social	21/10/2019	1 022 665,06	1 085 551,31			30/01/2020	226 815,39	0,00	0,00	0,00	0,00	226 815,39	0,00	0,00	0,00
PARCELAS COMBINADAS - CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA	Reabilitação no interior de habitações municipais devolvidas no bairro do Falcão bloco 2 - entrada 92 - casa 32, bloco 3 - entrada 160 - casa 32 e bloco 14 - entrada 70 - casa 42	06/03/2019	47 499,86	47 500,00			18/06/2019	0,00	533,79	0,00	0,00	533,79	47 499,86	0,00	0,00	0,00
PRODEDF, UNIPessoal, LDA.	Beneficiário no interior de habitações municipais devolvidas na Rua S. Brás n.º 263 casa 4 e 7, Rua S. Bento da Vitória n.º 64 casa 3.º, Rua Fonte Taurina n.º 74/76 casa 1.º D, Rua Monte Judéus n.º 78 casa 2 e Rua de Corticeira n.º 38 casa 3	29/01/2019	54 489,00	58 500,00			31/05/2019	0,00	314,02	0,00	0,00	1 314,02	53 781,32	0,00	0,00	0,00
PRODEDF, UNIPessoal, LDA.	Manutenção preventiva do edifício da Rua Cimo do Muro 12A	19/05/2020	48 899,65	55 000,00			29/01/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 068,34	0,00	0,00
BALLET TEATRO CONTEMPORANEO DO PORTO, C.R.L.	Desenvolvimento de 3 residências artísticas no bairro Cerco do Porto	30/08/2019	172 193,85	172 200,00			15/11/2019	63 135,90	0,00	0,00	0,00	0,00	91 831,80	0,00	0,00	0,00
MCROFOLTAUDAZ - CONSTRUÇÃO CIVIL, UNIPessoal, LDA.	Reabilitação de espaços interiores e reformulação da cozinha Casa Rossal	20/01/2020	108 790,00	110 000,00			23/04/2020	106 241,58	0,00	0,00	0,00	0,00	106 241,58	0,00	0,00	0,00

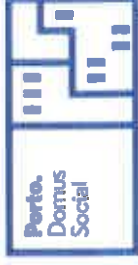


ATELIER DO CORVO - ARQUITECTURA E URBANISMO, LDA.	Elaboração de projeto arranjo urbanístico do espaço Público do Bairro de Aldoar	10/10/2019	79 335,00	91 020,00					16/06/2020	7 933,50	0,00	0,00	0,00	7 933,50	0,00	0,00	0,00
RIPORTICO ENGENHARIA	Fiscalização da empreitada de conclusão do bairro da Mascada	27/09/2019	69 119,85	73 590,91					12/12/2019	52 834,65	0,00	4 803,15	0,00	66 741,03	0,00	0,00	0,00
RIPORTICO ENGENHARIA	Fiscalização da empreitada de reabilitação das coberturas da Casa do Infante	31/07/2020	13 629,02	17 220,01					29/12/2020	2 080,30	0,00	0,00	0,00	2 080,30	0,00	0,00	0,00
GATENGEL - PROJECTOS DE ENGENHARIA, LDA.	Elaboração de projeto para requalificação das redes de incêndio de 11 escolas	20/02/2020	24 600,00	30 750,03					15/09/2020	9 840,00	0,00	0,00	0,00	9 840,00	0,00	0,00	0,00
QUADRANTE PRIMORDIAL, LDA.	Construção de divisória e grade no refatório das oficinas municipais do Monte dos Irmãos	24/02/2020	11 715,08	11 715,08					23/04/2020	11 715,08	0,00	0,00	0,00	11 715,08	0,00	0,00	0,00
QUADRANTE PRIMORDIAL, LDA.	Obras de adaptações de instalações sanitárias ocupadas	10/02/2020	5 058,63	5 300,00					24/04/2020	4 342,81	0,00	0,00	0,00	4 342,81	0,00	0,00	0,00
QUADRANTE PRIMORDIAL, LDA.	Obras de adaptação de instalações sanitárias em habitações municipais ocupadas	18/02/2020	6 690,17	7 100,00					15/09/2020	6 690,14	0,00	0,00	0,00	6 690,14	0,00	0,00	0,00
QUADRANTE PRIMORDIAL, LDA.	Obras de adaptações de instalações sanitárias em habitações municipais ocupadas	03/08/2020	7 298,38	7 500,00					25/11/2020	7 298,38	0,00	0,00	0,00	7 298,38	0,00	0,00	0,00
QUADRANTE PRIMORDIAL, LDA.	Obras de adaptações de instalações sanitárias ocupadas	28/09/2020	8 252,37	8 650,00				28/09/2020	28/09/2020	8 252,37	0,00	0,00	0,00	8 252,37	0,00	0,00	0,00
TELLES DE ABREU E ASSOCIADOS - SOC. ADVOGADOS RL	Serviços de consultadoria, apoio e planeamento	10/09/2020	14 145,00	24 477,00					30/10/2020	13 899,00	0,00	0,00	0,00	13 899,00	0,00	0,00	0,00
GOFRIEL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, UNIPessoal LDA	Acordo Quadro Brigada - Lote 2	01/08/2018	996 108,00	996 108,51					09/11/2018	174 820,69	0,00	0,00	0,00	503 074,79	0,00	0,00	0,00
JFCG, ARQUITECTOS ASSOCIADOS, LDA.	Elaboração de projeto de arranjo urbanístico do espaço público Monte da Bela	26/08/2019	57 810,00	67 650,00					29/11/2019	8 671,50	0,00	0,00	0,00	14 452,50	0,00	0,00	0,00
DOMO FUN GRASS PORTUGAL, LDA.	Construção de campo	28/10/2020	15 210,00	15 210,00					15/03/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CREC - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LDA.	Puttng Green na Quinta da Bonjola	06/09/2018	398 227,53	400 000,00				31/10/2018	31/10/2018	2703/2018	0,00	332,96	0,00	370 870,53	7 638,53	19 797,09	0,00




CREC - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LDA	Construção de parede divisória nas oficinas municipais de Monte Bulzoi	02/12/2019	12 878,21	13 500,00						06/04/2020	12 878,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GONKSYS, S.A.	Locação operacional de equipamento informático (computadores)	01/02/2018	89 948,18	91 020,00						30/04/2018	29 982,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARADIGMAXIS - ARQUIT. E ENG. DE SOFTWARE, S.A.	Alterações GISA de modo a integrar os documentos de cadastro através da aplicação GISA	27/10/2017	21 771,00	21 795,60						29/11/2019	6 531,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Remodelação dos pisos 5 e 6 do Teatro Rivoli	01/08/2019	287 554,76	290 000,00						11/10/2019	89 280,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Cerco do Porto (Virgínio - Lote 3 - 34)	06/08/2019	563 358,73	575 000,00	2852/2019	11/10/2019				15/11/2019	298 020,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Reabilitação e edificação na Rua D. João IV, 792 e 800	23/06/2020	547 965,39	550 000,00						07/08/2020	204 648,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Reabilitação de edifícios na Rua de Arménia n.º 75/ Rua de Miragala n.º 58, Rua de Arménia n.º 73/ Rua de Miragala n.º 56	06/10/2020	627 052,25	630 000,00						17/12/2020	103 229,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NEW IMAGINATION PROJECT, LDA.	Obras de manutenção exterior dos edifícios de habitação pública do Bairro do Caniçal - Lote 1 Caniçal Lote 1	23/10/2020	752 100,00	885 000,00						17/12/2020	63 018,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INCREP - CONSULTORIA REAB. EDIFICADO E PATRIM. LDA	Projeto de requalificação do espaço interior do Arquivo Histórico Casa Infante	17/12/2019	19 557,00	24 600,00						13/03/2020	9 778,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SIGNINUM - GESTAO DE PATRIMONIO CULTURAL, LDA.	Rua do Comércio do Porto (135 a 139)	30/09/2019	499 194,15	500 000,00	3549/2019	18/12/2019				30/12/2019	442 716,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTONIO SANTOS LESSA E ASSOCIADOS, LDA.	Obras de reabilitação e adaptações interior do Jardim de Infância do Estoril	23/07/2019	16 543,49	18 450,00						29/11/2019	8 247,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTONIO SANTOS LESSA E ASSOCIADOS, LDA.	Projeto de drenagem de águas residuais e pluviais na Rua Barroil de Baixo	18/12/2019	6 820,35	7 380,00						13/03/2020	6 138,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICULA ESPIRAL - UNIPessoal, LDA.	Acordo Quadro Singular Contratação Carne Gusa e Miço Obra	15/09/2016	337 920,00	337 920,00						28/10/2016	56 944,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICULA ESPIRAL - UNIPessoal, LDA.	Reabilitação interior em habitação devolvida na Rua Fonte Taurina, 40 3.º	18/08/2020	21 317,39	25 000,00						13/11/2020	21 317,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





DUOLINEA - ARQUITECTURA E ENGENHARIA, LDA.	Elaboração de projeto para execução de obras de manutenção exterior do Respeito	19/07/2018	28 228,50	33 210,00				28/09/2018	1 411,43	0,00	0,00	0,00	26 817,08	0,00	0,00	0,00
FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Aquisição de serviços de seguro de saúde	01/01/2020	61 083,40	61 600,00				28/02/2020	62 051,02	0,00	0,00	0,00	62 051,02	0,00	0,00	0,00
CLIMAVE-EQUIPAMENTOS ELECTROMECÁNICOS, LDA.	Substituição de Tubagem AVAC - Depósitos P0 na Biblioteca Municipal Almeida Garrett	13/11/2019	33 893,35	49 200,00				20/05/2020	33 895,81	0,00	0,00	0,00	33 895,81	0,00	0,00	0,00
PHIAL, LDA.	Fornecimento, Instalação e manutenção de sistema de videovigilância nas Oficinas	22/07/2020	30 750,00	30 750,00				13/11/2020	30 135,00	0,00	0,00	0,00	30 135,00	0,00	0,00	0,00
SMOTONTV, UNIPESSOAL, LDA.	Aquisição de serviços para a realização e produção de documentário nas comunidades desfavorecidas	30/05/2019	55 965,00	55 965,00				29/11/2019	37 515,00	0,00	0,00	0,00	55 965,00	0,00	0,00	0,00
DAPE, LDA.	Rua de Azevedo de Albuquerque, 70 e 76	17/05/2018	539 678,62	540 000,00	1507/2018	25/06/2018	25/08/2018	25/08/2018	0,00	521,54	0,00	0,00	510 594,33	19 896,64	0,00	56 317,02
DAPE, LDA.	Rua de Tomás Gonzaga, 16 e 38	25/06/2019	821 029,65	836 000,00	2182/2019	30/07/2019	12/12/2019	12/12/2019	116 071,67	0,00	7 672,56	0,00	201 687,93	0,00	7 672,56	0,00
DAPE, LDA.	Aldoar (Lota 2 - 9, 11, 13, 15, 16)	17/10/2019	494 169,55	550 000,00	3528/2019	18/12/2019	12/12/2019	12/12/2019	373 503,74	0,00	12 963,80	14 333,78	450 807,68	0,00	12 963,80	14 333,78
DAPE, LDA.	Manutenção exterior edifícios do bairro Francos blocos 4, 6, 9, 14 e 15 - Lote 2	28/10/2020	450 530,96	515 000,00				29/12/2020	28 330,17	0,00	0,00	0,00	28 330,17	0,00	0,00	0,00
DAPE, LDA.	Manutenção exterior edifícios do bairro Francos blocos 10, 11, 12 e 13	28/10/2020	430 902,48	495 000,00				28/12/2020	139 632,11	0,00	0,00	0,00	139 632,11	0,00	0,00	0,00
DAPE, LDA.	Manutenção exterior edifícios do bairro Francos blocos 1, 2, 3, 5, 7 e 8 - Lote 1	28/10/2020	447 809,51	525 000,00				29/12/2020	80 230,92	0,00	0,00	0,00	80 230,92	0,00	0,00	0,00
GENERALI SEGUROS, S.A.	Seguro de Accidentes de Trabalho - ano 2020	01/01/2020	46 714,63	46 750,00				28/02/2020	46 714,63	0,00	0,00	0,00	46 714,63	0,00	0,00	0,00
GENERALI SEGUROS, S.A.	Seguros Multirrisco - ano 2020	01/01/2020	632,93	6 500,00				28/02/2020	632,92	0,00	0,00	0,00	632,92	0,00	0,00	0,00
GENERALI SEGUROS, S.A.	Seguro Frotas - Ano 2020	01/01/2020	545,00	600,00				28/02/2020	537,88	0,00	0,00	0,00	537,88	0,00	0,00	0,00
GENERALI SEGUROS, S.A.	Seguro de responsabilidade civil - ano 2020	06/01/2020	6 267,50	6 500,00				28/02/2020	6 267,50	0,00	0,00	0,00	6 267,50	0,00	0,00	0,00
GRUPNOR	Manutenção de óbis elevadores instalados nas Casas ruíña D. Leonor	03/05/2019	2 066,40	2 066,40				31/07/2019	1 033,20	0,00	0,00	0,00	1 635,90	0,00	0,00	0,00

Porto Domus Social

X

5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento											
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta prévia	
	Número de Contratos (1)	Preço Contratual (2)	Número de Contratos (3)	Preço Contratual (4)	Número de Contratos (5)	Preço Contratual (6)	Número de Contratos (7)	Preço Contratual (8)	Número de Contratos (9)	Preço Contratual (10)	Número de Contratos (11)	Preço Contratual (12)
Aquisição de Imobilizado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	24 563,10	0	0,00
Aquisição de Serviços	19	1 172 383,11	3	272 260,50	0	0,00	0	0,00	22	532 044,74	16	574 750,65
Empreitadas e Obras Públicas	21	19 032 477,18	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8	112 045,57	50	1 420 986,75
Fornecimento de bens	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	136 060,14	1	10 003,96



6- Transferências e subsídios

6.1 – Transferências e subsídios concedidos

6.2 – Transferências e subsídios recebidos

Tipo de Subsídio	Disposição Legal	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)	(8)
União Europeia	ENERPAT Co-criação de soluções territoriais Energicamente eficientes de Eco-Renovação do habitat residencial PATrimonial dos centros históricos de SUDOE	Eco-reabilitação de edifícios antigos integrados no tecido residencial dos Centros Históricos	U.E. - Interreg Sudus	0,00	24 283,30	-24 283,30	0,00	
União Europeia	European Commission-Horizon 2020-Grant Agreement-776783-URBINAT	Criação de corredores saudáveis entre bairros	U.E. - Horizonte 2020	69 700,00	41 590,40	-14 794,05	0,00	
Total Transferências Correntes				69 700,00	65 873,70	-39 077,35	0,00	
Total Transferências de Subsídios				69 700,00	65 873,70	-39 077,35	0,00	



Porto, 20 de maio de 2021

O Conselho de Administração,



(Fernando Paulo Ribeiro de Sousa)

O Contabilista Público,



(Jaime Manuel Velho Canteiro)

(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)

